



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
DOUTORADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**PAISAGEM CULTURAL E AS FAZENDAS DO PIAUÍ DOS  
SÉCULOS XVII - XX: ARQUITETURA, HISTÓRIA E QUESTÕES  
AMBIENTAIS**

Neuza Brito de Arêa Leão Melo

Lajeado/RS, julho de 2021

Neuza Brito de Arêa Leão Melo

**PAISAGEM CULTURAL E AS FAZENDAS DO PIAUÍ DOS  
SÉCULOS XVII - XX: ARQUITETURA, HISTÓRIA E QUESTÕES  
AMBIENTAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para obtenção do título de Doutora em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento, na área de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade.

Orientadora: Dra. Neli Teresinha Galarce Machado

Lajeado/RS, julho de 2021

Neuza Brito de Arêa Leão Melo

**PAISAGEM CULTURAL E AS FAZENDAS DO PIAUÍ DOS  
SÉCULOS XVII - XX: ARQUITETURA, HISTÓRIA E QUESTÕES  
AMBIENTAIS**

A Banca examinadora abaixo aprova a tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de Doutora em Ciências: Ambiente e Desenvolvimento, na área de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade:

---

Dra. Neli Teresinha Galarce Machado – Universidade do Vale do Taquari

---

Dra. Juliana Lopes Aragão – Universidade Federal do Piauí

---

Dr. Eduardo Relly – Universidade de Jena

---

Dr. Luis Fernando da Silva Laroque – Universidade do Vale do Taquari

Lajeado/RS, de julho de 2021

*Aos meus avós Brito, vaqueiro; e Miguel, fazendeiro. (In memoriam)*

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, e sempre, agradeço a Deus por me dado fé, saúde e coragem para seguir adiante.

Agradeço aos meus pais, Miguel e Ana Maria, por acreditarem em mim e proporcionado a base para que eu pudesse chegar até aqui.

Agradeço aos meus filhos, Evandro Filho e Ana Luíza, por ser minha inspiração diária.

Agradeço ao meu genro João e minha nora Mariana, pelo carinho com que me incentivam.

Agradeço a Maria Laura, minha neta amada, por ser uma luz no meu caminho.

Agradeço aos meus irmãos, por sempre estarem ao meu lado, em especial, ao Alexandre. Sem ele eu não teria conseguido.

Agradeço, com o meu maior amor, ao Evandro, meu esposo, meu companheiro de mais de trinta anos de aventura, meu parceiro em todos os momentos, minha força diária e meu porto seguro.

Agradeço a Univates e todos os professores com quem tive o prazer de partilhar tanta coisa nova. Eles mudaram a minha vida e meu modo de enxergar o mundo.

Agradeço a Lajeado. A acolhida desse povo gentil foi fundamental nessa jornada.

Por fim, e em especial, agradeço a Neli, por ter sido muito mais do que uma orientadora, por sua generosidade em partilhar conhecimento e fazer isso da maneira mais doce possível.

## RESUMO

As fazendas estabelecidas entre os séculos XVII e XX são os alvos da presente pesquisa, por serem, ao longo do tempo, grandes motivadoras econômicas e indutoras da formação do Piauí e, ainda, da urbanização de algumas das cidades mais antigas do Estado. A partir de seu estudo, busca-se compreender as diversas formas de adaptação e transformação do meio ambiente, além de dar visibilidade e reconhecimento ao patrimônio rural piauiense e sua paisagem cultural. Desse modo, objetiva-se analisar cinco fazendas do Piauí, fundadas entre os séculos XVII e XX a partir da arquitetura e das relações ambientais e históricas entre os diversos sujeitos e espaços, por meio da compreensão dos aspectos contextuais envolventes, de conceitos norteadores, do detalhamento físico do espaço e da investigação sobre os agentes envolvidos, bem como da legislação e políticas públicas relacionadas a esses bens. Essa pesquisa tem perfil exploratório, é descritiva e explicativa, de natureza aplicada, e traz a abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e documental e, ainda, da pesquisa de campo. A partir da análise feita constatou-se a relevância desses espaços na produção de lugares e de paisagens culturais que envolvem o pensar acerca do meio ambiente piauiense.

**Palavras-chave:** Fazendas. Meio ambiente. Arquitetura. História. Paisagem Cultural.

## **ABSTRACT**

The farms established between the 17th and 20th centuries are targets of the present research, for being, over time, big economic motivators and inductors of Piauí's formation and, yet, of the urbanization of some of the oldest cities in the state. Based on its study, is sought to understand the different ways of adapting and transforming the environment, in addition to giving visibility and recognition to Piauí's rural heritage and its cultural landscape. Thus, the objective is to analyze five farms from Piauí, founded between the 17th and 20th centuries from architecture and environment and historical relationships among the different subjects and spaces, through the understanding of the surroundings contextual aspects, guiding concepts, physical detailing of the space and investigation about the agents involved, as well as legislation and public policies related to these assets. This research has an exploratory profile, is descriptive and explanatory, of applied nature, and brings quantitative and qualitative approach, using bibliographic and documentary research, and, also, field research. From the analysis made, it was found the relevance of these spaces in the production of places and cultural landscapes that involve thinking about Piauí's environment.

**Key Words:** Farms. Environment. Architecture. History. Cultural Landscape.

## RÉSUMÉ

Les fermes établies entre les XVIIe et XXe siècles sont l'objectif de cette recherche, car au fil du temps elles étaient de grands motivateurs et inducteurs économiques dans la formation de l'état de Piauí et aussi dans l'urbanisation de certaines des plus anciennes villes de l'état. À partir de cette étude, Il cherche à comprendre les différentes façons d'adapter et de transformer l'environnement au delà de la visibilité et de la reconnaissance au patrimoine rural de Piauí et à son paysage culturel. De cette manière, l'objectif est d'analyser cinq fermes de Piauí, fondées entre les XVIIe et XXe siècles sur la base de l'architecture et des relations environnementales et historiques entre différents sujets et espaces, à travers de la compréhension des aspects contextuels environnants, des concepts directeurs, des détails physiques de l'espace et la recherche des agents impliqués, ainsi que la législation et les politiques publiques liées à ces actifs. Cette recherche a un profil exploratoire, elle est descriptive et explicative, de nature appliquée et apporte une approche quantitative et qualitative, en utilisant la recherche bibliographique et documentaire et aussi la recherche de terrain. À partir de l'analyse effectuée, la pertinence de ces espaces a été vérifiée dans la production de lieux et de paysages culturels qui impliquent une réflexion sur l'environnement de Piauí.

**Mots-clés:** Fermes. Environnement. Architecture. Histoire. Paysage Culturel



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Casa na fazenda Nova Olinda.....	93
Figura 2	- Data talhada em uma das paredes da Serra Negra.....	97
Figura 3	- Possíveis datas pintadas e gravadas nas paredes da casa. A) 1802, B) 1918 [?], C) 1970,e D)1982. (Fotos: Marcelo Alves e Rômulo Macêdo).....	109
Figura 4	- Vistas da casa por Marcelo Alves e Rômulo Macêdo.....	110
Figura 5	- Esquema de Planta baixa e perfis da casa de autoria de Marcelo Alves e Rômulo Macêdo.....	110
Figura 6	- Vista isométrica da casa: a) Sentido Sul-Norte, b) Sentido Oeste-Leste, c) Sentido Leste-Oeste, d) Sentido Norte-Sul de autoria de Marcelo Alves e Rômulo Macêdo.....	111
Figura 7	- Vegetação no entorno da estrada de acesso a azenda Água Verde ....	112
Figura 8	- Vegetação no entorno da estrada de acesso a azenda Água Verde ....	112
Figura 9	- Leito do rio Paiuí já seco e túmulo do cemitério da fazenda.....	112
Figura 10	- Leito do rio Paiuí já seco e túmulo do cemitério da fazenda.....	112
Figura 11	- Vista da casa já em ruínas.....	113
Figura 12	- Vista da casa já em ruínas.....	113
Figura 13	- Vista da casa já em ruínas.....	113
Figura 14	- Destaque para a carnaúba e ganchos nas paredes.....	114
Figura 15	- Destaque para a carnaúba e ganchos nas paredes.....	114
Figura 16	- Parte da descrição das vilas no Piauí em 1774.....	115
Figura 17	- Fazenda Serra Negra na cartogarfia de Galucci.....	115
Figura 18	- Vista da Fazenda Serra Negra.....	116
Figura 19	- Planta Baixa da Fazenda Serra Negra com destaque para área da capela.....	117
Figura 20	- Vista para o alpenre isolado, para a sala e vãos com a padieira, da	

	capela e oratório com a imagem de Santa Ana, respectivamente da esquerda para a direita.....	117
Figura 21	- Vista para o alpenre isolado, para a sala e vãos com a padieira, da capela e oratório com a imagem de Santa Ana, respectivamente da esquerda para a direita.....	117
Figura 22	- Vista para o alpenre isolado, para a sala e vãos com a padieira, da capela e oratório com a imagem de Santa Ana, respectivamente da esquerda para a direita.....	117
Figura 23	- Vista para o alpenre isolado, para a sala e vãos com a padieira, da capela e oratório com a imagem de Santa Ana, respectivamente da esquerda para a direita.....	117
Figura 24	- Vista para o alpenre isolado, para a sala e vãos com a padieira, da capela e oratório com a imagem de Santa Ana, respectivamente da esquerda para a direita.....	117
Figura 25	- Piso em tijoleira e estrutura da cobertura em madeira e tesoura canga de porco, respectivamente da esquerda para a direita.....	118
Figura 26	- Piso em tijoleira e estrutura da cobertura em madeira e tesoura canga de porco, respectivamente da esquerda para a direita.....	118
Figura 27	- Escoras consolidando as paredes frontais da fazenda.....	118
Figura 28	- Imagens do processo de arruinamento da casa, da capela e das moradias no entorno, respectivamente da esquerda para a direita.....	119
Figura 29	- Imagens do processo de arruinamento da casa, da capela e das moradias no entorno, respectivamente da esquerda para a direita.....	119
Figura 30	- Imagens do processo de arruinamento da casa, da capela e das moradias no entorno, respectivamente da esquerda para a direita.....	119
Figura 31	- Imagens do processo de arruinamento da casa, da capela e das moradias no entorno, respectivamente da esquerda para a direita.....	119
Figura 32	- Imagens do processo de arruinamento da casa, da capela e das moradias no entorno, respectivamente da esquerda para a direita.....	119
Figura 33	- Mapa do começo dos mil e oitocentos e o curral de pedra.....	120
Figura 34	- Mapa do começo dos mil e oitocentos e o curral de pedra.....	120
Figura 35	- Planta baixa da casa sede e casa do vaqueiro.....	121
Figura 36	- Alterações feitas por Lina Leonor.....	121
Figura 37	- Imagem da varanda, da bilheira e do corredor.....	122
Figura 38	- Imagem da varanda, da bilheira e do corredor.....	122
Figura 39	- Imagem do ladrilho mais antigo e do alpendre.....	122
Figura 40	- Imagem do ladrilho mais antigo e do alpendre.....	122
Figura 41	- Imagem retratando a grande espessura das paredes e o esteio em aroeira encontrado.....	123
Figura 42	- Imagem retratando a grande espessura das paredes e o esteio em aroeira encontrado.....	123
Figura 43	- Imagens da fazenda Paraíso.....	125
Figura 44	- Imagens da fazenda Paraíso.....	125

Figura 45	-	Imagens da fazenda Paraíso.....	125
Figura 46	-	Imagens de uma fachada e interior da casa sede da fazenda Canel.....	127
Figura 47	-	Imagens de uma fachada e interior da casa sede da fazenda Canel.....	127
Figura 48	-	Vista aérea da fazenda Canel.....	127
Figura 49	-	Estrada de acesso a Água Verde.....	133
Figura 50	-	Vista da sede da Água Verde.....	133
Figura 51	-	Vista do portal da Serra Negra.....	136
Figura 52	-	Estrada de acesso a sede antiga da Serra Negra.....	136
Figura 53	-	Vista da casa antiga da Serra Negra.....	137
Figura 54	-	Pequeno grupo de casas ao lado da sede antiga da Serra Negra.....	138
Figura 55	-	Crianças em frente da sede antiga da Serra Negra.....	138
Figura 56	-	Portal de entrada da fazenda Abelheiras.....	139
Figura 57	-	Vista da casa da Abelheiras.....	140
Figura 58	-	Visita feita pela professora Neuza Melo à Abelheiras com alunos de Arquitetura e Urbanismo.....	141
Figura 59	-	Visita da casa sede da fazenda Paraíso.....	142
Figura 60	-	Vista de plantação de algodão.....	144
Figura 61	-	Vista da casa da fazenda Canel.....	145

#### LISTA DE MAPAS

Mapa 1	-	O Piauí destacado do Brasil, com a atual divisão em municípios, destacando-se a localização das cinco fazendas em estudo.....	21
Mapa 2	-	<i>Nova et accurata Brasiliae totius tabula</i> , publicada por Joane Blaeu, 1640.....	53
Mapa 3	-	Área aproximada dos Sertões de Rodelas. Desenho segundo informações retiradas dos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.....	55
Mapa 4	-	Rotas de expansão da pecuária no Nordeste e vilas fundadas até meados do século XVI.....	56
Mapa 5	-	Inserção do Estado do Piauí na Bacia do Parnaíba.....	57
Mapa 6	-	Logística de comercialização da pecuária piauiense e seus mercados consumidores 1750-1825.....	66
Mapa 7	-	Carta geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes levantadas em 1761, por João Antônio Galuci. Original da Fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Girado no sentido Norte para melhor entendimento.....	69
Mapa 8	-	Rede de povoações da capitania de São José do Piauí em 1761. Carta geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes levantada em 1761 por João Antônio Galuzzi. Mapa posicionado em sentido Norte para melhor entendimento.....	70
Mapa 9	-	Principais vias terrestres de comunicação da pecuária piauiense / nordestina, com destaque em amarelo para cidade de Oeiras.....	71
Mapa 10	-	“Carta Geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes” –	

	Levantada em 1761 por João Antonio Galuzzi.....	72
Mapa 11	- Freguesias da Capitania do Piauí no século XVIII. Localização dos povoados sedes das igrejas matrizes elevados a vilas no ano de 1762, evidenciando as vilas de São João da Parnaíba e de Valença como exceção, em virtude da opção por outro povoado para fixação do pelourinho e prédios públicos que não a cabeça da freguesia.....	73
Mapa 12	- Estado do Piauí, com destaque para sua área de cerrados.....	84
Mapa 13	- Carta Geográfica da capitania do Piauí, e parte das adjacentes levantada em 1761 por João Antônio Galuci.....	96
Mapa 14	- Detalhe da Carta Geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes levantada em 1761 por João Antônio Galuci.....	97
Mapa 15	- Acesso à Fazenda Água Verde, adaptado do Google Earth™. Dados economicos da Fazenda Água Verde.....	107
Mapa 16	- Relação espacial recorrente da Fazenda Água Verde com as fazendas Almas, Caiçara e Taboleiro Alto em tempos coloniais e na atualidade, de acordo com as fonte dos mapas históricos de Galucci 1760 (recorte superior esquerdo) e SCHWARZMANN, 1828 (recorte inferior esquerdo).....	108
Mapa 17	- Distribuição das evidências arqueológicas e da área de captação de recursos do sítio Fazenda Água Verde e entorno, de autoria de Rômulo Macêdo.....	109

### LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Relação da cidade e vilas implantaadas na Capitania do Piauí no século XVIII.....	74
Quadro 2	- Cronologia das Cidades coloniais até meados do século XVIII.....	74
Quadro 3	- Lista de proprietários da Fazenda Água Verde entre os séc. XVII e XXI.....	106

### LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Quantidade de fazendas e habitantes em 1697.....	60
Tabela 2	- Dados econômicos da Fazenda Água Verde.....	105

## LISTA DE SIGLAS

AGRINPISA	- Agroindústrias do Piauí S/A
BEP	- Banco do Estado do Piauí S/A
BNB	- Banco do Nordeste do Brasil
CEPISA	- Centrais Elétricas do Piauí S/A
CNRC	- Centro Nacional de Referência Cultural
CEPRO	- Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CODESE	- Comissão de Desenvolvimento do Estado
COMDEPI	- Companhia de Desenvolvimento do Piauí
CODEVASF	- Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CHESF	- Companhia Hidrelétrica do São Francisco
DER-PI	- Departamento de Estradas e Rodagem
DPHAN	- Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FUNDAC	- Fundação Cultural do Piauí
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHANPI	- Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico do Piauí
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MES	- Ministério da Educação e Saúde
ONU	- Organização das Nações Unidas
PINs	- Programas de Integração Nacional
PCH	- Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas
POLONORDESTE	- Programa de Desenvolvimento de áreas Integradas do Nordeste
SECULT	- Secretaria de Estado de Cultura do Piauí
SPHAN	- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUDENE

- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UNESCO

- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência, Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1 Tema.....	17
1.2 Problema.....	17
1.3 Hipótese.....	18
1.4 Objetivos.....	18
1.4.1 Objetivo geral.....	18
1.4.2 Objetivos Específicos.....	18
1.5 Justificativa.....	19
1.6 Procedimentos Metodológicos.....	20
1.6.1 Delimitação da área e objetos de estudo.....	20
1.6.2 Natureza, objetivos e método da pesquisa.....	21
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>24</b>
2.1 A Arquitetura e a formação dos primeiros núcleos urbanos.....	24
2.2 A trajetória do patrimônio.....	30
2.2.1 As nuances do conceito no mundo e no tempo.....	30
2.2.2 Os caminhos percorridos no Brasil.....	35
2.2.3 O Patrimônio e sua preservação no Piauí.....	40
2.3 Meio ambiente e paisagem.....	43
<b>3 O PERCURSO DAS FAZENDAS NA HISTÓRIA DO PIAUÍ.....</b>	<b>52</b>
<b>4 AS FAZENDAS: ARQUITETURA, URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE.....</b>	<b>87</b>
4.1 Das transformações do Meio Ambiente à Urbanização: o legado das fazendas, sua arquitetura e as primeiras ocupações.....	87
<b>5 O CONTEXTO DAS FAZENDAS.....</b>	<b>104</b>
5.1 Água Verde.....	104
5.2 Serra Negra.....	114

<b>5.3 Abelheiras.....</b>	<b>119</b>
<b>5.4 Paraíso.....</b>	<b>123</b>
<b>5.5 Canel.....</b>	<b>126</b>
<b>6 AS FAZENDAS E PAISAGENS CULTURAIS PIAUIENSES.....</b>	<b>128</b>
<b>6.1 A paisagem cultural da fazenda Água Verde.....</b>	<b>132</b>
<b>6.2 A paisagem cultural da fazenda Serra Negra.....</b>	<b>135</b>
<b>6.3 A paisagem cultural da fazenda Abelheiras.....</b>	<b>139</b>
<b>6.4 A paisagem cultural da fazenda Paraíso.....</b>	<b>142</b>
<b>6.5 A paisagem cultural da fazenda Canel.....</b>	<b>144</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO.....</b>	<b>147</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>153</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A História aponta que a paisagem cultural piauiense é, de modo relevante, constituída por suas fazendas, sua arquitetura, suas formas de vivência, a percepção do local e as políticas públicas associadas a esses espaços. Deste modo, constituem-se como objeto do presente trabalho cinco fazendas, erguidas entre os séculos XVII e XX, analisadas como contribuintes da transformação do meio e da formação das nucleações urbanas mais antigas do Estado, o que insere a pesquisa na linha “Espaço e Problemas Socioambientais”.

Percebe-se que as dinâmicas sociais e culturais transformam rapidamente, e ainda, radicalmente o espaço, portanto, nos dias atuais, é de suma importância buscar entendimentos para compreensão de como melhor preservar o meio ambiente através de uma forma de desenvolvimento que consiga manter a sustentabilidade em relação à exploração da natureza. Esses debates envolvem, também, a interação da sociedade com a natureza, os impactos e possibilidades destes resultantes, bem como a preservação das paisagens culturais formadas a partir dessa interação entre homem e meio.

Assim, o estudo pretendido parte dessas fazendas ou do que restou de algumas delas. Estabelecidas nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, foram e ainda são grandes motivadores econômicos e indutores da urbanização de algumas das cidades mais antigas do Estado. Até o século XIX, eram representantes do chamado Ciclo Econômico do Gado ou da “Civilização do Couro”, que, por sua vez, foi de grande relevância para a ocupação do Sertão e para a formação da identidade espacial, organizando a dinâmica urbana, as relações sociais e, desta forma, parte da paisagem cultural que hoje se apresenta.

Contudo, as mesmas motivações que as fizeram surgir, obrigaram-nas a se reestruturar. As transformações econômicas e ou as desativações sofridas tornam o território, antes ocupado por atividades como a pecuária, obsoleto e vulnerável a um processo de reestruturação e incorporação, resultante das novas atividades rurais e urbanas que demandam

uma nova espacialidade, colocando a permanência de muitas dessas fazendas em risco.

Esses complexos já tiveram e ainda têm papel importante, não só na economia, mas em outros aspectos de suma relevância, como a transformação do meio ambiente, a ocupação do território, a criação de espaços, o que leva a buscar entender as relações diversas, os entendimentos distintos sobre como atuar e usufruir não só desse patrimônio, tão caro para a memória e identidade, mas principalmente do meio ambiente, suscitando questões que envolvem o (re)conhecimento do papel da sociedade com esses bens e qual a sua atuação nesse contexto, que resulta numa paisagem cultural heterogênea e, por isso mesmo, repleta de discussões.

O debate acerca do conceito de Paisagem Cultural foi fortalecido nas últimas décadas, entendida como “[...] uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (BRASIL, 2009, p. 17). A peculiaridade faz da paisagem portadora de valores culturais, o que pode ser sentido nas impressões, nas características morfológicas produzidas pelo homem, testemunho da interação das pessoas com o meio ao longo do tempo. A identidade da paisagem não reside apenas em sua forma, mas também na maneira como a sociedade a apreende e vivencia (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010).

Ao voltar para a análise das fazendas, percebe-se que o reconhecimento daquelas consideradas patrimônio pelo Estado não garante sua preservação e, principalmente, a apropriação por parte de quem usufrui desses bens. Essa questão relaciona-se com aspectos diversos, como as políticas públicas, ou ainda com o entendimento sobre Educação Ambiental, que sugere, dentre outros aspectos, processos de aprendizagens que despertam o reconhecimento das histórias, revelando memórias de forma a não serem perdidas, sem fragilizar os laços sociais e de identidade, nem negligenciar o patrimônio cultural de uma localidade.

Apesar de abordada apenas como uma possibilidade de ação ao final dessa pesquisa, entende-se o educar ambientalmente como a busca por desenvolver ações educacionais voltadas para a identificação, apropriação e valorização dos diferentes elementos – cidades, edificações, rios, marcos, vegetação – que compõe o meio ambiente – natural e construído, fontes constituintes da memória e identidade local. Os elementos que compõem a paisagem são frutos de uma produção social. Para Reigota (2009), o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades dos diversos aspectos que constituem essa paisagem são fatores indispensáveis no processo de fortalecimento dos sentimentos de

identidade e cidadania. Educar ambientalmente é promover o conhecimento e o encontro dos indivíduos com o meio ambiente, sendo estes partes indissociáveis da paisagem.

Segundo Carvalho (2004), a educação ambiental caracteriza-se por seu viés político, comprometida com a cidadania, buscando a intervenção dos cidadãos na busca de soluções e alternativas que permitam uma convivência digna e voltada para o bem comum; o que, por sua vez, coincide com uma das atribuições mais relevantes daqueles que praticam a Arquitetura e Urbanismo – o seu papel social. Para que as ações de educação ambiental sejam efetivas, faz-se necessário mobilizar os saberes das diversas áreas do conhecimento humano, inclusive no campo arquitetônico e urbanístico, uma educação que contribua para a preservação ambiental e cultural, com sentido de movimento, de instigar as pessoas a saírem do seu lugar-comum e olhar criticamente a sua volta (CORRÊA, PREVE, 2002).

### **1.1 Tema**

O tema proposto no presente projeto envolve os estudos sobre “Espaço, Ambiente e Sociedade”, e refere-se ao patrimônio cultural edificado no Estado do Piauí, com destaque para a área rural, em especial para as fazendas e sua estrutura, erguidas entre os séculos XVII e XX, importantes para a formação de núcleos habitacionais do Estado e da paisagem cultural.

### **1.2 Problema**

Busca-se a discussão sobre cultura com base em um estudo comparativo, em específico, sobre o patrimônio material a partir da arquitetura das fazendas importantes para formação dos núcleos urbanos piauienses e as atuais, da ordenação desses espaços, dos valores a eles atribuídos e da relação das pessoas e das instituições, públicas ou privadas com esses. Partindo dessa premissa, vários questionamentos ocorrem: (1) Qual o papel das antigas e novas fazendas na Paisagem Cultural Piauiense? (2) Quem são os agentes/pessoas – públicas ou privadas que interagem nesses espaços e contribuem para sua formação? (3) Quais são os instrumentos jurídicos de proteção que incidem sobre essas fazendas e como de fato contribuem para preservação da paisagem cultural?

Busca-se entender os mais variados olhares e discursos sobre esses espaços que fazem parte do patrimônio cultural piauiense. Por se tratar de pesquisa que envolve a paisagem cultural, torna-se relevante o estudo do papel social das pessoas, dos agentes que vivenciam essas fazendas e esse ambiente rural, pois são eles os responsáveis por sua preservação e

efetivação das políticas públicas patrimoniais. O ser humano expressa a sua inteligência e tradições das mais variadas maneiras, que se materializam nas edificações, e contribuem para a criação de memórias e histórias, marcadores de identidades, o que está relacionado à cultura. Segundo Laraia (2008, p. 25) foi Edward Tylor (1832-1917) que sintetizou o vocábulo inglês *Culture*, que "[...] tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade".

### **1.3 Hipótese**

A história aponta que o Estado do Piauí foi conformado a partir dos núcleos rurais implantados, principalmente, entre os séculos XVII e XX. Ela permite inferir, ainda, que esses espaços foram transformados em razão de diversas condicionantes, como a econômica e natural, por exemplo. Por isso, a presente Tese pretende, por meio de análise e estudos comparativos sobre a trajetória histórica e construtiva de cinco fazendas nas terras piauienses, demonstrar e revelar a potencialidade e a singularidade do “lugar” rural, da paisagem cultural, em um cenário econômico e socioambiental, bem como a representatividade do patrimônio cultural regional e sua paisagem. As fazendas analisadas foram selecionadas em função de sua importância para a história local, posto que se apresentam como elemento ordenador dos espaços urbanos no e do Estado, e, ainda, por seus aspectos técnicos e arquitetônicos.

### **1.4 Objetivos**

#### **1.4.1 Objetivo geral**

Analisar cinco fazendas do Piauí, fundadas entre os séculos XVII e XX a partir da arquitetura e das relações ambientais e históricas entre os diversos sujeitos e espaços, a fim de contribuir para o entendimento, desenvolvimento, uso e valorização do ambiente rural na produção da paisagem cultural e do espaço urbano contemporâneo piauiense.

#### **1.4.2 Objetivos Específicos**

- Estudar aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos de cinco fazendas relevantes para a ocupação e formação do território piauiense.
- Analisar a arquitetura, materiais e técnicas construtivas presentes nas fazendas e suas

contribuições para a formação da paisagem cultural local.

- Investigar os sujeitos que vivenciam esses espaços na atualidade e quais as diversas formas de apropriação existentes;
- Analisar a legislação e as políticas públicas que incidem sobre esses bens.

### **1.5 Justificativa**

Inicialmente, justifica-se a pesquisa pela necessidade cada vez maior de dar visibilidade e reconhecimento ao patrimônio rural piauiense, à paisagem, sobretudo, à criada a partir da pecuária e do ciclo do gado vacum, que, ao ser comparado com outros ocorridos no País, não foi tão expressivo ao serem considerados aspectos econômicos ou artísticos. Da mesma forma, as grandes lavouras hoje começam a moldar novas formas urbanas e urbanísticas no Estado, o que implica, mais uma vez, na adaptação e transformação do meio ambiente.

Nesses núcleos rurais, a Arquitetura tem destaque nas casas de fazenda, e os edifícios, enquanto documentos-monumentos (LE GOFF, 1996), contam a história das pessoas e dos lugares, carregam as marcas e as transformações ocorridas ao longo do tempo; possuem valores culturais, sociais, econômicos, políticos; é através de sua arquitetura que se torna possível perceber a atmosfera sob a qual foram construídos, “[...] a arquitetura é a cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de fatos novos e antigos” (ROSSI, 2001, p. 3).

A arquitetura e a paisagem são incorporadas às expressões humanas através da organização espacial. São expressões artísticas e patrimoniais representativas de um passado e apropriadas pelas pessoas. O que se intenta compreender nesta investigação é a conformação formal dos lugares e as relações dos diversos entes e esses espaços representativos da história piauiense, sejam eles os antigos ocupantes, sejam os jovens, as instituições públicas e privadas, para assim analisar as estratégias de preservação do ambiente rural como parte do patrimônio cultural, criando um processo de valoração de sua diversidade a partir de aspectos formais e de uso, inserindo-os de fato como testemunho e referência histórica, tecnológica e social.

Espera-se com este estudo contribuir para o conhecimento da produção da Arquitetura no contexto regional e das políticas públicas associadas à preservação patrimonial; oferecer contributos para avaliação dessas políticas públicas, rurais e urbanas, setoriais e específicas, que resultam na preservação do patrimônio cultural edificado do ambiente rural, espaço dessa

pesquisa. Também colaborar para que a arquitetura piauiense e sua paisagem cultural sejam mais estudadas e valorizadas, para que os profissionais tenham base, fontes de estudo e pesquisa que possibilitem melhor desenvolvimento dos trabalhos, e, por fim, para que haja maior conscientização quanto à importância da preservação dessas fazendas.

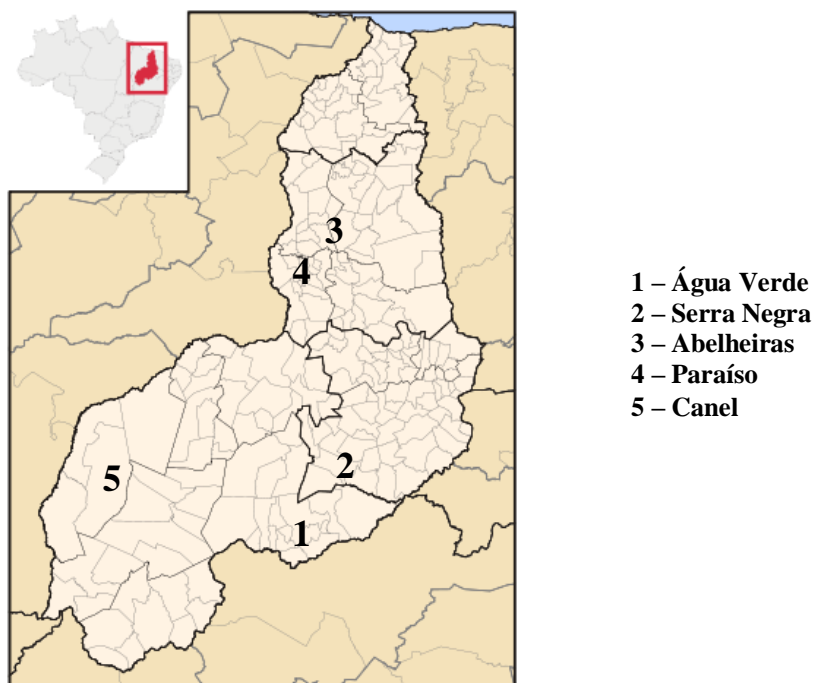
## **1.6 Procedimentos Metodológicos**

### **1.6.1 Delimitação da área e objetos de estudo**

A área de estudo pesquisada envolve grande parte do atual Estado do Piauí, posto que as fazendas elencadas na pesquisa, os objetos de estudo, surgiram, principalmente, a partir de sua ocupação ao longo dos séculos. Esses bens foram escolhidos partindo-se de alguns critérios: 1 – Ser representativo da atividade econômica desenvolvida no período em estudo, fato que molda as transformações físicas e diversas apropriações no meio ambiente, e desse modo, a paisagem, ao longo do tempo; 2 - ser um remanescente arquitetônico ou um exemplar íntegro, posto que através da materialidade pode-se compreender melhor outros aspectos, como a organização cultural e social; 3 - possuir permissibilidade de acesso, pois a análise *in loco* é de suma importância para compreender a realidade desses espaços hoje.

Sendo assim, foram 5 (cinco) os exemplares de fazendas trabalhados na pesquisa, quais sejam: A Fazenda Água Verde (possivelmente do século XVII, mas somente com registros a partir do século XVIII); a Fazenda Serra Negra (possivelmente século XVII e construção e registro do século XVIII); a Fazenda Abelheiras (século XVIII e construção do século XIX); a Fazenda Paraíso (início do século XX); e, por fim, a Fazenda Canel (final do século XX) (Mapa 1).

Mapa 1 – O Piauí destacado do Brasil, com a atual divisão em municípios, destacando-se a localização das 5 (cinco) fazendas em estudo



Fonte:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_munic%C3%ADpios\\_do\\_Piau%C3%AD#/media/Ficheiro:Piaui\\_MesoMicroMunicip.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Piau%C3%AD#/media/Ficheiro:Piaui_MesoMicroMunicip.svg). Acesso em 30 de junho de 2019.

### 1.6.2 Natureza, objetivos e método da pesquisa

A pesquisa aqui defendida, quanto a seus objetivos, tem perfil exploratório, pois busca conhecer mais sobre o patrimônio cultural rural e a paisagem piauiense, na busca por fornecer informações que possam contribuir para seu melhor conhecimento e usufruto. Ela também se classifica como descritiva, pois, na medida do possível, pretende-se retratar esses espaços, tanto sob o aspecto material quanto em seus aspectos intangíveis. Por fim, também possui caráter explicativo, posto que haja a tentativa de conectar as ideias e dados em busca da compreensão de causas e efeitos que influenciam na paisagem cultural local, bem como em seu trato atual. Quanto à sua natureza, entende-se a pesquisa aqui defendida como aplicada, pois dedica-se à produção de conhecimento, em busca de soluções para o melhor usufruto do meio ambiente.

O presente trabalho traz, de modo relevante, a abordagem qualitativa. Há um breve aspecto quantitativo quando as fazendas são analisadas, sobretudo em seus aspectos físicos, ocorrendo o emprego de padrões e sistemas, que facilitam a comparação e a análise dos

dados. Contudo, sua natureza é, de fato, qualitativa, pois, com base na interpretação e observação, tem-se a produção de significados, sendo estes do próprio objeto de estudo, ou mesmo aqueles atribuídos pelo pesquisador, considerando-se a realidade e a particularidade de cada objeto da pesquisa.

Quanto à metodologia a ser utilizada para a elaboração da pesquisa e a busca por responder aos diversos questionamentos, são utilizados métodos de pesquisas consubstanciados, principalmente e em primeiro momento, em pesquisa bibliográfica, com consultas em acervos públicos, particulares, em instituições competentes no entendimento sobre o ambiente rural local e a preservação do patrimônio histórico, cultural e artístico piauiense, e, ainda, a bancos de dados eletrônicos. Como apontam Marconi e Lakatos:

Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas. Esse material-fonte geral é útil não só por trazer conhecimentos que servem de back-ground ao campo de interesse, como também para evitar possíveis duplicações e/ou esforços desnecessários; pode, ainda, sugerir problemas e hipóteses e orientar para outras fontes de coleta (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 174).

As pesquisas bibliográfica vêm inicialmente, no processo, com o intuito de recolher dados que propiciem a revisão bibliográfica e o entendimento, sobretudo, da área objeto de estudo, bem como os instrumentos de proteção e gestão do lugar. Busca-se informações para o embasamento do trabalho, dados sobre a arquitetura e a paisagem formada, sobre os fatos históricos e atuais envolvendo aspectos políticos, sociais e culturais pertinentes ao tema.

A pesquisa de campo também se faz essencial. Com base nesta, podem ser produzidos e atualizados levantamentos diversos, bem como a coleta das impressões dos usuários a partir de conversas coloquiais, informais, entendendo que, como a questão maior envolve a paisagem, o reconhecimento da realidade e da percepção de quem usufrui dos espaços é de fundamental importância.

Ocorre, também, a pesquisa de campo exploratória, com observação direta, cujo objetivo é obter informações e gerar conhecimento acerca do problema proposto. A visita aos locais para reconhecimento dos espaços, da condição material atual das edificações e a compreensão da realidade social, econômica e cultural na qual elas estão inseridas foi importante, apesar da pandemia do Covid-19.

Na análise dos espaços e dos dados que compreendem o recorte espacial em estudo, no caso, cinco fazendas do Estado do Piauí, e das pessoas que, de algum modo, contribuem para a conformação desse espaço, segue-se a orientação de Bardin (2011), quando apresenta a organização da análise de dados em três etapas: a pré-análise, que seria a organização



propriamente dita, para operacionalização e sistematização das ideias iniciais, de modo a conduzir o desenvolvimento das operações; a exploração do material; e, por fim, o tratamento dos resultados, quando ocorrem inferências que fundamentam a interpretação final. Levantamentos diversos, como o fotográfico e físico-arquitetônico que envolvem aspectos materiais que formam o espaço e contribuem para a materialização da memória tornam-se importantes nesse contexto.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A Arquitetura e a formação dos primeiros núcleos urbanos

Para falar dos primeiros núcleos urbanos do Estado do Piauí, inicialmente faz-se necessário dialogar com alguns conceitos que permitirão a melhor compreensão do tema, sobretudo, por se discutir dentro da linha temática “Espaço e Problemas Socioambientais”. Debater sobre as primeiras incursões ao território piauiense e seus reflexos na contemporaneidade implica buscar compreender melhor sobre aspectos como, por exemplo, Arquitetura e Urbanismo.

A Arquitetura ocorre, principalmente, desde a sedentarização do homem, ainda no período Neolítico, como definido pela História. É fato que os humanos são apenas uma das muitas espécies animais que constroem, mas diferente dos demais, “[...] a construção humana é um ato consciente, um ato reflexivo, um ato que incorpora inúmeras decisões e escolhas” (ROTH, 2017, p. 3). Assim, é importante compreender o significado da Arquitetura, pois ela é o reflexo da trajetória e da cultura dos mais diversos grupos.

Ao longo do tempo, muitos teóricos buscam esse entendimento. As teorias sobre o que é Arquitetura estão ligadas à identificação de variáveis importantes, como espaço, estrutura ou processos sociais, em termos das quais as edificações devem ser vistas e avaliadas. Dessa forma, nessa pesquisa, intenta-se entender a Arquitetura erigida nas primeiras nucleações, discutindo suas mais variadas condicionantes, que envolvem, então, os aspectos materiais e simbólicos, sempre acreditando na Arquitetura como algo bem maior que um simples abrigo, mas sim como o reflexo das sociedades, como um legado e uma rica fonte de pesquisa para maior compreensão sobre o meio e seu trato para o futuro.

Os edifícios erguidos são grandes responsáveis pela formação do mundo físico e além, podendo ser compreendidos como um imenso livro, pronto para ser explorado e a permitir inúmeras descobertas, como acreditava o poeta francês Victor Hugo (1802-1885), que

entendia a Arquitetura como o grande livro da humanidade, um livro de pedra, a expressão principal do homem em seus diversos estados de desenvolvimento, seja como força, seja como inteligência (CHOAY, 2007). Contudo, também se concorda com Roth (2017, p. 3), quando ele afirma que “a arquitetura é uma forma não verbal de comunicação, um registro mudo da cultura que a produziu”. Assim, ressalta-se o entendimento da Arquitetura como uma forma de linguagem, considerando os aspectos simbólicos, os sistemas de comunicação, e que, mesmo não sendo verbal, é capaz de expressar inúmeros significados. Deste modo, é preciso saber ler essa produção; para tanto, é necessário dialogar com a História e com outras disciplinas como a Antropologia ou Sociologia, a fim de captar todas as suas nuances.

A ideia de compreender e, desta forma, contribuir para o melhor trato do meio ambiente hoje está em consonância com o entendimento do papel do historiador. Giedion (2004) acredita que o historiador deve tentar compreender os fatos de um determinado período, mas sempre com o entendimento de que as referências absolutas não existem, de que a história, ao ser tocada, é sempre modificada, e de que, principalmente o historiador da arquitetura deve manter-se com os pés firmes na contemporaneidade, para compreender mais profundamente quais questões do passado precisam ser esclarecidas. É destacado ainda o pensamento de Cardoso (1997, p. 18), para quem “[...] todas as representações humanas de todos os tipos são simbolicamente mediadas [...], o conhecimento humano em todas as suas formas tem a ver com linguagens (no sentido semiótico: verbais tanto quanto não verbais) e processos de significação (semioses)”.

Outro ponto a ser explicitado diz respeito à construção da História da Arquitetura. Percebe-se, ao longo do tempo, que os teóricos e historiadores debruçaram-se, em sua maioria, na compreensão de edifícios icônicos considerados importantes, como as grandes construções institucionais que exigiram volumosos recursos materiais, financeiros e técnicos, fazendo com que as construções vernáculas fossem deixadas em segundo plano. De acordo com Weimer (2005), o vernáculo, que vem do latim *vernáculo*, foi usado, originalmente, para designar o escravo nascido na casa do senhor, mas hoje o termo é associado à língua ou costumes próprios de uma região. Para ele, “a arquitetura popular, de forma genérica, não faz parte do imaginário dos arquitetos” (WEIMER, 2005, p. XXXVI) e o uso do termo popular exclui a arquitetura erudita, realizada pelas elites, bem como não se liga ao vulgar, ordinário ou trivial. Neste trabalho, ambos os termos serão adotados, os dois traduzindo o que é próprio do lugar, o que enraíza e denota tradição.

Desta forma, é necessário que se abordem dois aspectos para seguir nessa discussão. O primeiro diz respeito aos elaboradores dessa história, que, segundo Roth (2017), foram, até os séculos passados, arquitetos, mecenas ou historiadores das cortes, querendo ressaltar a distinção entre a “arquitetura erudita” e a massa vernacular que compunha seus entornos. O outro aspecto diz respeito ao papel da Arquitetura em demonstrar poder, sempre relacionada a essas relações, sobretudo, destacando o papel das instituições Estado e Igreja, constituindo as cidades por meio dos equipamentos urbanos, dotando-as de espaços privilegiados, onde somente se fazia presente parte da sociedade que detinha o capital econômico.

As fazendas, aqui discutidas, enquadram-se nesse campo da arquitetura vernácula ou popular, e, por muito tempo, sobretudo as do Piauí que não foram conformadas através de um ciclo econômico de grande vulto financeiro, foram marginalizadas no campo da pesquisa.

Como já disse Weimer (2005, p. XLIV), “Existe uma velha lei não escrita, mas também não desmentida, de que, em Arquitetura, nada provém do nada”. Assim, são muitas as influências sentidas nas construções desses primeiros espaços erguidos no Piauí. Como em todo o Brasil, elas vieram, principalmente, dos portugueses, dos negros, dos indígenas e das diversas misturas entre eles. A partir, principalmente, dos anos 1930, a produção arquitetônica que ocorreu, principalmente nos dois primeiros séculos de descobrimento no País, ganhou nome, sendo entendida como a Arquitetura Tradicional Brasileira. Dessa forma, esclarece-se que

A tradição em arquitetura pode ser descrita como um conjunto de precedentes conhecidos e de uso consagrado, parcialmente repetidos, parcialmente modificados, dos quais o arquiteto de utiliza quando projeta um edifício. É um conhecimento do que já se fez no passado, recente ou longínquo, que torna possíveis a quem projeta ir direto às prioridades, poupando-lhe o trabalho de reinventar o que já foi inventado [...] A tradição em arquitetura é feita de formas, mas de formas que têm identidade e muitos pontos de referência. As formas novas nascem de formas existentes que, sem que se saiba como, pertencem à memória [...]” (STROETER, 1986, p. 109-110).

A condição moderna está intrinsecamente ligada à modernidade. Para ser moderno, à frente, deve-se inicialmente entender o passado, as referências, para só então ter consciência do que se quer ultrapassar. Ressalte-se a compreensão de que a tradição é constituída no dia a dia, e muitas vezes não é intencional, pois depende, em muito, da memória. Tradição e memória andam sempre lado a lado. Para Roth (2017), “[...] nossa arquitetura é nossa memória construída; tanto a arquitetura aclamada como a construção anônima são heranças

culturais e sociais. Quando removemos qualquer parte dela, apagamos parte da memória, provocando uma gradual lobotomia cultural”.

Assim, a Arquitetura é um dos aspectos mais fortes na construção das memórias, pois trazem a forma. Ao pensar em determinado lugar, a mente humana, em sua maioria, prioriza a forma mural que os espaços possuem, para em seguida lembrar outros aspectos como o odor e o tato. Do mesmo modo que ocorre ao lembrar-se das pessoas, quando geralmente os rostos são os primeiros a chegar à mente; no ambiente construído, o aspecto formal tem predominância sobre os demais, constituindo a memória.

São elas, as memórias, que ajudam a formar as identidades, portanto, memórias e histórias fornecem dados à História e, juntas, são representações de algo que passou, construções imaginárias de reinvenção do passado (PESAVENTO, 2002). A identidade não existe sem a memória e, para os historiadores, relaciona-se à noção de alteridade e parte do pressuposto que se faz necessário que existam diferentes coisas ou seres com diferentes características, para que se encontrem as diferenças ou semelhanças entre os grupos ou elementos individuais (CARDOSO, MELO, 2013).

Memória e História estão diretamente ligadas à construção do meio ambiente, e assim à valorização do patrimônio cultural, pois uma das maiores instigadoras da memória são as formas impressas de vida no patrimônio cultural. A forma material, perceptiva, constitui os edifícios, as construções, que, por sua vez, definem a forma urbana. Desse modo, as primeiras fazendas erguidas no Piauí deixaram marcas e formas ainda perceptíveis nos núcleos urbanos que se apresentam hoje.

Outra discussão importante e que faz parte desse caldo que a Arquitetura constitui com a História, com a memória e, por sua vez, com a identidade, é a que gira em torno dos conceitos de espaço e lugar. Esses termos comuns distinguem-se pela capacidade humana de criar símbolos. O lugar é o espaço significado, dotado de valores pelos seres atribuídos, e nele as pessoas se identificam, percebem suas tradições e cultura.

Os seres humanos habitam espaços que foram construídos por eles, transformando a natureza. Para Tuan (1983), a definição dos espaços a partir das construções é relevante, pois elas alteram o meio ambiente, que, por sua vez, afeta as pessoas que com ele interagem. A percepção humana e suas sensações são aprimoradas pelo espaço construído, e o espaço arquitetônico, do mais simples até o monumental, capaz de definir sensações e transformá-la em algo concreto.

No Piauí, as primeiras manifestações e incursões vieram, principalmente, a partir do século XVII e XVIII, com a economia pastoril sertaneja, quando teve início o interesse da Coroa em manter a monocultura canavieira no litoral e, assim, houve o deslocamento do criatório de gado para o sertão (BICCA; BICCA, 2008).

Para falar de sertão é importante destacar que, nos “[...] tempos coloniais, a categoria “sertão” era utilizada para classificar as regiões não-litorâneas, referindo-se a áreas escassamente povoadas e que tinham como vocação econômica a agropecuária.” (JESUS, 2006, p 255). Nesse início, com essa separação, cria-se a ideia de “litoral civilizado” e “sertão bárbaro”, levando, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII e no século XIX, a percepção de região sem lei, violenta, dos não civilizados, apta, portanto, a colonização.

A pecuária se constituiu na mais importante atividade subsidiária dos engenhos, tornando-se também, a principal desencadeadora do movimento que iria povoar vastas áreas do território brasileiro, tanto por seu caráter itinerante inicial, quanto por não necessitar de vultosos investimentos de capital e de pessoal para o seu funcionamento, e ainda por contar com as excelentes pastagens presentes nas grandes extensões de terras disponíveis fora da faixa litorânea (ALVES, 2003).

Nessa região, tem início uma Arquitetura Rural, cuja tipologia fazenda foi a mais expressiva. Tipologia vem de “tipo” e, sobretudo em Arquitetura, é relevante por contribuir organizando de modo metodológico os estudos que abarcam essa disciplina. Muitos teóricos da Arquitetura se debruçaram sobre essa noção, como o teórico francês Quatremère de Quincy, quando ainda em 1825, definiu formalmente tipo e introduziu o conceito ao campo disciplinar da Arquitetura. Para Quatremère,

[...] tipo é a idéia por trás da aparência individual do edifício, uma forma ideal, geradora de infinitas possibilidades, da qual muitos edifícios dissimilares podem derivar. Distingue-se do modelo, objeto específico que pode ser copiado identicamente. [...] tipo arquitetônico é o principio que regula as modificações e a chave para a legibilidade do público, pois é por ele que se imprime o caráter distintivo aos edifícios. (PEREIRA, 2012, p.3).

Ressalta-se também a noção formulada pelo arquiteto italiano Aldo Rossi (1931-1997), para quem tipologia diz respeito a construções que tem entre elas analogia formal e/ou funcional, é um elemento típico encontrado nas construções e na Arquitetura (ROSSI, 2001). Portanto, para esse estudo, tipologia “[...] objetiva o estabelecimento de relações formais e

funcionais entre diversos edifícios de maneira a formar agrupamentos para fins de estudo e projeção” (COLIN, 2000).

Contudo, se faz preciso esclarecer mais sobre a tipologia fazenda, entendendo-as como grandes contribuintes para as primeiras formações urbanas do Piauí, Estado que tem sua história ligada a dois bandeirantes, Domingos Jorge Velho e Domingos Mafrense, que vieram em busca de metais preciosos e com o propósito de extermínio dos nativos e, também, do aprisionamento do gado, trazendo para a região a influência das moradias por eles desenvolvidas.

Não há arquitetura completamente nova. Toda edificação relaciona-se ao conhecimento de precedentes, sejam implícitos ou explícitos (FARRELLY, 2014). As Fazendas no Piauí surgiram como uma mistura de traços da produção bandeirista, aspectos dos complexos engenhos e das construções lusas e, mesmo que talvez de modo não tão intencional, da arquitetura indígena e das manifestações da cultura negra. São construções afastadas uma das outras, principalmente em razão das grandes extensões de terra que foram sendo demarcadas.

Para Brito (2014), as condições de vida existentes naquele momento, nos sertões piauienses, eram extremamente precárias, por causa do isolamento e da falta de inúmeros produtos, como ferragens, por exemplo, pois a comunicação era muito difícil, tanto com os centros urbanos do litoral, quanto com outras fazendas do próprio Piauí, principalmente pelas grandes distâncias entre elas. Dentro das fazendas, esse isolamento da população tornou a vida resumida ao trabalho, sem muita comunicação com o mundo exterior.

Como definiu o historiador brasileiro Capistrano de Abreu (1853-1927), surgiu a “Civilização do couro” no “Sertão de Dentro”, em que a pecuária e o Vaqueiro – um misto do colonizador europeu, do escravo negro e do indígena catequisado (SILVA FILHO, 2007) – garantiram a estruturação do Piauí. A ocupação rarefeita formou em primeiro momento um deserto pontilhado apenas onde havia a concentração de gado, e, com isso, de alguma população, pois de início, a ausência de núcleos habitacionais não requeria grandes igrejas ou colégios, e as fazendas piauienses, cujas características marcantes são a simplicidade e adaptabilidade, compostas pelas casas rurais, tornaram-se o marco das transformações no meio ambiente e o embrião para as primeiras vilas posteriormente surgidas.

Para a História brasileira, a casa sempre esteve como um local privilegiado, um espaço delimitado por limites físicos, complexo, onde ocorrem as mais diversas dinâmicas sociais, sendo ao mesmo tempo um espaço íntimo e privativo, representado pelos dormitórios, por

exemplo, e espaço público, demarcado por áreas como as varandas. Em casa, as relações se transformam, os comportamentos assumem novas posturas e as relações de poder muitas vezes são redirecionadas. Portanto, como afirma Viollet-le-Duc apud Rossi (2001, p. 80), “na arte da arquitetura, a casa é certamente o que melhor caracteriza os costumes, os gostos e os usos de um povo”. Por meio das casas de fazendas, é possível entender como o lar, o local de morada, passou a ser o refúgio, o reino da intimidade e ao mesmo tempo a expressão de desenvolvimento dos primeiros sítios urbanos no Piauí.

Ao longo da história o meio ambiente foi sofrendo intervenções, sendo construído e, ao mesmo tempo, definindo as funções sociais e as diversas relações. Para Tuan (1983), as pessoas tendem a mensurar seu comportamento quando o ambiente é planejado pelo homem e não quando o ambiente é a própria natureza. O autor defende ainda que a arquitetura ‘ensina’, e que, na falta de livros e instrução formal, a arquitetura torna-se um meio para compreender a realidade.

A partir dos anos 1960 e 1970, os edifícios passaram a ser percebidos por sua importância ambiental. Ao ser construído, ele torna-se parte do meio, como uma árvore ou uma pedra (ROTH, 2017). É difícil precisar a nascença da cultura humana, o seu despertar. Os seres humanos foram criando instrumentos e ferramentas para transformar o meio a sua volta e criar o ambiente artificial. No Piauí, como em demais lugares, os primeiros núcleos vêm das fazendas que, por sua vez, constituíram as primeiras vilas locais e, com o tempo, formaram cidades. Desse modo, pensar a Arquitetura, o Urbano, o Meio, é conversar com temas interdisciplinares.

## **2.2 A trajetória do patrimônio**

### **2.2.1 As nuances do conceito no mundo e no tempo**

Esses espaços, cuja arquitetura é um meio para a compreensão do passado e, também, podem ser instrumentos para pensar o presente e o futuro, traduzem a cultura e a identidade dos grupos. Desta forma, para dar seguimento a pesquisa, intenta-se discutir conceitos que nortearão o processo de investigação, compreendidos de maneira ampla, por meio de uma perspectiva multidisciplinar, dentre eles, o de Patrimônio Cultural. Entretanto, para sua melhor compreensão, volta-se ao passado e à formação do termo e sua ideia.

Para Choay (2007), é necessário regressar ao período 146 a.C., quando do surgimento do termo “monumento”, que vem do latim *monumentum* e deriva de *monere*, que significa um



artefato feito para advertir, recordar. Para esta autora, foi a partir de uma batalha ocorrida naquele ano entre romanos e gregos, que a noção de que alguns objetos passaram a ter uma valoração diferente das demais começou. Com a “[...] partilha dos despojos entre os exércitos aliados, após o saque de Corinto, o general romano L. A. Mummius fica desconcertado com a importância dos lanços feitos por Átalo II por objetos pelos quais os romanos não percebiam interesse [...]” (CHOAY, 2007, p. 30)”.

Esses objetos, admirados por sua beleza, passaram a funcionar como marcos no processo de apropriação, servindo como troféus. A partir da queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C., período definido como início da Idade Média, a Igreja Católica, instituição que representa o período, começou a se preocupar com a preservação de determinados bens como testemunhos de fatos e feitos, passando a entendê-los como possíveis perpetuadores de sua glória. Contudo, a falta de distanciamento suficiente para interpretá-los como históricos ainda ocorreu.

Foi apenas no período definido no campo das Artes como Renascimento, que o termo monumento ganhou a nova adjetivação. Nesse contexto, o homem percebeu-se de modo diferente, buscou a compreensão da natureza, o domínio sobre esta, a valorização da razão em detrimento dos dogmas. Pela primeira vez, voltou-se o olhar para trás. Foi então que os objetos, sobretudo os da Antiguidade Clássica, passaram a ser entendidos como artefatos capazes de rememorar, sendo chamados de “monumentos históricos”.

Durante os séculos seguintes, até a Segunda Guerra Mundial, essa nomenclatura imperou nas discussões que envolviam a história, as artes e a memória. Contudo, concomitantemente, outras expressões foram sendo formadas, como a ideia de “patrimônio”. Essa noção veio também dos romanos, mas inicialmente ligada a direitos e deveres herdados, passados entre gerações. Foi apenas no século XVIII, na França, logo após a Revolução de 1789, que o termo foi adotado e relacionado à reunião, ao conjunto de monumentos de importância econômica e estética do povo francês. Apesar de utilizado para aquele contexto, com o passar do tempo, foi “adormecendo”, tendo a expressão “monumento histórico” um uso mais eficaz, ligada à ideia de objeto a ser preservado.

No século XX, após a Primeira Guerra Mundial, houve a perda de muitos objetos expressivos, fazendo com que o termo patrimônio histórico entrasse em cena, como uma alternativa ao comum monumento histórico, que não tinha em sua constituição a ideia de agrupamento de bens.

Por sua vez, findado o grande conflito da Segunda Guerra Mundial, os valores da humanidade se modificaram. O número de monumentos perdidos foi incontável e começou-se a perceber que havia desaparecido não só bens materiais, mas também os imateriais, ou seja, os fazeres e saberes de comunidades inteiras. Outro aspecto discutido desrespeitava a condição histórica dos bens, antes atrelada ao que necessariamente tivesse um passado longo. Após a guerra, viu-se que muitos bens, não considerados antigos, tinham sua relevância para os centros e para as pessoas. Por fim, como a perda foi de dimensões inimagináveis, com cidades inteiras praticamente desaparecidas, percebeu-se a limitação de monumento histórico e a adequação da noção de patrimônio ao se falar de conjuntos. Portanto, na conferência proposta pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência, Cultura (UNESCO), em 1972, foi discutida e aceita a sobreposição do conceito de patrimônio cultural universal sobre o de monumento histórico (CHOAY, 2006).

Aos poucos, bens que antes não eram entendidos como merecedores de preservação passaram a ser vistos como importantes. Nesse rol, incluem-se novos bens como os industriais, naturais, rurais, dentre outros, que até aquele momento eram deixados de lado pelas instituições oficiais. Para entender o novo olhar sobre o patrimônio, se faz necessário ter em mente que nada “surge” patrimônio, mas sim bens tornam-se importantes a partir da valoração que as pessoas se lhes atribuem. Para reconhecer o patrimônio cultural na contemporaneidade, é preciso compreender características importantes e inerentes a ele, como a dinamicidade, a importância para a coletividade e a capacidade de diferenciar e distinguir grupos.

Ainda na Conferência da UNESCO de 1972, foi percebido que muitos bens extrapolavam os seus limites, sejam regionais, nacionais e até continentais, formando o Patrimônio Mundial ou o Patrimônio da Humanidade. Para ser agraciado com tal título, o bem deve atender critérios necessários, divididos em culturais e naturais. Contudo, ao longo do tempo, a linha entre esses dois grupos está se tornando cada vez mais tênue, e alguns bens respondem a critérios mistos, formando assim a Paisagem Cultural, termo adotado em 1992 pela UNESCO, ela considerada como um bem, onde todas as relações ali existentes devem ser valorizadas.

No final do século XX, o termo Patrimônio Cultural ganhou força. Para entender melhor essa questão, volta-se de início à História e à crise de seus paradigmas explicativos, que começou nos anos 1960, e colocou em discussão marcos conceituais dominantes até aquele momento, cujo modelo era o das abordagens totalizantes, dos documentos, a história

dos grandes eventos e dos grandes homens. Depois de uma guerra de perdas inimagináveis, a realidade não mais cabia no esquema de verdades absolutas e de módulos redutores. Assim, a partir das três últimas décadas do século XX, os historiadores saíram em busca de novas questões, novos problemas, temas e campos de estudo, bem como começaram a utilizar fontes diversificadas.

Pesavento (2004) afirma que é nesse novo contexto que acontece a História Cultural, caracterizando-se, principalmente, pela multiplicidade de abordagens e objetos, trabalhando e pensando a cultura como um conjunto de significados construídos e partilhados pelos homens para explicar o mundo, pois “[...] a história cultural tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos” (CHARTIER, 1988, p.17). Não se trata de negligenciar as expressões culturais das elites ou das classes subalternas, ao contrário, o que ocorre é uma valorização das estratificações e dos conflitos socioculturais como objeto de investigação.

Quanto à “Cultura”, é aqui interpretada como um modo de vida ou os diferentes modos de vida de cada grupo humano, herdados pela tradição e passados entre gerações; os ambientes naturais são transformados pelo homem por meio de seus diferentes costumes, valores e tradições. A cultura, intrínseca ao ser humano enquanto ser social é “[...] a organização da experiência e da ação humana por meio simbólico. As pessoas, relações e coisas que povoam a existência humana manifestam-se essencialmente como valores e significados” (SAHLINS, 1997, p.41).

O início do século XXI traz o patrimônio como um tema central nas reflexões que envolvem cultura, e, ainda, as cidades ou o meio ambiente, e como algo que pode ser entendido de diferentes maneiras, por diversos sentidos, que depende das percepções dos diferentes grupos que compõem uma sociedade. Cada vez mais se busca diminuir a grande lacuna criada, sobretudo com a modernização, entre bens culturais e bens ambientais.

Nesse sentido, adota-se a teoria de campo defendida por Pierre Bourdieu (1930-2002), que acredita ter o campo leis de funcionamento que o caracterizam como relativamente autônomo e que regulem suas transformações e limites (BOURDIEU, 2007). Desse modo, o sociólogo francês entendia o patrimônio como um campo, espaço simbólico no qual os mais distintos agentes determinam e validam as representações em disputa. Esse campo torna-se cada dia mais complexo, e passa a ser interesse não apenas de uma camada restrita e limitada

como antes, mas objeto de debate, mobilização e controvérsia em todo o mundo (CASTRIOTA, 2009).

Para dialogar a respeito das primeiras fazendas piauienses, sua importância para a cultura e para toda discussão que envolve o meio ambiente, procura-se enxergar as diferentes culturas de forma livre do etnocentrismo, sem julgar o outro a partir de sua própria visão e experiência, buscando compreender a diversidade, os diferentes sistemas simbólicos e práticas, posicionando-se contra a visão universalista e de superioridade, defendendo as diferenças culturais e que a história é particular.

O avanço da comunicação, e com isso a globalização que ocorreu nas últimas décadas, poderia levar a crer na formação de uma padronização, como se valores e modos de vida pudessem ser uniformizados, o que se tornaria uma ameaça à tradição. Por outro lado, o crescimento do contato e do diálogo entre os muitos grupos poderia ser entendido como um risco ao patrimônio cultural, como se a cultura fosse algo estático (CASTRIOTA, 2009).

Contudo, entende-se que a cultura é continuamente reconstruída e retrabalhada, porque as perturbações intencionais ou não sempre ocorrem. O papel da análise cultural é crítico, pois a partir de então pode ocorrer um processo de renegociação das normas (FISCHER, 2013). Hoje, as novas formas de globalização aproximam o Planeta, ocorrendo uma interação policêntrica mais ampla, embora desigual, surgindo assim novas éticas multiculturais. Considera-se a heterogeneidade, e o que importa hoje é o capital cultural. O que se percebe nos últimos anos é o crescimento do interesse pelas tradições culturais e sua importância para o viver e produzir, o que interfere diretamente no meio em que se habita.

Destaca-se, mais uma vez, que o crescimento do campo patrimonial e a ampliação do entendimento do que são os bens culturais fazem com surja a necessidade do diálogo com diferentes campos e disciplinas. E conforme aponta Castriota (2009), para ajudar na compreensão de toda essa complexidade contemporânea surgiram, no final do século XX, ideias como a de patrimônio ambiental urbano, que, por sua vez, se aproxima de três campos, quais sejam: o da preservação do patrimônio, do planejamento do território e da preservação ambiental, que até aquele momento pouco se comunicavam.

[...] - ao se afastar da noção reificada de monumento – incorpora a idéia da dinâmica da cultura e do ambiente construído; por outro, percebe-se – através da mediação de ideias como a de sustentabilidade e de qualidade ambiental – a necessidade de se pensar conjuntamente as chamadas “áreas históricas” e o restante do tecido urbano e do território. E, finalmente, entende-se que a ideia de meio ambiente inclui o ambiente urbano, no qual vive a maior parte da humanidade (CASTRIOTA, 2009, p. 13).

Para esses bens, como as antigas fazendas, constituídos de valores pelos mais diversos agentes, é essa valoração que vai estabelecer vínculos, e permitir a apropriação que conduzirá a objetivos e ações de longo prazo, em busca do olhar crítico para esses espaços, de como eles podem interferir e contribuir para uma gestão estratégica mais sustentável do meio.

### **2.2.2 Os caminhos percorridos no Brasil**

Até a segunda década do século XX não havia, no País, por parte do poder público, nenhuma ação voltada para a proteção do que à época se entendia como monumentos artísticos e históricos. A exceção estava na criação de museus, que já configuravam em algumas partes do Brasil desde o início do século XIX; contudo, esses eram espaços reservados para bens materiais móveis. E os imóveis? E os centros das primeiras nucleações urbanas do País que – sobretudo a partir daquela época, anos 1920 – passaram a sofrer muitas e fortes intervenções, em decorrência de um processo entendido como de modernização e industrialização? Assim, a história da preservação dos bens considerados relevantes no País está ligada a dois agentes que, de início, parecem contraditórios: os modernistas e o Governo de Getúlio Vargas, reconhecido como o Estado Novo.

A partir dos anos 1920, regressaram dos seus estudos na Europa vários intelectuais, que, ao chegar ao Brasil e a retornar às suas cidades de origem, começaram a perceber a grande transformação pelas quais essas cidades estavam passando, em função de um processo de industrialização, e que, em busca da modernidade, promovia grandes destruições, principalmente da arquitetura erguida em tempos passados. Nomes como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral começaram a escrever artigos e a publicar sobre o abandono das cidades históricas, sobre eventos que, aos poucos, estavam destruindo o passado e do que se passou entender por tradição (FONSECA, 2009).

O Movimento Moderno, cuja origem vem da Europa, sobretudo das ideias de grandes mestres alemães, ocorreu majoritariamente entre os produtores e consumidores da literatura e da arte. Eles buscavam romper não só com a tradição estética, mas com o historicismo e uma tradição cultural profundamente enraizada. A princípio, então, parece antagônico o papel desses intelectuais nessa empreitada. Mas não se pode esquecer que, como afirma Castriota (2009, p. 14), “tradição e modernidade vão ser, de fato, os polos em torno dos quais vamos situar o fenômeno do patrimônio, tentando mostrar, em vários momentos, a relação complexa e ambígua que eles estabelecem entre si”. Para os modernistas, o rompimento com o passado

só tinha sentido em países com tradição nacional internalizada; portanto, eles enveredaram numa missão social, ou seja, na construção de uma tradição brasileira autêntica (VILLASCHI, 2008).

Os modernistas buscaram a identidade nacional, tornando-se este o tema comum no campo artístico. Estabeleceram uma visão crítica do Brasil europeizado e valorização dos traços primitivos. Na Arquitetura, não foi diferente, e nomes como Lúcio Costa passaram a ser grandes representantes daquele momento. Para ser moderno, precisava-se compreender o que era a verdadeira tradição do País, inclusive, para poder deixar para trás o que não era considerado adequado.

Nesse período, foi instaurado o Estado Novo, um regime político centralizado e autoritário, fundado pelo presidente da República à época, Getúlio Vargas, em 1937, e que durou até 1945. O Estado passou a ser reconhecido como o representante legítimo da nação, entendida como indivíduo coletivo e não mais como um conjunto de indivíduos. Apesar de os muitos danos infligidos por um governo ditatorial, como supressão de direitos, da representação política, da instauração da censura, foi a partir de então que se abriu espaço para os intelectuais modernistas, pois o governo tinha como objetivo colocar o Brasil no rol das nações mundiais e, para tanto, fez-se necessária a criação de uma cultura nacional homogênea, do que eles acreditavam ser a verdadeira cultura brasileira.

Para Fonseca (2009), dois outros aspectos merecem ser destacados quanto aos modernistas: primeiro, a dificuldade encontrada por eles próprios em achar campo de trabalho, pois, se ressalta, não foi fácil vencer formas que estavam profundamente enraizadas; o outro aspecto foi ter encontrado dentro do governo pessoas que compartilhavam de suas ideias, como o ministro do Ministério da Educação e Saúde (MES), o mineiro Gustavo Capanema (1900-1985). Portanto, na década de 1930, o que parecia ser contraditório de início foi na realidade um encontro de interesses. Para Capanema, importava a construção dos valores estéticos e a proximidade com a cultura a partir dos intelectuais; para esses, o MES foi um espaço para o desenvolvimento de seu trabalho, tanto artístico, com destaque para a Arquitetura, quanto para a criação da tradição local, tão cara aqueles dois grupos daquele momento.

Assim, tiveram início as primeiras ações oficiais em busca de reconhecer e preservar os bens considerados relevantes estética e historicamente no País. Ainda na década de 1920, surgiram as primeiras respostas por parte do poder público, quando os governos estaduais criaram Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos, em Minas Gerais (1926), na Bahia

(1927) e em Pernambuco (1928). Contudo, viu-se que esses núcleos não eram suficientes diante de tanta demanda. Em 1933, Ouro Preto foi elevada à categoria de monumento nacional pelo Decreto n. 22.928, a primeira iniciativa em relação à proteção do patrimônio por parte do Governo Federal. Em 1934, na promulgada Constituição Federal, ocorreu uma pequena, mas primeira menção sobre a importância do patrimônio. Também nesse ano foi criada a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, o primeiro órgão de proteção do patrimônio, surgido no Museu Histórico Nacional, e desativado em 1937, pois num país de dimensões continentais, ele não foi suficiente (FONSECA, 2009).

Assim, com o intuito de dar seguimento as ações, em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que passou a integrar oficialmente a estrutura do MES. Outro problema solucionado foi a questão da propriedade, já garantida na Constituição de 1934 e mantida com o Decreto-Lei n. 25 de 1937, elaborado pelo advogado mineiro Rodrigo M. F. de Andrade (1868-1969), e que trouxe a figura jurídica do Tombamento, um instrumento que garante a tutela do Estado sobre os bens históricos e artísticos, sem retirar sua propriedade. Este, ainda nos dias atuais, é um dos meios mais utilizados no País em busca da preservação.

Assim, os primeiros trinta anos de ação do SPHAN foram considerados como a “Fase Heroica” do órgão, quando Rodrigo Melo, seu diretor durante todo esse período, empreendeu uma série de tombamentos no País. Esse primeiro momento é criticado hoje de formas diferentes. Positivamente, pois é considerado um feito a quantidade de bens que passaram a ser protegidos. Negativamente, pelos tipos de bens tombados, que deixava evidente o caráter discricionário dos agentes baseados, muitas vezes, na autoridade e não tanto em estudos ou pesquisas, que eram pouco acessíveis à opinião pública, tendo por prioridade uma proteção baseada na historiografia da época, que incluía bens imóveis dos séculos XVI, XVII e XVIII; monumentos arquitetônicos, sobretudo os religiosos; a arte do período colonial brasileiro que culminou no Barroco; alguns bens do Neoclassicismo quando representativos do período Brasil Império; e vários bens modernistas, reconhecidos por serem – arte e arquitetura próprias do Brasil e não uma cópia do exterior; por ser uma arquitetura mais barata, rápida, prática, o que condizia com os anseios da época; e, por fim, pelo viés social, acessível a todos (RUBINO, 1996).

Milet (1988) acentua a crítica feita às primeiras ações de preservação, entendendo-as como elitistas. Essa colocação é feita pelo fato de que os bens a ingressar no elenco dos protegidos terminavam por serem bens pertencentes à elite econômica da época e

representativos dos momentos referentes ao auge econômico do país, dos chamados “ciclos econômicos representativos”.

[...] evidencia-se a proteção aos lugares em que se concretiza o processo colonizador [...] pode-se pensar que são justamente os lugares monumentais aqueles que melhor correspondem ao ideário dos arquitetos, desde que ali, os padrões formais, em geral dentro dos cânones eruditos, corporificariam a essência do belo, e portanto, a obra de arte [...] No que se refere ao conteúdo do tombamento pelo valor histórico, pode-se dizer que os bens contemplados foram, em geral produtos da experiência cultural da elite econômica, política e intelectual ou ainda locais vinculados a fatos consagrados pela historiografia oficial [...] (MILET, 1988, p. 181-183).

Outro aspecto diz respeito aos agentes responsáveis pela escolha desses bens, pois quem compunha o órgão à época (o SPHAN), era considerado a elite intelectual, e pautava suas escolhas em maioria pelo viés artístico, em detrimento de outros aspectos importantes como o histórico. “Com efeito, é tal postura que prevalecerá dentro dos quadros técnicos do SPHAN”; afirma que cabe “aos arquitetos funções e posições decisórias, na medida em que, dentro da divisão de saberes, é atribuído a esses profissionais o domínio da linguagem e cânones artísticos da arquitetura, em particular, e das artes em geral” (MILET, 1988, p. 179).

Dessa forma, enfatize-se, os primeiros trinta anos de ação para a preservação foram marcados pelo uso do instrumento tombamento, com bens selecionados por poucos e diferenciados agentes, sem a participação popular no processo, e definidos pela exclusão, em maioria, de bens da cultura indígena, negra, e dos bens ecléticos, posto que não representassem as formas do País. Também não entraram, ainda, bens industriais ou bens rurais, por não conter o apelo artístico tão caro para a época. Rubino (1996, p. 102), ao analisar os tombamentos ocorridos no Estado de Pernambuco, durante a Fase Heroica, afirma que “é fraca a presença rural – uma inscrição – o que é um dado surpreendente: não há engenhos no Estado do autor de Casa Grande e Senzala”, ao referir-se ao escritor brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987).

Para o Piauí, não foi diferente. Ao correr dos anos 1940, veio o pesquisador Paulo Thedim Barreto, que selecionou seis bens para ingresso nos Livros de Tombos da União. Dentre eles, nenhuma fazenda, nenhuma menção aos embriões do Estado, apenas a bens representativos do Brasil Colônia, equipamentos de destaque da Coroa, à época, com traços do Barroco ou de uma história grandiosa.

No Brasil, como nas demais partes do mundo, as mudanças chegaram a partir, principalmente, dos anos 1960, 1970. No SPHAN, começam a ingressar outros profissionais, como historiadores, antropólogos, arqueólogos. Foi só então que ações do órgão passaram a



ser mais amplas, atendendo ao novo olhar sobre o que se estava conceituando como patrimônio cultural. No final dos anos 1970, e com a criação de polos como o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), sob os cuidados do designer pernambucano Aloísio Magalhães (1927-1982), volta-se para a imaterialidade e entende-se a relevância de bens representativos da cultura negra e indígena, e do olhar para o conjunto, tendo como premissa o bem em seu entorno. Aos poucos, também passam a ser considerados bens da arquitetura eclética, bens naturais, rurais e industriais. Outro aspecto importante é o crescimento da participação popular nesses processos e a criação de órgãos e legislações locais (estaduais e municipais) (FONSECA, 2009).

Destacam-se as mais diversas formas adquiridas pelo SPHAN a partir de sua criação. Durante todo esse período, o órgão permaneceu à custa de pouco envolvimento nas questões políticas, e de adaptação às mais diversas formas administrativas que lhe eram colocadas, chegando a se chamar em determinados momentos de Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); e hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cidadania.

Ressalte-se que, em 1988, a Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 216, definiu Patrimônio Cultural e explicitou outras diferentes formas de preservação dos bens culturais no País, como o Inventário, o Registro, a desapropriação, a criação de leis específicas e a simples vigilância. Contudo, o que se percebe, sem mesmo uma pesquisa aprofundada, é que ainda nos dias atuais o tombamento é a alternativa mais comum.

No século XXI, deu-se ênfase ao conceito de “Paisagem Cultural”, surgido no século XX, decorrente de estudos sobre a paisagem, a qual, por sua vez, tem sido analisada há vários séculos e, dependendo do campo de pesquisa, pode assumir significados variados. Na Geografia, ela surgiu no processo da interação entre homem e elementos naturais, investigando como a cultura humana, por meio de seus artefatos, a transforma; destacam-se também aspectos subjetivos, elementos simbólicos que formam esse conceito (RIBEIRO, 2007).

A partir de 2009, a Portaria n. 127 estabeleceu a chancela de Paisagem Cultural Brasileira, entendida como é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores, valorizando a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da

população. Implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando à gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

### **2.2.3 O Patrimônio e sua preservação no Piauí**

A questão da preservação e o entendimento acerca do patrimônio piauiense têm início, oficialmente, com as ações do SPHAN a partir da década de 1930. Antes, e até mesmo depois da ação da União, as iniciativas em busca da proteção dos bens entendidos relevantes se davam por iniciativas particulares, a depender dos interesses daqueles envolvidos.

Seguindo a metodologia defendida pelo órgão à época, quando o pesquisador Paulo Thedim Barreto aqui chegou, selecionou os bens dignos dos primeiros tombamentos federais, tais como: a Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias, o Sobrado João Nepomuceno e a Ponte Grande em Oeiras, bens que carregam aspectos da arte e arquitetura Barroca; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, em Piracuruca, pelo mesmo motivo; o Cemitério do Batalhão, em Campo Maior, onde estão sepultados os mortos considerados heróis da Batalha do Jenipapo, e, por fim, as portas da Igreja de São Benedito, em Teresina, por seu trabalho artístico, posto que o resto da edificação carrega feições notadamente ecléticas, o que não entrava no rol da preservação daquele momento (IPHAN, 2016).

Como no resto do País, esses foram os tipos de bens que passaram a gozar de proteção legal no Estado, exemplares do período colonial, priorizados pelo órgão nesse primeiro período de atuação, destacando-se, assim, as edificações de maior porte, símbolos do poder da Corte e referências da presença lusa, construídas com técnicas e materiais mais duradouros, como a pedra, em detrimento dos materiais mais tradicionais no Piauí, como a taipa, a carnaúba e palha (TEIXEIRA, 2014).

No Estado, assim como no resto do Brasil, a partir de 1970, ocorreu uma série de avanços na questão da preservação, como a criação de uma estrutura administrativa e legal nessa área, em níveis estaduais e municipais, quando da constatação da necessidade de essas esferas atuarem em conjunto com a federal. Outro aspecto importante foi a criação Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH), buscando fomentar o turismo cultural, com a perspectiva do desenvolvimento de regiões carentes, o que levou a um foco inicial nas regiões Norte e Nordeste.

Pedrazzani (2005) afirma que em 1975, foram realizados estudos contemplando as cidades de Oeiras, Amarante, Parnaíba e Piracuruca; e, em 1978, firmou-se um convênio entre o governo federal e o estadual para execução do Programa Estadual de Restauração e Preservação, parte do PCH, que objetivava criar infraestrutura adequada para a atividade turística. A partir do estímulo tanto em nível internacional, quanto em nível nacional, da descentralização da política patrimonial e da criação de aparato institucional e legal específico nas esferas menores da administração pública, em meados da década de 1970, o Estado começou, também, a expedir leis e decretos, num reconhecimento da necessidade de proteção de seus bens culturais.

Por parte do Estado piauiense, somente em 1975 foi criada a Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC), que tinha por finalidade promover e executar a política cultural do governo e preservar o patrimônio natural, histórico e artístico do Piauí. Por seu Estatuto (PIAUI, 1975), foi instituído também o Departamento de Defesa do Patrimônio Natural, Histórico e Cultural, com a competência de coordenar, supervisionar e executar as atividades referentes à proteção do patrimônio do Estado.

De acordo com Pedrazzani (2005), em 1978, foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico do Piauí (IPHAPI), a primeira ação específica de salvaguarda do patrimônio local, por meio do Decreto 2.967-A/1978, que lhe conferiu a atribuição de proteção e vigilância do patrimônio do Estado, definiu os tipos de bens a serem contemplados e criou o instrumento do tombamento em nível estadual (PIAUI, 1978). A criação desse órgão, aos moldes do IPHAN, ocorreu também pelos resultados insatisfatórios obtidos pela FUNDAC.

Contudo, o IPHAPI também não conseguiu se consolidar, e funcionou apenas por um curto período, sem ter realizado qualquer tombamento. Apenas nos anos 1980, com o crescente interesse público pela questão patrimonial, a sociedade civil passou a cobrar uma postura mais efetiva por parte do governo estadual, e, com isso, foi criada a Lei estadual n. 3.742/80, embasando as ações da FUNDAC e estabelecendo os critérios, procedimentos e competências relativos ao processo de tombamento, que passou a ser então um instrumento a ser aplicado no Piauí. Destaque-se, ainda nesse momento, que o poder público enfrentava dificuldade de patrimonializar bens que não se enquadravam nas concepções monumentais, aos moldes do que já ocorria no resto País, provavelmente, pela carência de conhecimento e por seus traços vernáculos e despojados (PEDRAZZANI, 2005).

Já com a nomenclatura e formato de IPHAN, em 1984, ocorreu à instalação do primeiro Escritório Técnico no Estado, pois, como salienta Pedrazzani (2005), a presença do órgão buscava atuar na preservação do patrimônio local, valorado em nível nacional e, ao mesmo tempo, tanto sua relevância quanto a bagagem conceitual e técnica, obtida ao longo de sua atuação, ocasionava um efeito positivo, quando este passou a ser referência para as instituições e demais agentes locais que atuavam nessa questão.

Quanto às ações do Estado, durante treze anos, a Lei n. 3.742/80 esteve em vigor, até que, em 1992, foi substituída pela Lei estadual n. 4.515/92, que trazia inovações conceituais importantes aos moldes da Constituição Federal de 1988, ampliando o conceito de patrimônio, antes restrito aos bens excepcionais, agora incluindo aqueles de qualquer natureza, origem ou procedência que portassem referência à identidade, memória ou ação de diferentes grupos que compõem a comunidade piauiense, além da noção de conjunto. Na década de 1990, FUNDAC e o IPHAN celebraram um Termo de Cooperação Técnica que levou as duas instituições a moverem, juntas, os processos de tombamentos realizados no estado. (PEDRAZZANI, 2005).

Pela União, mesmo já contando com um escritório Técnico, somente em 2004, após uma reestruturação do IPHAN, ocorreu a separação administrativa entre Ceará e Piauí, passando este último a sediar a 19ª Superintendência Regional. Nos anos seguintes, o órgão deu início a uma série de ações de preservação, que terminaram por se consolidar a partir de 2008, e que merecem destaque por incluir conjuntos Históricos e Paisagísticos do Estado, a exemplo das cidades de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca.

No decorrer das últimas décadas, no Piauí, a FUNDAC foi sendo adaptada às mais diferentes formas administrativas implantadas no Estado, tornando-se Fundação Estadual de Cultura e do Desporto do Piauí (FUNDEC), voltando a ser FUNDAC, e, por fim, em 2015, uma nova lei a extinguiu e criou a Secretaria de Estado de Cultura do Piauí (SECULT), que, ainda amparada pela Lei 4515/92, assumiu o papel de conduzir os processos de preservação e tombamento em nível estadual. Ressalte-se, ainda, que, em nível federal, o IPHAN conta hoje com mais um Escritório Técnico em Parnaíba.

Ao longo dos anos, também se percebeu que, mesmo com a previsão de outras possibilidades pela Lei Maior, no Piauí, o tombamento ainda é o instrumento mais utilizado, recordando que este pode ser eficaz, mas desde que haja a conscientização por parte de todos os envolvidos. Sem educação e o entendimento de sua necessidade, ele dificilmente será assumido como benéfico ao bem, mas sim como um ônus ao proprietário, que só consegue

perceber a limitação de seus direitos. Corroborando esse entendimento, MILET (1988) afirma:

Ao que parece, sempre existiu nas mais diversas sociedades a preocupação com a preservação do seu passado, porém, em cada uma delas, a questão se manifesta com características específicas, estando o seu significado, a maneira como socialmente é definido e apreendido, diretamente vinculado ao nível das articulações entre a base econômica e a superestrutura ideológica. Isto significa dizer que, ao longo da história, existem diferentes formas de preservação às quais correspondem diferentes significados sociais (MILET, 1988, p. 37).

Assim, os bens culturais no Piauí, seus espaços de história, paisagens, sítios históricos urbanos ou rurais, suas fazendas, ainda enfrentam desafios quanto à sua preservação, e alguns aspectos importantes devem ser ressaltados, pois esses dificultam seu reconhecimento, como as dificuldades técnicas e financeiras, apontadas pelo Estado como fator a dificultar as ações de fomento e preservação, o que faz com que muitos bens tombados no Piauí estejam literalmente em ruínas, caso de algumas fazendas importantes e que, inclusive, fazem parte dessa pesquisa; sua condição isolada, o desconhecimento sobre elas pela maioria das pessoas, seus materiais que, por mais duradouros, não contam com manutenção, tudo isso conforma uma série de motivos a enfatizar estado de degrado; a heterogeneidade de suas paisagens, pois os núcleos urbanos do Estado, mesmo os mais antigos, apresentam uma diversidade de elementos formais acrescentados ao longo de diferentes períodos; além da ainda presente visão monumentalista que marca, desde o início, a atuação dos órgãos oficiais de preservação.

### **2.3 Meio Ambiente e Paisagem**

Busca-se contribuir para o meio ambiente através do conhecimento das fazendas piauienses, sua história e arquitetura, seus significados e importância na formação dos primeiros núcleos urbanos locais. Logo, assim como os conceitos de Arquitetura e Cultura, outras noções são importantes nessa jornada e também devem ser discutidas, trabalhadas sob os pontos de vista social e antropológico, mas sempre respeitando a transdisciplinaridade. Desse modo, inicia-se essa etapa, buscando o entendimento sobre meio ambiente, e, desta forma, parte-se do conceito de Natureza, percebida como uma construção cultural e não um espaço submetido ao homem.

Para tanto, recorre-se, de início, à História Ambiental, que, como afirma Pádua (2010), foi, até a primeira metade do século XX, assim como outros aspectos das ciências sociais,

posta de forma marginalizada e complementar ao entendimento da História, construída, principalmente, pelo viés econômico, político, do poder – a História dos grandes nomes e dos grandes feitos. Essa visão de “especialidades” surgiu na Idade Moderna, perdurou, e se intensificou no século XIX, tornando a percepção humana pontual.

O imaginário cristão contribuiu para a separação entre homem e natureza, percepção que, ao longo do tempo, foi enfatizada e crescente, passando pela Idade Média e ampliando-se no Renascimento, quando a natureza era entendida como selvagem e ameaçadora, ao contrário da cidade, o espaço da civilização. Com a Revolução Industrial veio o olhar romântico, a ideia da natureza bucólica, espaço de fuga do caos moderno. O pensamento iluminista, associado à razão, colocou a natureza na condição de espaço idealizado, na utopia. No século XIX, mesmo com esse olhar saudosista, empregado por muitos, o crescimento da tecnologia, o Imperialismo e o avanço do Capitalismo fizeram com que o homem se apropriasse desse espaço, como seu único dono, explorando-o cada vez mais e assim, a modernidade construiu seu ideal civilizatório contrariamente a ideia da natureza. (CARVALHO, 2002). Sobretudo no final daquele século, a natureza foi vista como oposta ao homem e a cultura, e como afirma Silva (1997, p. 204), “particularmente o idealismo e o romantismo alemães, no século XIX, forçaram uma distância absoluta entre *Natur* e *Kultur*”.

Na década de 1960, esse olhar começou a mudar sob vários aspectos, tais como um mundo assolado por duas grandes guerras, discussões envolvendo a natureza e sua degradação, e o movimento da Contracultura, ou seja, os grandes paradigmas da História passaram a ser discutidos (PÁDUA 2010). Nos dias atuais, a História é entendida com base em múltiplos olhares e, nesse contexto, a História Ambiental ganha força, por vezes discutida até por alguns historiadores que não entendem a Natureza como História. Esta trabalha com cronologia, e os prazos precisam ser alargados, dilatados, para que se compreenda a natureza antes do homem, e não somente depois de sua presença.

Mesmo que de modo incipiente, ao longo do tempo, alguns autores se dedicaram a tratar da natureza, mas só no século XX, por causa dos impactos causados pela ação do homem, da revolução nos marcos cronológicos (de visão da natureza como algo pronto e acabado), da visão da natureza como História, da necessidade de estudar o Planeta, essa questão se intensificou e auxiliou a pensar homem e natureza. A História Natural deve ser interdisciplinar, permear, ser imbricada com todas as outras nuances históricas, muitas delas também recentemente discutidas. A exemplo disso, têm-se os objetos dessa pesquisa e a

percepção patrimonial. Ressalte-se que, até a primeira metade do século XX, também não se falava de Patrimônio Natural, entendimento que somente se modificou a partir dos anos 1970.

Destaca-se, também, que a historiografia entre os anos de 1920 e 1960 buscando fugir da história embasada em explicações políticas, institucionais, partiu na busca por fontes mais variadas, que pudessem retratar as realidades e regionais de “[...] homens e mulheres, jovens e velhos, camponeses e artesãos, ricos e humildes anônimos [...]” (LINHARES, 1997, p. 167). Desse modo, a História Agrária concentra-se nos estudos das estruturas, das paisagens agrárias, da organização do espaço rural. Ela se desenvolveu de forma articulada com a regional e local. Para Neves (2002), a história regional e local busca estudar atividades de grupos sociais historicamente constituídos, assentados numa base territorial, com identidades culturais, de organização comunitária, de práticas econômicas, identificando na perspectiva da totalidade histórica, suas interações internas e articulações exteriores. Assim, na pesquisa aqui desenvolvida, agrária é também pode ser entendida como rural, o que se refere a às estruturas socioeconômicas, programas, políticas, modos de distribuir e utilizar a terra.

No Brasil, esse viés historiográfico além de recente, é muitas vezes resistente devido as atuais tendências da Micro história, que se contrapõe às grandes narrativas da história e da política ainda muito empregadas na construção do passado. Contudo, não se trata de opor as abordagens macro e micro dos mais variados fenômenos, e sim, de entender que da variação de escala se espera maiores benefícios para a pesquisa.

A Micro História parte da vida cotidiana, e pode avançar até os pensamentos mais específicos. Busca romper com a abordagem tradicional da história e passa a investigar aqueles que estão às margens. Contudo, ressalta-se o cuidado na compreensão de que o estudo de um tipo ou a análise de um único bem ou personagem não permite, em muitos casos, concluir-se acerca da vida e do cotidiano de um local do passado.

No século XXI, percebe-se que a História Ambiental tem se fortalecido e apoderado, na busca por trabalhar sistemas sociais e naturais, e uma das vertentes desse estudo é a História das Paisagens. Consolidando ainda a ideia atual, chama-se a atenção para os saberes acadêmicos, cada vez mais desafiados e estimulados pelo debate que envolve as questões ambientais, como o estudo do Direito Ambiental no campo do Direito; das paisagens no campo da Arquitetura e do Urbanismo; da percepção de Paisagem Cultural na esfera patrimonial.

No século XIX, principalmente em seu final, a paisagem era entendida como um dado da natureza, como que intocada pelo homem. A relação contínua, a percepção de ligação e de

que as ações do homem são decisivas, inclusive nas paisagens consideradas naturais, apenas ao longo do tempo foram sendo iluminadas. Portanto, ao pensar as fazendas enquanto núcleos pioneiros e geradores das primeiras vilas piauienses, considera-se a paisagem como um ponto importante a ser discutido, ressaltando-se que existem múltiplos olhares sobre esse espaço, que ela é campo de interface da sociedade e trabalhada por várias disciplinas com base em vieses distintos.

O diferencial importante que devemos reter na percepção da história da paisagem é a noção de conjunto, sistêmica, marcada por padrões passíveis de comparação. Não se trata de uma história econômica de uma região ou seu retrato – como na geografia –, nem tampouco de um processo de urbanização ou esvaziamento de uma cidade, embora esses elementos devam estar presentes. Trata-se de uma visão de conjunto, do enlace de múltiplas variáveis, em uma duração sempre longa. Impõe-se para tal uma abordagem holística, de conjunto, uma síntese para além das histórias particulares [...] (SILVA, 1997, p. 205).

Silva (1997), ao historicizar a paisagem, inicia utilizando os entendimentos do historiador e cientista social polonês Witold Kula (1916-1988) que entendeu paisagem como um reflexo do meio geográfico, capaz de transmitir diversas informações, dividindo-a em paisagem natural e paisagem cultural, cujo principal critério de distinção entre ambas era ação do homem, e que apenas a última seria objeto de estudo do historiador. Essa visão romântica e imperialista do século XIX começou a ser modificada pelo olhar da Antropologia que, ao extrapolar os limites europeus, percebeu ser difícil essa distinção. Nesse viés, a paisagem seria fruto de dois fatores, quais seriam: os recursos técnicos que garantiam a sobrevivência dos homens; e as normas que definem a apropriação e divisão do produto oriundo da utilização dessas técnicas. Aos poucos, foi se compreendendo que ação constante do homem altera o meio, e que esse processo é contínuo, fazendo com que o “natural” há muito perdesse essa condição. Acredita-se, assim, na paisagem como resultante de vários fatores, como dados geográficos, aspectos de direito, técnicas, dados demográficos e da sociologia.

Para Milet (1988), a paisagem pode ser discutida, amparada pelo olhar sociológico e pelo entendimento de que as mais distintas forças produtivas ocorridas na história tem modificado o meio ambiente, esse percebido como suporte material para as atividades humanas, ou seja, um espaço socialmente determinado. A autora afirma também que

Isso não significa dizer que o espaço, o meio ambiente, seja um elemento amorfo, apenas moldado pelas relações sociais. Na verdade, o espaço enquanto materialização de práticas históricas concretas de atores sociais sobre o meio ambiente, torna-se também, um elemento condicionante das futuras intervenções [...] É precisamente a relação que se estabelece entre o regime da propriedade do solo, o seu significado na base material e as regras



de apropriação do meio ambiente, construídas pela coletividade, que vai determinar a possibilidade de manutenção ou transformação dos ambientes das cidades (MILET, 1988, p. 39 - 41).

Winter (2007) explica que foi o geógrafo alemão Otto Schlüter (1872-1959) quem teria introduzido a ideia de morfologia da paisagem cultural, descrevendo as partes componentes das paisagens, criadas pelas atividades humanas, e também explicando suas origens. Schlüter teria criado o termo *Kulturlandschaft*, que designava a paisagem cultural ou aquela transformada pela ação do homem, contrariamente à ideia de *Naturlandschaft*, quando não há atividade do homem na paisagem. A preocupação, à época, era estabelecer uma hierarquia entre as paisagens, e, ainda, entender quais os mecanismos de passagem da paisagem natural para a cultura.

No início do século XX, fazendo parte da corrente de estudiosos que procuravam saber como a paisagem natural transforma-se em paisagem cultural, é relevante citar os trabalhos do geógrafo americano Carl O. Sauer (1889-1975), responsável pelo entendimento defendido em seu trabalho *The Morphology of Landscape* de 1925, forte até os dias de hoje, quando acreditou que a cultura é o agente, a área natural o meio, e a paisagem cultural é o resultado (SAUER, 1998). O autor retoma a ideia, ainda do século XIX, que entende a Geografia como uma ciência da paisagem, esta analisada em suas formas materiais, e a preocupação era, de acordo com Winter (2007, p. 15-16), “[...] investigar como a cultura humana, analisada através de seus artefatos materiais, transforma essa paisagem”.

Para Winter (2007), Sauer entendia, assim como os alemães do final do século XIX, paisagem natural como aquela sem alteração humana; e a cultural, como a antrópica, transformada. Ele estava ligado aos aspectos estritamente visíveis, excluindo os fatos não materiais. Ele até reconhece sua existência, mas não os considera de interesse científico, pois esses aspectos não poderiam ser classificados ou mensurados; e sofreu muitas críticas por sua ideia de que paisagem está em contínuo processo de desenvolvimento no tempo e no espaço, e, dessa forma, poderia mudar, ser até substituída, ou pelo desenvolvimento da cultura, ou até pelo desaparecimento desta.

Na década de 1960, momento de grande revisão de paradigmas, surgiu um movimento contrário à geografia cultural, trazendo à tona a “geografia humanista”, negando a existência de um mundo unicamente objetivo, estudado pelo método positivista. Os olhares voltam-se para o tradicional e para os eventos únicos, em detrimento do geral. Para esses novos geógrafos, a paisagem não poderia ser apenas o visível e os aspectos físicos impressos no meio. A paisagem vai além, ela é um reflexo das atitudes humanas, é simbólica, subjetiva, e

internalizada no sistema dos valores humanos, com grande influência nos relacionamentos, moldados, também, pelas atitudes e percepção do meio, pois, como diz English, Mayfield (1972, p. 7) “[...] essas impressões deixadas pelo homem na paisagem revelam o pensamento de um povo sobre o mundo em sua volta”. Percebe-se, então, que não existe um único caminho a seguir, e que a paisagem deve ser lida (WINTER, 2007).

Nos anos 1980, buscou-se uma renovação da geografia cultural, mas de modo alinhado à geografia humanista, em que o simbólico e a valorização do caráter subjetivo do conhecimento devem ser considerados. Esses novos autores tratam o entendimento de Sauer como Geografia Cultural tradicional, e se colocam como partícipes da Nova Geografia Cultural, quando a paisagem é entendida como um texto, suscetível a muitas e abertas interpretações, de acordo com o conjunto de símbolos de cada grupo. Dentro dessa perspectiva, Winter (2007) explica que o geógrafo britânico Denis Cosgrove (1948-2008) traz uma abordagem de cunho teórico marxista sobre paisagem, pois o autor identifica:

[...] dois usos distintos da ideia de paisagem. O primeiro, denota a representação artística e literária do mundo visível, ou seja, é cenário visto pelo espectador, implicando também na noção de sensibilidade, uma forma de experimentar e expressar sentimentos a partir do mundo exterior. O segundo uso da ideia de paisagem está ligado àquele apropriado pela geografia da atualidade. Nela, a paisagem denota a integração dos fenômenos físicos e humanos, podendo ser empiricamente verificada e analisada através de métodos científicos [...] Cosgrove fala em paisagens dos grupos dominantes e paisagens alternativas. A primeira seria um meio através do qual o grupo dominante mantém o seu poder, enquanto a segunda seria produzida por grupos não dominantes e que, por isso, teriam menor visibilidade (COSGROVE, 1984-1989 apud WINTER, 2007, p. 27).

Os franceses também discutiram a paisagem e até a década de 1960, como os ingleses, trataram-na mais pelo viés morfológico. No Brasil, muitos foram influenciados por pensamentos como o de Paul Vidal de La Blache (1845-1918), ressaltando a ideia de meio e o que faz a mediação entre este e o homem. Seriam essas relações responsáveis por moldar os diferentes tipos de vida, e seu trabalho era reconhecer cada um desses modos e suas regiões. Fugindo dessa abordagem morfológica, o francês Augustin Berque (1942) explicou que a paisagem não pode ser reduzida a um mundo visual, mas sim que ela está na interação complexa entre sujeito e objeto, permitindo perceber o mundo em que se vive (WINTER, 2007).

Trata-se, no presente trabalho, de entender a paisagem como algo valorado, tal qual o patrimônio cultural hoje também é, entendida como um conceito vivo, flexível, útil, para ajudar nas mais distintas formas de se lidar com o meio ambiente. Os modos como as pessoas

a organizam, e manifestam-se na paisagem pode, sobremaneira, contribuir para a compreensão do mundo em que se vive.

Os valores sentidos nos bens patrimoniais são de suma importância para sua compreensão e ainda, proteção. Sem essa percepção não há boa compreensão sobre patrimônio cultural. Essa ideia começou a ser desenvolvida no início do século XX com o vienense e historiador da arte Alois Riegl (1858-1905) ao teorizar sobre monumento histórico. Durante o século XX e, sobretudo, agora, na contemporaneidade, essa percepção se alargou, fazendo com que outros estudiosos analisassem os valores culturais e sócioeconômicos que conformam o patrimônio cultural atual (FIGUEIREDO, 2008).

A ideia de paisagem cultural foi tratada pela UNESCO, em 1972, quando da ampliação da ideia sobre patrimônio cultural, e expandida, a partir dos anos 1980, momento que as discussões se voltam, também, para a importância do meio ambiente, sua preservação e associação com noções, tais como desenvolvimento e sustentabilidade, a busca por uma noção integradora entre homem e natureza. Em 1992, no momento em que o Rio de Janeiro sediou a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), discutiu-se como as relações entre homem e meio ambiente, natural e cultural poderiam ser valorizadas por meio da inclusão da ideia de Paisagem Cultural na lista dos bens reconhecidos como Patrimônio da Humanidade. Dessas e de outras discussões, à época, considerou-se as paisagens como:

[...] ilustrativas da evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, sobre a influência de contingências físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças social, econômica e cultural, que nelas interferem. Elas deveriam ser selecionadas pelo seu valor universal e pela sua representatividade em termos de uma região geocultural claramente definida e também pela sua capacidade de ilustrar elementos culturais essenciais e distintos dessa região (WINTER, 2007, p. 41).

Assim, nem apenas culturais nem só materiais, a paisagem cultural é, pela UNESCO, aquela que atende de forma mista a esses critérios. A organização classifica paisagem cultural de três formas: as paisagens claramente definidas – aquelas desenhadas e criadas intencionalmente; a paisagem evoluída organicamente, resultante de um processo social, econômico, administrativo e/ou religioso, se desenvolvendo de forma atual, por meio da associação com o meio natural e em resposta a este, que, por sua vez, divide-se em paisagem relíquia ou fóssil – cujo processo de construção chegou ao fim; e paisagem contínua, que possui papel ativo na sociedade contemporânea, associada com formas de vida tradicionais, num processo progressivo, mesmo já exibindo significativa evidência material de sua

evolução através do tempo; e, por fim, a paisagem cultural associativa, valorada em função das associações feitas acerca delas próprias, mesmo sem manifestações materiais da intervenção humana (WINTER, 2007). Nesse trabalho, das três classificações estabelecidas, entende-se que as fazendas no Piauí formam uma paisagem evoluída organicamente e contínua, fruto dos mais variados contextos ao longo do tempo, refletindo a vida tradicional, mas de suma importância na contemporaneidade.

Valendo-se da noção defendida pela UNESCO, defende-se pensar o meio ambiente com base nas fazendas piauienses e na paisagem cultural, por entender que a conformação destas está associada à ideia de autenticidade, singularidade, pertencimento, podendo ser materiais, imagens mentais, grandes, pequenas, ou até remeter a sons e odores.

Destaca-se na pesquisa a noção de paisagem discutida pela Convenção Europeia de Paisagem, iniciada em 1994, ligada ao desenvolvimento sustentável, à defesa do usufruto da paisagem pelas pessoas e, ao mesmo tempo, dos meios de produção. A ideia defendida entende que a paisagem é um testemunho do passado do relacionamento entre os indivíduos e o meio ambiente, sendo consideradas inclusive, aquelas que não possuem valor excepcional único, como normalmente defende a UNESCO. O objetivo principal a partir da Convenção é, de acordo com Winter (2007, p. 52), “[...] introduzir regras de proteção, gerenciamento e planejamento para todas as paisagens baseadas num conjunto de regras, constituindo um elemento fundamental de gestão do território [...]” noção cara a um Estado que teve sua formação baseada nas fazendas e que, até os dias atuais, tem o entendimento sobre desenvolvimento, sobretudo o econômico, pautado nas atividades desenvolvidas naqueles espaços.

A paisagem é um documento, um verdadeiro arquivo da história da natureza e do homem, refletindo suas mais variadas formas de associação. Contudo, essa percepção ainda é muito difícil, sobretudo num Estado como o Piauí, com deficiências que envolvem desde entraves financeiros até a educação pública. Sem conhecimento desses espaços, a apropriação e a tomada de pertencimento tornam-se muito difíceis.

No Brasil, as discussões em níveis europeu e americano causam reflexos diretos. Em termos de legislação, o Decreto-Lei n. 25 de 1937 e a criação do Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, já incluiu a concepção da paisagem, contudo, privilegiando, inicialmente, apenas conjuntos urbanos, através do instituto do tombamento. Quanto às paisagens naturais, mesmo a legislação federal já as contemplando, essas só começaram a ser vislumbradas, de fato, a partir dos anos 1960, só aumentando seu interesse

nos anos 1980, com as preocupações com o meio ambiente. Recentemente, em 2009, com a Portaria n. 127, estabelecendo a chancela de Paisagem Cultural Brasileira, discutiu-se a paisagem como o misto do natural, do homem e de tudo o que implica essa relação, sendo um bem em si, patrimonial, cujo olhar deve recair sobre esta enquanto espaço de várias interações existentes, o que deve conduzir a estratégias que garantam seu usufruto e preservação.

Não se pode esquecer que um bem patrimonial, em sua maioria, traz de volta o passado e ensina muito sobre determinada sociedade ou comunidade, contudo, sua existência só tem sentido se houver o seu usufruto, hoje e no futuro. Um bem patrimonial possui esse valor guardado não apenas em si, mas oriundo, principalmente, da compreensão que é feita sobre ele. Assim, defende-se que as paisagens formadas pelas fazendas piauienses devem ser acessíveis, percebidas e (re)conhecidas, mas é fundamental entender que o repensar nas diferentes formas de compreensão e fruição desses espaços hoje já é uma intervenção, e que nesse ponto respeito é fundamental, sobretudo à preexistência.

Por fim, recorre-se à História e à Arquitetura na busca da memória e do entendimento dessas paisagens, estabelecendo o elo entre tradição e modernidade, iluminando o olhar para as fazendas, espaços não contemplados nas políticas protecionistas iniciais, mas impossíveis de se ignorar hoje ao falar-se de questões urgentes como meio ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento.

### 3 O PERCURSO DAS FAZENDAS NA HISTÓRIA DO PIAUÍ

A história do Piauí, a capitania mais oriental do Estado do Maranhão e Pará, ainda no século XVI, está ligada, de início, ao processo de ocupação do sertão, ao apresamento do gado *vacum* e de indígenas. Esta região demorou a ser desbravada, mesmo com a colonização do Brasil tendo sido iniciada naquele século. Para Rodrigues (2005), até a invasão holandesa, apenas o litoral do Brasil, por causa da produção de açúcar, era colonizado, da chamada Zona da Mata, faixa litorânea da Paraíba até o Sul da Bahia. As poucas penetrações ao Interior realizadas anteriormente, nos mil e quinhentos, não foram profundas, mas sim rápidas incursões.

De acordo com o que traz o IPHAN (2009), a região litorânea setentrional, que se estende do Rio Grande do Norte até o delta do rio Parnaíba, não despertara interesse suficiente por parte da Coroa Portuguesa nem de outras nações europeias – à exceção dos franceses, que, desde o século XVI, já praticavam escambo com indígenas da costa cearense e maranhense e da Serra da Ibiapaba – para a exploração econômica, por não ser boa ao cultivo da cana-de-açúcar e pela dificuldade de navegação entre Maranhão e Pernambuco, sendo inclusive mais viável e menos demorado realizar este percurso por Lisboa, como atestam várias expedições documentadas entre os séculos XVI e XVII, quando apenas relatam o estabelecimento de fortins e paliçadas nessa região para apoio militar a embarcações.

Ainda no século XVI, quase não ocorreram relatos sobre as incursões pela atual região do Piauí. Para Franco (1977), quando há menção, é por meio das penetrações feitas à Capitania do Maranhão e Grão Pará, a mais antiga da região Norte. As primeiras notícias do Piauí vêm também através do rio Parnaíba, pelos anos de 1587, quando se começaram as informações sobre o mesmo ser navegável. Assim, os primeiros contatos com essa área teriam ocorrido pelo Norte e pela foz do rio Parnaíba. No século XVII, já em 1603, tem-se notícia do

explorador português, o capitão-mor Pero Coelho de Sousa, passando por terras piauienses em direção à Serra da Ibiapaba para perseguir índigenas e alguns franceses. Em 1607, os jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueira, seguidos por sessenta índigenas e vindos de barco do Pernambuco, também teriam, em certo momento, desembarcado na região do Piauí. Esse é um primeiro registro dos padres na região do litoral piauiense, e também em Viçosa, no Ceará – onde se instalaram posteriormente, em 1691, sendo suas passagens pelo Piauí rápidas e transitórias. De 1613 a 1672 foram sendo estabelecidos caminhos, por mar ou por terra, mas ambos muito difíceis, entre as Capitânicas do Maranhão e do Siará (atual Ceará) através da região do Piauí.

Por ter seu processo de colonização ocorrido posteriormente e do Interior para o litoral, até meados do século XVII, em 1640, o Piauí não aparecia nos mapas, e o rio Parnaíba, chamado de rio Pará, à época, pertencia ao Ceará (Mapa 2).

Mapa 2 - *Nova et accurata Brasiliae totius tabula*, publicada por Joane Blaeu, 1640



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:  
<[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart168860.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart168860.jpg)>. Acesso em: 21 jun. 2019.

A partir da expulsão dos holandeses, ainda na primeira metade do século XVII, a indústria açucareira entrou em crise, dando início a escassez de produtos de consumo no litoral, gerando reflexos negativos à economia e às finanças da Corte, o que gerou um dos mais fortes estímulos para a conquista do Sertão, pois dele saíam novas fontes de enriquecimento. Os portugueses procuraram um local mais seguro para a criação de gado, ficando o rio São Francisco como um limite entre as duas atividades: a agricultura canavieira, voltada para o litoral, e a atividade criatória, voltada para o Interior.

De acordo com Arraes (2016), até o final do século XVII, pouco se conhecia sobre o território que, posteriormente passou a ser o Piauí. As informações eram, em maioria, frutos de relatos fragmentados, feitos ou escritos por religiosos, índigenas e sertanistas, que, por vezes, tratavam os sertões como terras de riquezas, com profusão de minerais, mas por outras o lugar da barbárie. Terra dos Tapuias e várias etnias ameríndias que, segundo os cronistas do século XVI, eram contrárias aos processos de colonização agenciados pela Coroa. De acordo com Pompa (2011), inversamente aos Tupis, dispostos a aceitar a colonização e suas especificidades, o termo ‘Tapuia’ foi uma construção ideológica colonial, um mundo em que figuravam rupturas e tensões, ocupado pelos ‘bárbaros’ habitantes daquelas terras desconhecidas, uma representação da alteridade humana radical à época.

Assim, alguns desbravadores, com anuência da Coroa Portuguesa, partiram em busca de metais preciosos e apresamento de índigenas, começando suas penetrações aos sertões. Inicialmente os bandeirantes saíram de São Paulo, descendo o rio das Velhas e, em seguida, o São Francisco e, posteriormente, enveredaram pela margem direita do rio Parnaíba, penetrando no território que viria a se constituir a Capitania do Piauí que, segundo Porto (1974), teve esse nome em função de um dos rios da região, o Piauí, que, por sua vez, era referência obrigatória das entradas sertanejas.

Outro ponto a destacar é sobre a criação de gado *vacum*, já introduzida no Brasil nos primeiros anos de ocupação portuguesa, fornecendo a força motriz dos engenhos, transporte ou alimentação. Alguns historiadores, como Chaves (1994), afirmam que, em 1662, o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, um dos maiores devastadores e dizimadores dos índigenas do sertão, teria saído de São Paulo e chegado ao Piauí, à barra do rio Poti, onde teria fundado algumas fazendas de gado e, posteriormente, foi implantada sua atual capital, Teresina. Ele teria passado dezesseis anos no Piauí e, a mando do Governador de Pernambuco, partiu para exterminar o Quilombo dos Palmares, quando suas fazendas foram

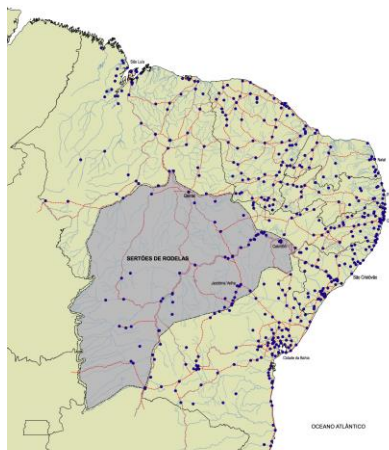


abandonadas. Em 1672, o sertanista paulista Pascoal Pais de Araújo, vindo da Capitania de São Paulo e através do rio São Francisco, também passando pelo Piauí, chegou ao Maranhão. Com essas incursões, a Coroa começou a interessa-se mais pela região que inclui, portanto, o Piauí (FRANCO, 1977).

Destaque-se, nesse momento, o papel da Casa da Torre, na Bahia, de propriedade do português Garcia D'Ávila, que chegou ao Brasil em 1549, na expedição de Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil Colônia, trazendo as primeiras cabeças de gado da ilha do Cabo Verde, na Índia, fundando o primeiro curral de vacas da Bahia, de onde se espalharam por todo o sertão, tornando-se um dos maiores latifúndios da colônia em busca da exploração da pecuária extensiva. A Casa da Torre foi, assim, a casa central de uma sesmaria, com área geográfica de 800.000 km<sup>2</sup>, 1/10 da área total do Brasil, que compreendia terras desde Salvador até o vale do rio Itapecuru no atual Estado do Maranhão, incluindo, por conseguinte, o Piauí (RODRIGUES, 2005).

Devido à expansão da cana-de-açúcar, a pecuária precisou adentrar pelos sertões. Para IPHAN (2009), isso se deu pela região conhecida como Rodelas (Mapa 3), no baixo São Francisco, que, como afirma Arraes (2016, p. 259), “[...] de limites imprecisos, complexa em aspectos socioculturais e heterogênea no âmbito biogeográfico, abrigava desde secas caatingas aos vales férteis de carnaúbas e buritis [...]”; configurava-se, ainda, como um território já povoado por diversas etnias indígenas, modificado e cultivado por esses diversos grupos antes da chegada do europeu. Esse topônimo, “Rodelas”, foi implantado, é provável, para facilitar a política de controle, fragmentação e urbanização da Coroa, homogeneizando a sua complexidade étnico-cultural.

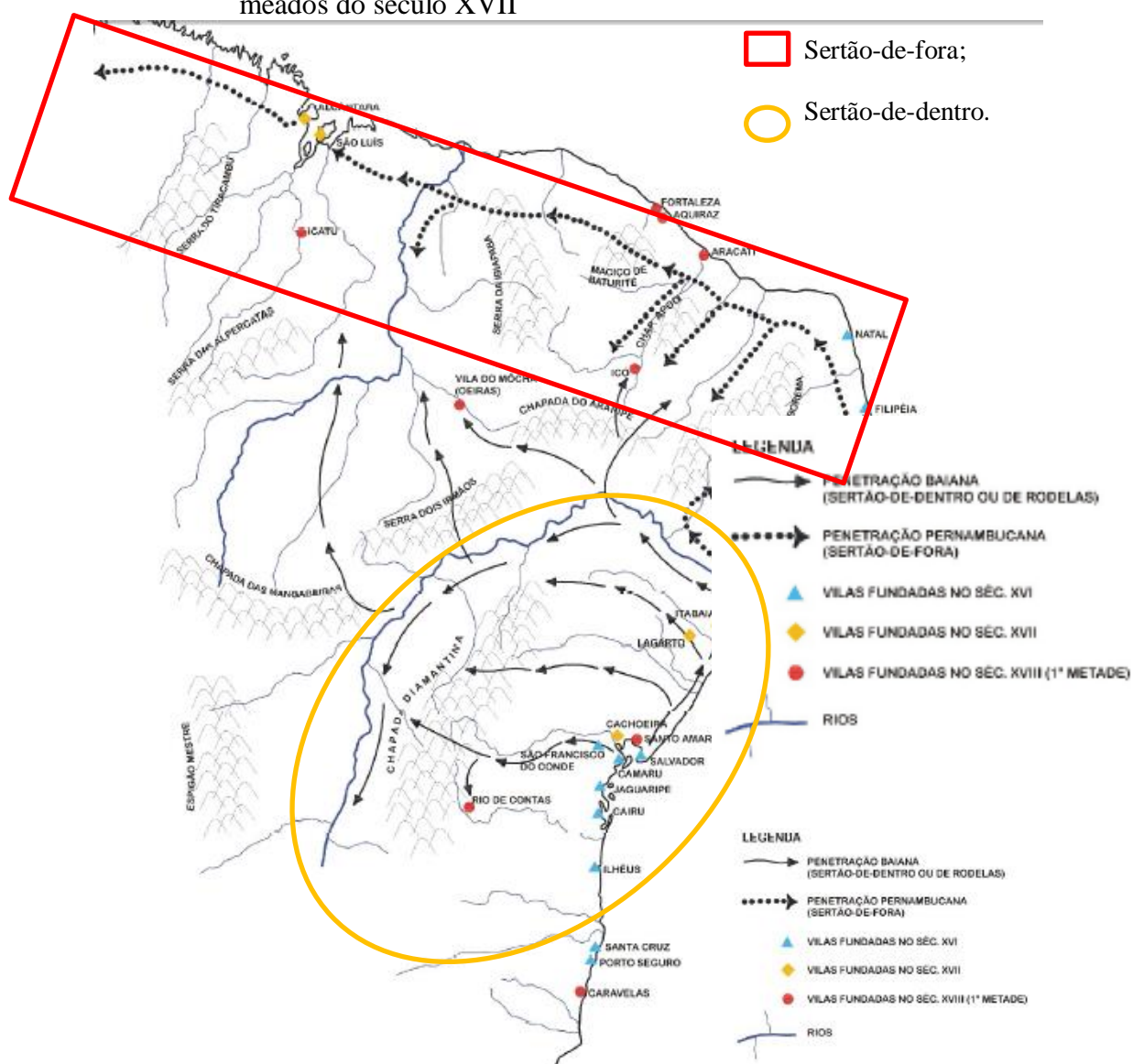
Mapa 3 - Área aproximada dos Sertões de Rodelas.  
Desenho segundo informações retiradas dos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa



Fonte: Arraes (2016).

Passaram a existir, então, duas maiores rotas de penetração, ao que depois se tornou o Piauí. A entrada pelo Sertão de Rodelas, que já era marco de trilhas migratórias das etnias nômades que adentravam pelo Piauí em direção ao litoral, sendo também uma referência para o colonizador europeu para instalação de novos currais, trajeto que ficou mais conhecido como Sertão-de-dentro. O outro trajeto existente, este saindo de Pernambuco e da Paraíba, em direção ao rio Parnaíba, foi denominado Sertão-de-Fora (Mapa 4).

Mapa 4 - Rotas de expansão da pecuária no Nordeste e vilas fundadas até meados do século XVII

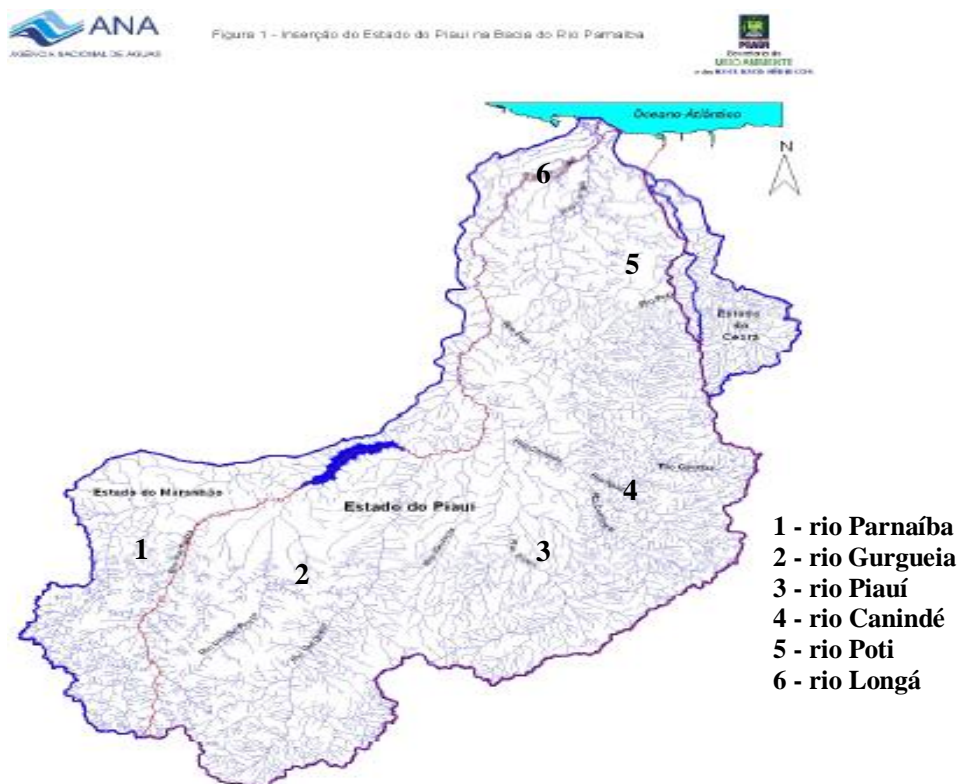


Fonte: IPHAN (2009), adaptado por Neuza Melo em 2019.

Silva Filho (2007) já elenca trinta fazendas de gado em 1674. Contudo, para Rodrigues (2005), Domingos Afonso Mafrense, neste mesmo ano, teria sido o verdadeiro responsável pela conquista do lugar, sendo o primeiro a ocupar definitivamente o solo do Piauí, enquanto os outros exploradores não se fixaram e estiveram apenas de passagem, inclusive Domingos Jorge Velho. Mafrense era associado a Francisco Dias D'Ávila, sucessor de Garcia, e um dos responsáveis pela grande bandeira que adentrou pelo sertão do Piauí, fundando várias fazendas de gado. Mafrense teria adentrado a região fundando sua principal fazenda, a Cabrobó. Carvalho (1697) atesta que em 1682, o povoado do Piauí já contava com fazendas de gado nos vales dos rios Gurgueia, Piauí, Canindé, Poti e Longá (Mapa 5).

Até 1696, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó parece ser a única povoação dos sertões de Rodelas oficializada pela Coroa. O documento mais recuado no tempo que lhe faz referência é o “Relatório de visita ad limina do bispo de Pernambuco D. Matias de Figueiredo e Melo, datado de julho de 1693” [...] a partir de 1671, o Estado português aprovou a implantação de aldeamentos missionários em pontos nevralgicos do rio São Francisco, em especial em áreas de conflito fundiário com a Casa da Torre ou nas proximidades das minas de salitre [...] deve-se traçar o papel da paróquia de Cabrobó na formação do Piauí, pois dela derivou a primeira igreja matriz dos seus sertões dedicada à Nossa Senhora da Vitória, núcleo embrionário da futura vila da Mocha e cidade de Oeiras do Piauí (ARRAES, 2016, p. 261).

Mapa 5 - Inserção do Estado do Piauí na Bacia do Parnaíba



Fonte: ANA e SEMAR - Atlas do Abastecimento de Água do Estado do Piauí, adaptado por Neuza Melo (2019). Disponível em: <<http://www.ccom.pi.gov.br/>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

Ainda na década de 70, dos 1.600, o território piauiense estava entre o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, ora pertencendo a um, ora a outro, pois, entre os anos de 1580 e 1640, ocorreu a União Ibérica, quando Portugal ficou sob o jugo da Espanha, o que fez com que, em 1621, a Coroa Espanhola dividisse o território que pertencia a Portugal, na América, em Estado do Brasil, com sede em Salvador, e Estado do Maranhão, com sede em São Luís (posteriormente transferida para Belém) e a reunificação das duas colônias foi feita em 1772 (IPHAN, 2009).

Depois de vencidos os holandeses, em 1674, a Casa da Torre partiu a serviço da Coroa na luta contra os índigenas ocupantes da região do São Francisco; e, em 1676, a Capitania de Pernambuco concedeu outras sesmarias às margens do rio Gurgueia. Em 1681, foram cedidas mais dez léguas de terras na região do rio Parnaíba, quando, aos poucos, começara, então, a formação da Capitania do Piauí.

Embora extensivo a muitas regiões do país, esses conflitos entre posseiros e sesmeiros incidiu mais agudamente no Piauí. De uma só vez, em 1676, dava-se a Domingos Afonso, Julião Afonso, Francisco Dias d'Ávila e Bernardo Pereira Gago, dez léguas de terra em quadro, para cada um, nas margens do Gurgueia. Mais tarde, em 1681, esses mesmo sócios e mais Francisco de Souza Fagundes, obtinham outras dez léguas, para cada um, nas ribeiras do Parnaíba, outorgando-se nesse mesmo ano todo o território entre os rios Itapicuru e Gurgueia. E como se não bastassem ainda concessões tão vultosas, o governo contemplaria esses potentados com doze léguas de terra, para cada um, contadas do rio Parnaíba até a serra do Araripe (PORTO, 1974, p. 62).

O IPHAN (2009) chama a atenção para o fato de, nas primeiras sesmarias e na abertura das pastagens, ter ocorrido diversos conflitos oriundos pela posse das terras, que não se deu pacificamente, mas sim através de resistência ferrenha e contínua dos povos indígenas, que, quando não eram organizados em aldeamento ou incorporados à lida nas fazendas, tinham suas etnias dizimadas. A exemplo da Confederação dos Bárbaros, muitas guerras ocorreram para garantir a resistência e defesa do território, onde, de um lado, estavam diversas etnias, e, do outro, os bandeirantes treinados no apresamento e genocídio da gente nativa. Após a dita pacificação à custa de muito sangue, teve-se a abertura de uma grande área de pastagens para a pecuária entre o São Francisco e o Parnaíba.

Em seguida, os vaqueiros adentraram pelas terras desconhecidas, promovendo uma ocupação espontânea e não oficial, entrando em choque com os titulares das terras através de prestígio político na Corte; os sesmeiros recebiam suas porções, também, sem conhecimento da geografia, baseados, em grande maioria, apenas nas alegações do requerente, o que acarretou enormes extensões de terras, cuja administração era pontuada em locais específicos

(IPHAN, 2009). A busca por ser sesmeiro implicava em solicitar a terra através de petição – com os dados exigidos para tanto, ter a capacidade de medição, confirmação e cultivo da terra, ser cristão e pagar o dízimo (ASSIS, 2012). Contudo, para Brandão (1995), e nos fins dos mil e seiscentos, já existiam muitas sesmarias concedidas no Piauí, mesmo sem as condições determinadas por lei.

No final do século XVII, os conquistadores transformaram-se em curraleiros, tendo o gado como moeda da nova era. O gado *vacum* dispensava a proximidade com o litoral, dava-se bem em regiões impróprias ao cultivo da cana-de-açúcar, servia de transporte, não exigia mão de obra especializada, nem capital fixo ou circulante, com capacidade de multiplicação, além de alimentar um grande número de pessoas de uma só vez (ABREU, 1998).

Até meados do século XVIII, a unidade da organização piauiense foi a fazenda, onde as famílias viviam isoladas em função da atividade de criação de gado em regime extensivo. Das primeiras freguesias criadas – nome atribuído por Portugal, a menor divisão administrativa à época, que corresponderia à paróquia civil – como a de Cabrobó, muitos desceram os afluentes do Parnaíba e fundaram centenas de currais de gado. De um lado, estavam os vaqueiros, aqueles de ocupação espontânea, e, de outro, os sesmeiros, os titulares das sesmarias por prestígio político na Corte, como Mafrense, por exemplo. Dessa forma, após o domínio dos indígenas, foram os caminhos criados a partir da expansão da pecuária e, posteriormente, a fundação de vilas necessárias para o controle da circulação da economia por parte da Coroa Portuguesa, que assegurou a estruturação do território piauiense.

Os caminhos dos vaqueiros não apenas possibilitaram o desbravamento do sertão desconhecido, como interligaram – como um *continuum* territorial – o Estado do Brasil com o Estado do Maranhão, a Capitania de Pernambuco e da Bahia com a do Piauí, o litoral com as zonas para lá da linha das Tordesilhas (JUCÁ NETO, 2007, p. 158).

O vaqueiro, personagem importante na formação dessa história, é fruto da mestiçagem entre o colonizador europeu, o indígena catequizado e o negro cativo, pois a mão de obra escrava foi presença marcante na lida do gado, mesmo sem a presença das senzalas, e com mais laços de gregarismo entre fazendeiros, vaqueiros, cabras e escravizado.

Uma outra generalização abusiva existente na historiografia tradicional refere-se à indistinção do termo vaqueiro, como todo aquele que trabalha na fazenda. O vaqueiro é homem livre, de prestígio e posição única na fazenda ou curral, tratado nos documentos por senhor, e se distingue claramente de seus homens. Estes, camaradas, cabras ou fábricas ocupam uma posição subalterna, inferior, e não tratam diretamente com os proprietários. Assim, o vaqueiro –rústico, forte e melancólico– não deve ser confundido com seus cabras [...] O vaqueiro é o gerente das atividades econômicas da fazenda de

criação e, nesta condição é, ainda, capataz [...]. É pago através do sistema de partilhas ou sortes [...] Muitos vaqueiros –mas, não os cabras ou fábricas– conseguiram, desta maneira, arrendar um sítio ou comprar uma situação e, assim, criar seu próprio gado (SILVA, 1997, p. 133-134).

Quanto aos escravizados, Sousa (2008) discute que a pecuária piauiense se estabeleceu no contexto do escravismo brasileiro de modo original. Os escravizados e o gado representavam grande parte do capital investido na empresa de criação, mas a força de trabalho escrava não tinha o mesmo caráter empregado na produção do açúcar, pois o relacionamento entre o “senhor” (ou do vaqueiro) e o escravo era direto, não existindo, via de regra, a figura do feitor ou capataz, além de não exigir a especialização do trabalho. Desta forma, os escravizados se ocupavam de várias e distintas tarefas que iam de vaqueiro à fábrica (ajudante do vaqueiro).

Em 1694, o Bispo Diocesano de Pernambuco ordenou a criação de uma freguesia no Piauí. Em 1695, o padre visitador, Miguel de Carvalho, em missão oficial, decidiu que o melhor local seria às margens do rio da Môcha, afluente do rio Canindé, em terras da fazenda Cabrobó pertencentes à Mafrense, transformando-a em Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, ou, como ficou conhecida, a Freguesia da Môcha, pois como afirma Nunes (1981, p. 11), estava “[...] situado no centro da região conquistada, a igual distância das partes mais longínquas, e também a uma légua do curral mais próximo...”.

O padre Miguel de Carvalho também relatou que as terras do Piauí pertenciam, em grande parte, a Domingos Afonso Mafrense, ou como ficou conhecido, Domingos Afonso Sertão e a Leonor Pereira Marinho, casada com Francisco Dias D’Ávila, e que, em 1697, no Piauí já existiam 129 fazendas de gado, nas quais moravam 441 pessoas, entre brancos, negros cativos, indígenas pacificados, mulatos e mestiços (CARVALHO, 1697), o equivalente a 3,4 pessoas por fazenda (Tabela 1).

Tabela 1 - Quantidade de fazendas e habitantes em 1697

FAZENDAS E HABITANTES DO PIAUÍ EM 1697 (PE. MIGUEL CARVALHO) <sup>35</sup>							
RIOS E TRIBUTÁRIOS	FAZENDAS	BRANCOS	NEGROS	ÍNDIOS	MESTIÇOS	MULHERES	TOTAL DE HABITANTES (*)
Canindé	68	84	115	36	8	28	243
Itaim-Açu (Poti)	36	45	63	25	-	10	133
Itaueira	9	10	14	2	-	-	26
Maratauí	9	8	12	1	-	-	21
Gurguéia	7	8	7	-	-	-	15
Total	129	155	211	64	8	38	438

(\*) Excluídas as mulheres.

Fonte: Silva Filho, 2007.

Também em 1697, o Conselho Ultramarino, órgão deliberativo e administrativo da

Coroa Portuguesa, expôs ao rei, por meio de carta, as impressões do governador da Capitania de Pernambuco. O relato tratava das muitas irregularidades dos sertões de Rodelas, ocorridas em função de fatores como a reduzida povoação, a desarmônica distribuição de sesmarias, a violência comum na região, e a baixa fiscalização na cobrança dos dízimos eclesiásticos (ARRAES, 2016).

Fazia-se urgente, naquela altura, “[...] povoarem aquellas terras, reduziondoas a Collonias, e Povoações, sendo este meyo, não só de segurarem aquelles Certoens com estas defenças, mas tambem o de poder lucrar grandez conveniências a fazenda de V.Mag.nos dizimos que se podem tirar da Cultura dellas[...].” (ENNES, 1938, p. 349-350).

Outro aspecto diz respeito à fragilidade do sistema judiciário naqueles sertões, cujo exercício da justiça era arbitrário e, de certo modo, subjugado à Casa da Torre. Arraes (2016) explica que, em 1699, atendendo ao requerimento do bispo e do governador, D. Pedro II ordenou a criação do cargo de juiz nas paróquias, mas este, inicialmente, era recomendado por aqueles que tinham mais poder ou até por razões econômicas. A localidade beneficiada com juiz e escrivão passava a receber o título de Julgado.

Desse modo, percebe-se a ocupação rarefeita, marcada por grandes domínios. O termo fazenda, relacionado à criação sertaneja, refere-se, a princípio, às grandes porções de terra distribuídas pela Coroa, aos latifúndios compostos de dezenas de léguas. Mas as fazendas pertenciam às grandes áreas reconhecidas oficialmente por Sesmarias. Conforme Silva (1997), o objetivo primeiro dos desbravadores ao lutar pelas enormes sesmarias era arrendar as terras recebidas, e Mott (1985) reforça que poucas eram as fazendas que recebiam administração direta de seus donos, a maioria delas estava sob a responsabilidade de vaqueiros.

Assim, conclui-se que as grandes áreas de sesmarias eram divididas em fazendas, espaços ligados às condições dos recursos hídricos, vastos pastos e currais (cercados de madeira de lei ou com muros de pedra para receber o gado) e cuja extensão dependia do tamanho do rebanho e de sua produção; e os sítios eram terras arrendadas onde, de acordo com Mott (1985), também se desenvolvia o cultivo para subsistência.

Havia também terras indivisas ou comuns, de propriedade comum, nem terras devolutas, nem da Coroa, com exploração direta e caráter de pequena produção escravista ou familiar, muitas vezes dedicada à criação de gado de pequeno porte. E ainda, ocorriam as áreas de uso coletivo, como malhadas e pastos comunais, utilizados pelos grandes criadores e pelas comunas rurais. “Estas unidades menores (sítios, currais ou fazendas) no interior da sesmaria, aqui consideradas como domínio, eram as empresas produtoras, e deveriam, assim,

ser a base da análise do sistema pecuarista, bem como de qualquer outro sistema agrário” (SILVA, 1997, p. 138).

Para Alves (2019), a ausência dos proprietários ocorreu devido às precárias condições de vida nos sertões. A distância entre as fazendas, o perigo dos conflitos indígenas e a comunicação com os centros urbanos litorâneos eram quase inexistentes, acentuando o isolamento. Silva Filho (2007) explica que a agricultura era de subsistência, explorada apenas para o sustento doméstico e para a sustentação das tropas com a produção de insumos como farinha e milho. As terras eram deixadas para a pecuária, e produtos como sal, ferragens, notícias, tecidos ou outras amenidades eram trocados por produtos da pecuária, quando da passagem das tropas que vinham do Maranhão, Ceará ou da Bahia.

Ennes (1938, p. 389) relata que o padre Miguel Coutinho também deixou suas impressões sobre a vida nos sertões piauienses:

[...] comem estes homens só carne de vaca com laticínios e algum mel que tiram pelos paus, a carne ordinariamente se come assada, porque não há panelas em que se cozinha, bebem água de poços e lagoas, sempre turva e muito assalitrada. Os ares são muito grossos e pouco sadios, desta sorte vivem estes miseráveis homens vestindo couros e parecendo tapuyas.

Desse modo, o consumo de carne e leite era comum, sendo por muitas vezes a base alimentar daquela população. Da mesma forma, destaca-se o uso do couro, utilizado de maneiras distintas como em vestimentas, utensílios domésticos, equipamentos de lida com o gado, o que fez o historiador Capistrano de Abreu batizar os sertanejos que compuseram a sociedade colonial do Piauí como a “Civilização do Couro”.

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os pastos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar o cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas da faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para o cortume ou para apurar o sal; para os açudes, o material de atêro era levado em couro puxado por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz (ABREU, 1969, p. 162).

A opção pela vida nas fazendas resultou, a princípio, na quase ausência de núcleos urbanos nos anos iniciais do povoamento daquela área, quando os habitantes não optavam pela vida nas cidades. Se faz importante relembrar a necessidade da proximidade com os cursos d'água ou a possibilidade de acesso ao líquido, referência para a fixação do homem a terra, e onde se instalaram sítios, fazendas de gado e, em seguida, a maioria das aglomerações urbanas.

Aos poucos, foi se formando a configuração espacial do Piauí, ligada diretamente a



atividade criatória. Ao observar os limites territoriais do Estado, percebe-se o alargamento no interior e o afunilamento à medida que se aproxima do litoral. Quando das primeiras sesmarias, e mesmo com a insistência dos colonizadores em evitar a caatinga, alegando não haver nas terras pastos bons suficientes, aos poucos, foram se acomodando nestas, como atesta Abreu (1998, p. 242):

[...] entre um tronco e outro há sempre comedia; entre uma caatinga e outra há sempre campos; de certas árvores que não perderam a folha, aproveita-se a rama para alimentar a galaria contra o flagelo das secas. Finalmente, estas matas virgens plebeias, que designamos por uma palavra da língua tupi, revestem formas muito diferentes, que podem emparelhar quase com as florestas próceres do litoral ou nivelar-se com o campo rasteiro.

Desse modo, a caatinga, irrompida pelo colonizador guiado pelas trilhas dos indígenas, é outro aspecto responsável pelo sucesso da pecuária. O gado, resistente a seca e a dieta de capim áspero e moitas espinhosas, foi estabelecido em pastagens naturais, divididas em duas categorias – as do agreste e as de capim mimoso – podendo ser consumidas praticamente o ano todo. Durante o período chuvoso, o gado ficava nas pastagens localizadas próximas aos cursos fluviais, e nos tempos de estiagens eram soltos nas chapadas (ALVES, 2019).

Silva Filho (2007) enfatiza que nas fazendas, enquanto primeiros assentamentos, além da proximidade com os brejos, olhos d'água e forrações, não havia estrutura para a família do colonizador, sendo as moradas toscas e provisórias arcabouços, casas rústicas de taipa e cobertura de duas águas estruturada com carnaúba. Contudo, os currais eram imprescindíveis, assim como as casas de farinha e oficinas de carpintaria e selaria.

Nos sítios, quando independentes das fazendas, induz-se a pensar que existiam proprietários neles domiciliados. A partir dos anos 1700, quando ocorreu uma maior subdivisão das grandes propriedades, houve também certa reversão do absentismo nas fazendas, antecedendo a criação de vilas. Para tanto passou a ser necessário o maior conforto das moradias, e ainda, as relações de vizinhança e assistência espiritual (SILVA FILHO, 2007).

Somente no início do século XVIII, após diversos conflitos, a Coroa limitou em áreas menores a concessão de cada data de sesmaria, ficando em três léguas, com separação de uma légua entre as propriedades para fins comunais (IPHAN, 2009). Em 1701 ocorreu um pedido do monarca português, determinando a anexação do Piauí ao Estado do Maranhão e do Pará; contudo, o Maranhão continuou atrelado ao governo de Pernambuco que, com os baianos, tinham controle sobre a produção e comercialização do gado piauiense (IPHAN, 2009).

No começo do novo século, inicia-se uma política de incentivo à ocupação efetiva do

território e, assim, a fundação de povoações oficiais, de onde se poderia controlar, fiscalizar e vigiar áreas fragilmente delimitadas e senhoreadas por uma poderosa rede de homens residentes ao longo de toda a região, desde o Sertão de Rodelas, ao litoral. Arraes (2016) reforça que nesse grupo estavam os Dias d'Ávila (da Casa da Torre); a família do pecuarista Antônio Guedes de Brito (da Casa da Ponte, também baiana, representante de grande latifúndio local); Domingos Afonso Mafrense; João Jorge Afonso (descendente do irmão de Sertão e também um dos maiores sesmeiros da região); e os representantes da Companhia de Jesus do Colégio de Salvador.

Para a Coroa, o indígena catequizado significava a abertura de territórios propícios à expansão da pecuária e, conseqüentemente, de seus domínios. Assim, destaca-se o papel da Igreja Católica nesse processo de ocupação que, à época, era dividida em *clero regular*, composto por diferentes ordens monásticas e autônomas, mantidas a partir de patrimônio próprio; e em *clero secular*, que dependia da pensão paga aos párocos para seu sustento, ou seja, vinculado e submetido burocraticamente ao Estado.

Arraes (2016) explica que diante de maiores poderes concedidos aos reis, inclusive o de chefe da Igreja, a autoridade papal tornou-se menor na colônia. À Santa Sé cabia confirmar nomeações de cargos, funções e circunscrições eclesiásticas requisitadas pela Coroa, e todos os clérigos deviam fidelidade ao rei, a quem cabia a arrecadação dos dízimos, a seleção de arcebispos, bispos, cônegos e vigários e ainda, a construção e zelo pelos templos e toda estrutura necessária para o apoio religioso.

Como completa Assis (2012, p. 47), o “[...] ciclo eclesiástico era organizado em Papado, passando por Arcebispado e Bispado, até chegar nas Freguesias. Sobre essas últimas, nelas se prestavam de fato os serviços religiosos, tais como batizados, casamentos, confissões, dentre outros”. Salienta-se, também, que as freguesias, no Piauí, foram subordinadas à Diocese de Olinda até 1740, quando passaram a ser de jurisdição de São Luís do Maranhão.

Assim, grande importância tiveram os representantes da Companhia de Jesus na penetração desse território. Liderados por Manoel da Nóbrega, chegaram à Colônia em 1549, com Tomé de Sousa. Foram os pioneiros das ordens com a principal função de evangelizar, catequizar e tornar cristãos os indígenas que habitavam estas terras, estabelecendo-se, dentre outros lugares, desde 1691 em Viçosa do Ceará, na Serra da Ibiapaba (IPHAN, 2009).

Assis (2012) comenta que a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, mesmo estando oficialmente vinculada ao Bispado de Pernambuco, na prática, possuía ligação direta com o Colégio da Bahia, por causa das relações de proximidade de Domingos Mafrense com os

inacianos, o que resultou, inclusive, na criação de um Noviciado da Giquitaia, na Bahia, mantido com parte das rendas de suas fazendas. Assim, em 1711, quando da morte de Mafrense, parte de seu espólio, que incluía dezenas de fazendas, escravizados, gado bovino e cavalariço, entre os vales do São Francisco e Parnaíba, ao longo dos leitos do Canindé e Piauí, foi deixado em herança para os padres jesuítas (IPHAN, 2009).

Foi então que os inacianos tornaram-se os maiores latifundiários do Piauí. Segundo Barreto (1938, p. 221), “[...] os jesuítas foram muito mais administradores de fazendas e criadores de gado do que padres”. Apesar da construção de uma capela e um hospício na Vila da Mõcha, não foram estabelecidas grandes igrejas ou colégios, pois a ocupação era rarefeita no território piauiense, um deserto pontilhado com concentração da população e do gado. Para a administração das fazendas, os jesuítas escolheram três sedes: o Brejo de Santo Inácio, nas margens do rio Canindé; o Brejo de São João, na região do rio Piauí; e em Nazaré, região do rio Parnaíba (IPHAN, 2009).

Aqueles que eram herdeiros minoritários de senhores de engenho, ou indivíduos livres despossuídos de patrimônio e prestígio social, ou ainda escravizados fugidos, aos poucos foram sendo atraídos pela pecuária, o que demandou aumento populacional, e, conseqüentemente de mais freguesias, e depois das vilas (IPHAN, 2009). Brandão (1999) completa esse entendimento explicando que alguns aspectos contribuíram para isso, como, por exemplo, não ser uma atividade sujeita às flutuações econômicas do mercado externo, como era a cana-de-açúcar; exigir pouco capital na edificação das unidades produtoras, em grande parte, só uma simples casa e o curral; ao assumir a condição de vaqueiro, o indivíduo, no prazo mínimo de cinco anos, poderia passar à condição de proprietário de curral devido ao regime de parceria; e só muito posteriormente foi uma sociedade e atividade objeto de fiscalização dos agentes do governo e da justiça.

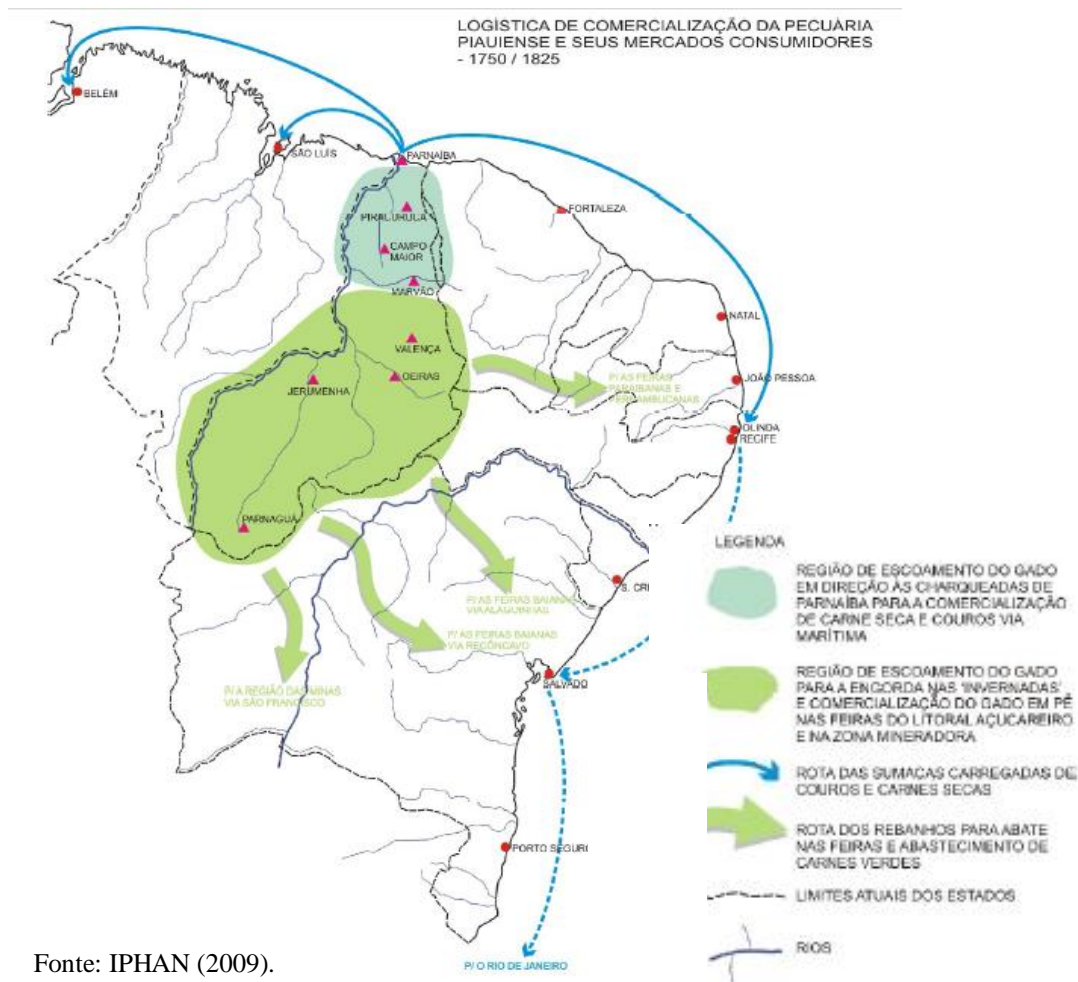
Assim, de atividade subsidiária da economia açucareira, a pecuária, com a produção de gado de corte, tornou-se a base da economia piauiense, a partir da formação de uma rede destinada ao abastecimento do mercado interno. Os rebanhos dos sertões piauienses eram dos mais numerosos de toda a Colônia em razão da perenidade dos campos e pastos, servindo para abastecer, inclusive, fazendeiros do Ceará e do médio e alto São Francisco, quando da ocorrência de estiagens prolongadas. A pecuária tornou-se responsável, ainda, pelo surgimento de várias freguesias e vilas no Piauí, formadas ao longo dos caminhos percorridos pelas boiadas em destino aos centros consumidores.

Nessas áreas permaneciam alguns moradores, comumente lavradores, que

sobreviviam de suas pequenas roças, onde plantavam para subsistência, e os excedentes comercializavam com os viajantes que passavam pelo local [...] Instalavam-se ali também os prestadores de serviços ao gado e aos seus transportadores, ou às vezes, pequenos fazendeiros que se sustentavam do comércio de reses: compravam aquelas em péssimas condições, estropiadas pelas longas e estafantes viagens, recuperavam-nas e revendiam ou trocavam por outras junto aos que atravessavam os caminhos dos sertões (ALVES, 2003, p. 71-72).

Nos anos de 1720, 1730, quando, de acordo com Silva Filho (2007), já existiam cerca de 400 fazendas de gado na região, surgiu a indústria do charque, processo de salga que consistia na carneação, salga e secagem das mantas de carne. Anteriormente, as perdas do rebanho eram muito grandes. Quando as boiadas seguiam os cursos dos rios para abastecer os principais mercados estabelecidos no Maranhão, Grão-Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e dos florescentes núcleos mineradores das Minas Gerais e de Goiás, eram abatidos por muitos extravios, perdas, e quando resistiam chegava magro, o que fazia decair o preço do produto (Mapa 6).

Mapa 6 - Logística de comercialização da pecuária piauiense e seus mercados consumidores 1750-1825



Fonte: IPHAN (2009).

O IPHAN (2009) explica que, mesmo com as invernadas, currais próximos aos locais de comércio e destinados à engorda do gado antes das transações, as perdas eram grandes. Assim as oficinas de charqueada que surgiram inicialmente nos estuários dos rios Jaguaribe e Acaraú, no Ceará, também formaram núcleos no Rio Grande do Norte e, no caso do Piauí, na foz oriental do rio Parnaíba, às margens do seu afluente Igarassu, na região conhecida como Porto das Barcas, onde teve início a Vila de São João da Parnaíba.

Voltando à condição administrativa do território, ressalta-se que, mesmo com a insistência de D. João VI, em 1712, quando através de carta régia ordenou a criação da Vila de Nossa Senhora da Môcha, essa determinação só foi cumprida em 1717. No ano de 1718, o rei elevou o Piauí à Capitania Independente do Maranhão, à chamada Capitania de São José do Piauíhy, contudo, essa resolução só foi efetivada em 1758, quando chegou o primeiro governador da capitania, o português, João Pereira Caldas (COSTA, 1974).

Até antes de 1711, as atividades dos jesuítas no sertão piauiense eram missões esporádicas, marcadas apenas por atividades de passagem que atravessavam a região entre o Maranhão e o Ceará, sendo reconhecidos poucos aldeamentos, como foi o caso dos estabelecidos às margens dos rios Longá, Poti e Aroazes. Também são poucas as informações sobre trabalhos vinculados à catequese e educação. Após a herança de Mafrense, e por meio do trabalho dos negros e indígenas domesticados, da isenção de taxas e impostos, os padres revelaram-se hábeis na administração, vendendo e comprando gado, bem como outras fazendas, expandindo seu patrimônio. Dentre elas, já se tem informações de duas das fazendas aqui tratadas, a Serra Negra e a Água Verde (OLIVEIRA, ASSIS, 2009).

Contudo, em 1758, a Coroa Portuguesa decretou a expulsão da Companhia de Jesus de todo o Império. Oliveira e Assis (2009) contam que, em 1760, os jesuítas do Piauí foram presos e remetidos à Bahia. De acordo com Lima (2005), ainda em 1759, as fazendas passaram para a Real Administração, sendo denominadas Fazendas do Fisco ou Fazendas Reais, redivididas em três inspeções: Nazareth – com onze fazendas; Piauíhy – com doze fazendas; e Canindé – com doze fazendas. Cada uma possuía uma residência, a chamada sede, onde morava o administrador enviado e pago pelo erário real, responsável por aquela inspeção, além de um criador. Após a Proclamação da Independência, elas passaram a incorporar o patrimônio do Império.

Nunes (1975) argumenta que a administração das fazendas pelos jesuítas foi de fundamental importância para a coesão do território, contribuindo para sua homogeneização e

impedindo a atração de aventureiros. Além disso, após sua expulsão, retornaram os conflitos com os últimos povos indígenas, o que provocou o abandono de diversas fazendas pelos moradores locais e, em seguida, o despovoamento da região, levando a entender que a presença dos jesuítas na região parece estar ligada à permanência de etnias indígenas no território do Piauí, até o século XIX.

Em meados do século XVIII, a Coroa percebeu a necessidade de maior domínio do território; no entanto, Maxuell (1996) afirma que, concomitante à saída dos jesuítas, o período pombalino – momento relacionado às ações de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, ministro de Dom José I entre 1750 e 1777 – tinha por intuito a organização da administração colonial, garantindo as fronteiras e aproveitando as riquezas, através agricultura, do comércio, e da criação das companhias de comércio. Arraes (2016, p. 275) também afirma que, entre os anos de 1740 e 1757:

[...] naquele recorte temporal, a capitania e a comarca do Piauí estiveram estruturadas por uma única vila (Mocha), três julgados (Piracuruca, Surubim e Parnaguá) e sete freguesias (Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca, Santo António do Surubim, Nossa Senhora do Desterro do Rancho do Prato, Nossa Senhora da Conceição dos Aroazes, Santo António do Gurgueia e Nossa Senhora do Livramento de Parnaguá). Os manuscritos não informam se os três aldeamentos missionários estabelecidos pelo padre Thomé de Carvalho e Silva décadas antes progrediram a ponto de congregar um número de vizinhos capaz de implementar uma freguesia ou outro aglomerado de diferente perfil (ARRAES (2016, p. 275).

João Pereira Caldas, servo fiel da Coroa, fez vários relatos sobre a Capitania do Piauí, destacando sua ruína e ressaltando a participação do controle fundiário dos jesuítas nessa questão, pois, mesmo possuindo muitas fazendas, mantinham grande comércio com a Bahia e Pernambuco. Já chamava a atenção a longa distância que separava a Vila da Mocha e o litoral, o que prejudicava o desenvolvimento de todo o território, pois as vias terrestre, fluvial e marítima, articuladas, seriam uma forma de movimentar o capital, impulsionar a economia e trazer maior prosperidade (ARRAES, 2016).

Assim, diante das grandes extensões de terra, da força da Casa da Torre e dos padres jesuítas, expedidas de modo conveniente às injustiças e violência nos sertões, e ainda da pouca fiscalização e dificuldades de administração pela Coroa, em 1761, quase cinquenta anos após a instalação da Vila de Nossa Senhora da Vitória, uma Carta Régia autorizou a fundação de novas vilas na Capitania de São José do Piauí e transformou a única vila já existente, a Vila da Mocha, em cidade, cujo nome foi substituído por Oeiras, em homenagem ao Primeiro Ministro do Reino, Conde da cidade portuguesa de Oeiras, o Marquês de Pombal.

Assim, o lugar que funcionava como um entroncamento de ligação entre as capitanias passou a ser uma das capitais da rede urbana do Estado do Grão-Pará e Maranhão, atingindo o mesmo status hierárquico de Belém e São Luís.

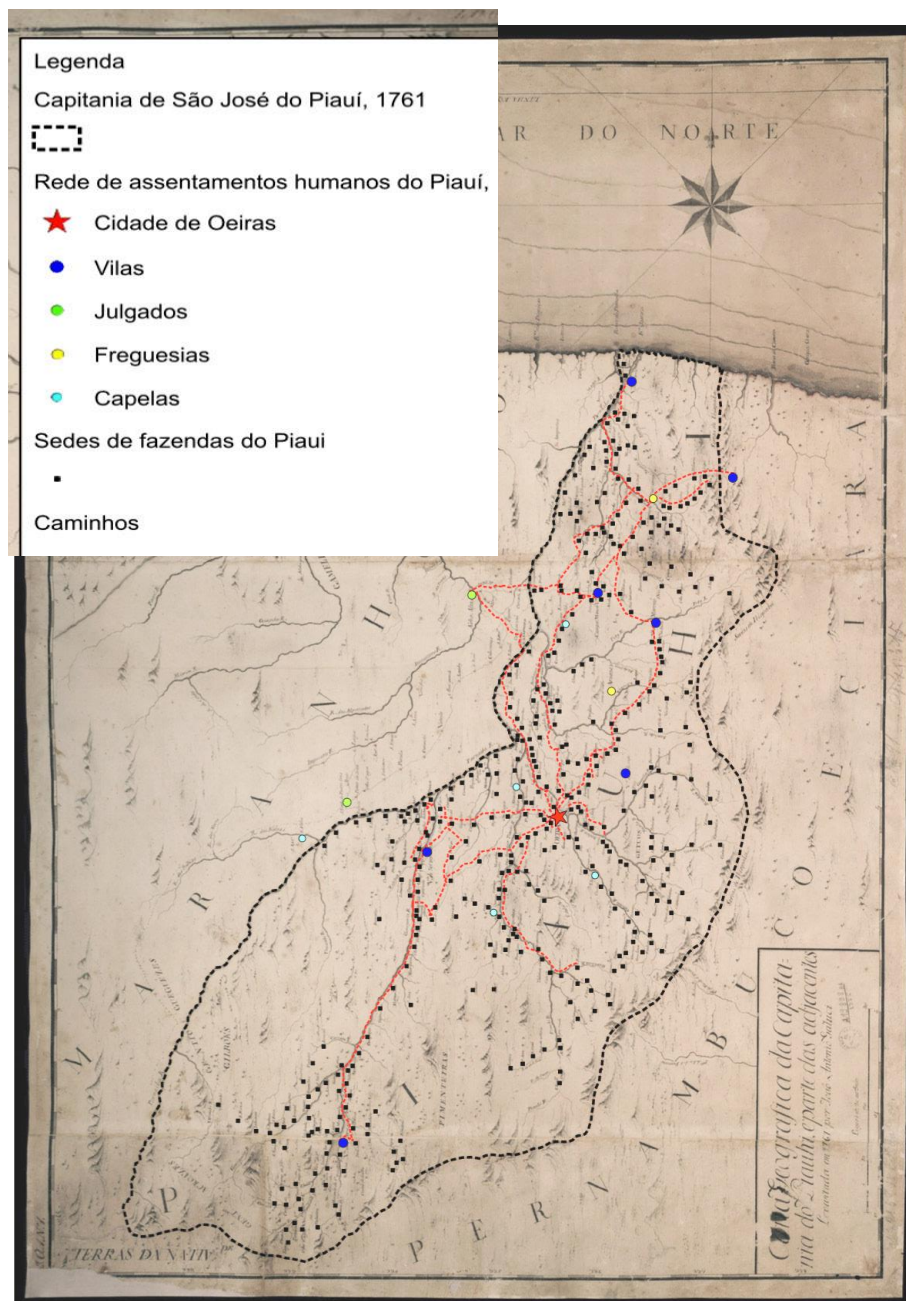
Chama-se a atenção para a importância do trabalho feito pelo engenheiro militar e cartógrafo, o italiano Henrique António Galuzzi, cuja presença já é datada em 1759, em Oeiras. Por meio da cartografia desenvolvida por ele, tem início a existência da Capitania de São José do Piauí e seus limites (Mapas 7, 8 e 9).

Mapa 7 - Carta geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes levantada em 1761, por João Antônio Galuci. Original da Fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Girado no sentido Norte para melhor entendimento



Fonte: ARRAES (2016), manipulado por Neuza Melo em 2019.

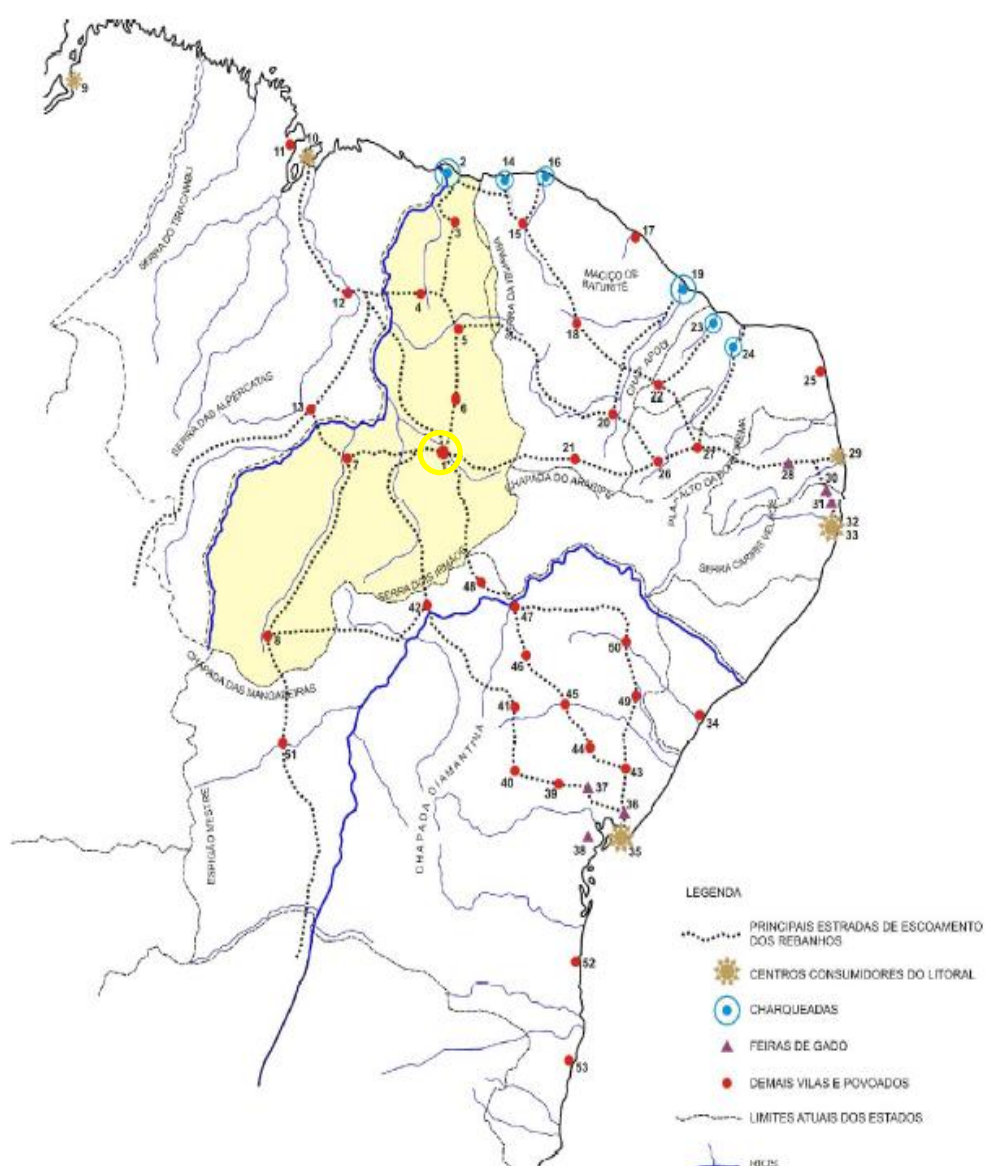
Mapa 8 - Rede de povoações da capitania de São José do Piauí em 1761. Carta geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes levantada em 1761 por João Antônio Galuzzi. Mapa posicionado em sentido Norte para melhor entendimento



Fonte: ARRAES (2016), manipulado por Neuza Melo em 2019.



Mapa 9 - Principais vias terrestres de comunicação da pecuária piauiense / nordestina, com destaque em amarelo para cidade de Oeiras

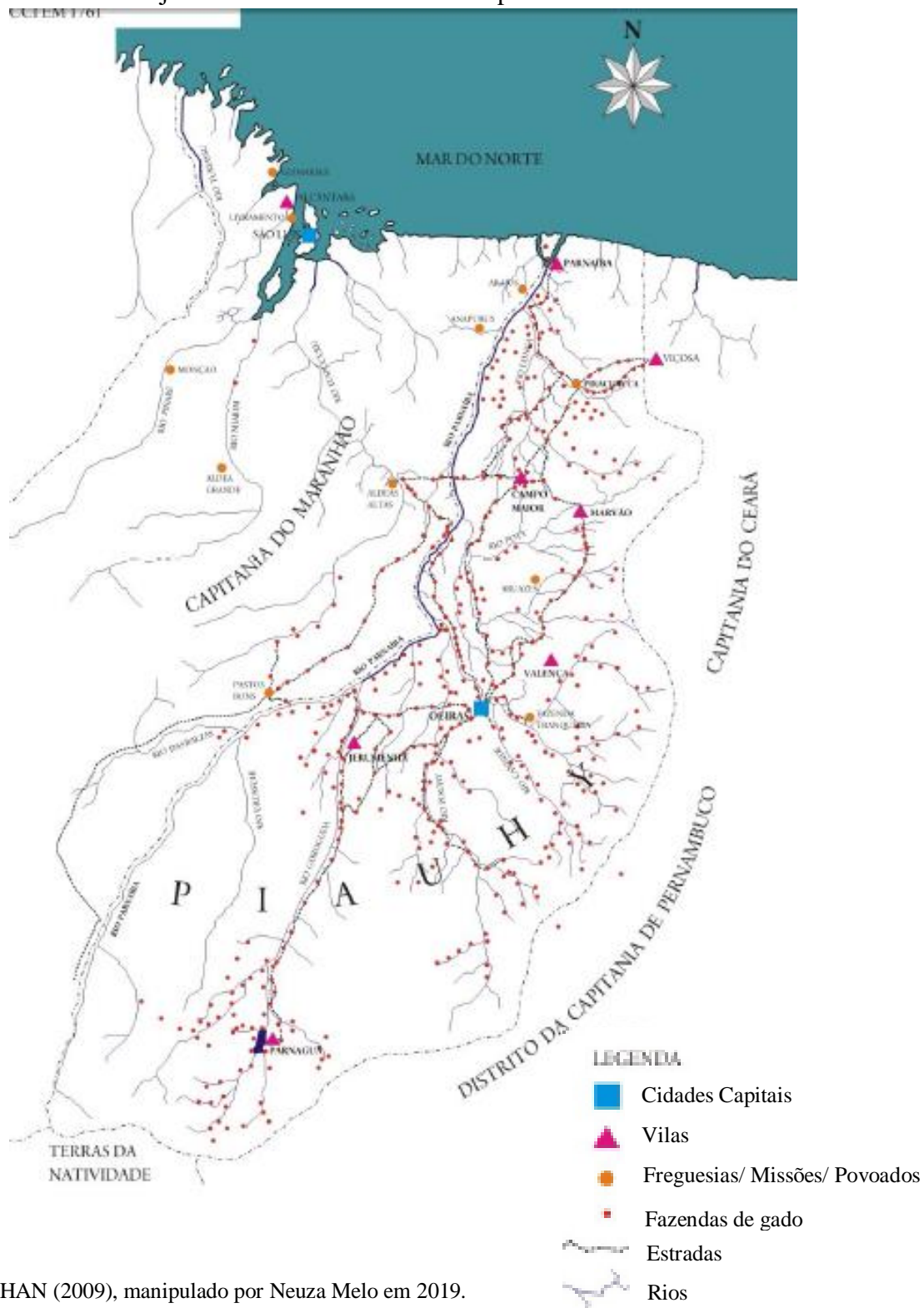


Fonte: IPHAN (2009), manipulado por Neuza Melo em 2019.

Em 1762, quando na Capitania já existiam cerca de 536 fazendas de gado, os novos núcleos urbanos foram implantados nas paróquias já existentes, onde havia uma concentração de pessoas, justamente em áreas próximas às fazendas, sítios e currais, surgindo as vilas de Nossa Senhora do Livramento (Parnaaguá), Santo Antônio do Gurgueia (Jerumenha), Valença do Paiuí, Santo Antônio do Surubim (Campo Maior), Nossa Senhora do Desterro do Rancho do Prato (Marvão/Castelo do Paiuí) e São João da Parnaíba (Parnaíba), pontos importantes para garantir o desenvolvimento da capitania, cuja ocupação esparsa das fazendas impossibilitava (Mapa 10). Essa reforma efetivaria a ocupação da colônia, restabelecendo o

poder real que estava, naquele momento, a cargo dos donos de fazenda (IPHAN, 2006).

Mapa 10 - “Carta Geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes” - Levantada em 1761 por João Antonio Galuzzi



Fonte: IPHAN (2009), manipulado por Neuza Melo em 2019.

Conforme Silva Filho (2007), contrário ao prenunciado na Carta de 1761, foi prevista a passagem da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca à Vila, fato que terminou não ocorrendo, possivelmente por questões comerciais e de arrecadação, cabendo o novo papel administrativo a São João da Parnaíba, próxima à fazenda Testa Branca e onde estava o Porto das Barcas ou Porto Salgado, uma feitoria, grande entreposto de charqueada no Estado, ligado ao mar através do rio Igaráçu, e que desenvolvia grande comércio marítimo tanto do charque, quanto dos couros, com os mercados de Recife, Salvador, Belém e Rio de Janeiro. Do mesmo modo, a Freguesia de Nossa Senhora de Aroazes foi preterida em relação à Catinguinha (Valença), o que pode ter ocorrido pela pressão de algum fazendeiro (Mapa 11; Quadro 1 e 2).

Mapa 11 - Freguesias da Capitania do Piauí no século XVIII. Localização dos povoados sedes das igrejas matrizes elevados a vilas no ano de 1762, evidenciando as vilas de São João da Parnaíba e de Valença como exceção, em virtude da opção por outro povoado para fixação do pelourinho e prédios públicos que não a cabeça da freguesia

1. PORTO DAS BARCAS / S. JOÃO DA PARNAÍBA
2. N. S. DO CARMO DE PIRACURUCA
3. S. ANTONIO DO SURUBIM / CAMPO MAIOR
4. N. S. DO DESTERRO / MARVÃO
5. N. S. DA CONCEIÇÃO DOS AROAZES
6. CAATINGUINHA / VALENÇA
7. N. S. DAS VITÓRIAS / CIDADE DE OEIRAS
8. S. ANTONIO DO GURGUÉIA / JERUMENHA
9. N. S. DO LIVRAMENTO / PARNAGUÁ



Fonte: IPHAN (2009).

Quadro 1 - Relação da cidade e vilas implantadas na Capitania do Piauí no século XVIII

<b>Roteiro do Gov. João Pereira Caldas na implantação das vilas piauienses em 1762</b>			
Data	Freguesia	Vila fundada	Sítio escolhido
03/06	Nossa Senhora do Livramento	Parnaguá	matriz
22/06	Santo Antônio do Gurguéia	Jerumenha	matriz
08/08	Santo Antônio do Surubim	Campo Maior	matriz
18/08	Nossa Senhora do Monte do Carmo de Piracuruca	São João da Parnaíba	outro povoado
13/09	Nossa Senhora do Desterro do Rancho dos Patos	Marvão	matriz
20/09	Nossa Senhora da Conceição dos Aroazes	Valença	outro povoado
24/09	Vila do Mocha – Nossa Senhora das Vitórias	Cidade de Oeiras	vila / matriz

Fonte: IPHAN (2009).

Quadro 2 - Cronologia das Cidades coloniais até meados do século XVIII

<b>Cronologia das Cidades coloniais</b>	
Período	Cidades
Meados século XVI Instalação do Poder Real	Salvador (1549)
	Rio de Janeiro (1565)
Fins século XVI e século XVII União Ibérica e Restauração	João Pessoa (1585)
	São Luís (1615)
	Cabo Frio (1615)
	Belém (1616)
	Olinda (1676)
Século XVIII Mineração e Pecuária	São Paulo (1711)
	Mariana (1745)
	Oeiras (1762)

Fonte: IPHAN (2009).

A criação das vilas incentivou a vida urbana, a reorganização social, o tratamento urbanístico, sobretudo através da implantação de equipamentos necessários, como o pelourinho, casas de câmara e cadeia e ainda residências, a regularização das atividades pastorais e fiscais, a redução das distâncias entre os moradores e a adoção de administradores nas fazendas, papel desempenhado em maioria pelos vaqueiros. A ideia era criar um movimento entre área rural e a urbana, dita civilizada, impulsionando as trocas comerciais interiores e exteriores, com outras capitânias, e assim, a economia da colônia. Recorde-se que, desde o início, a ocupação do Piauí foi pautada no absenteísmo, nas terras entregues a vaqueiros ou arrendatários, cujos lucros voltavam-se ou para mais aquisição de terras ou aplicados fora do Piauí, onde de fato esses proprietários moravam.

Quanto às fazendas dos jesuítas confiscadas, a ideia inicial foi leiloar os bens, cujo lucro seria revertido para os melhoramentos urbanos, tanto da nova capital, quanto das novas vilas. Contudo, a ausência de interessados suscitou, em 1809, uma nova tentativa, mas novamente sem sucesso, tendo a Coroa que assumir e gerenciar as fazendas, negociando a produção, em maioria, por meio de leilões. Reforça o IPHAN (2009, p. 28):

[...] que a administração das fazendas foi delegada a particulares com créditos a receber da Coroa ou a apadrinhados na Corte, sendo objeto de corrupção, escândalos e enriquecimento ilícito. A ineficiência e a improbidade administrativa, somadas ao fato de que a arrematação das boiadas era efetuada com a emissão de títulos de créditos com prazo de vencimento de dois anos, muitas vezes não honrados, concorreram para o decréscimo de gado e escravos e para a decadência dos negócios das fazendas, que durante quase um século importaram na maior fonte de recursos da fazenda pública do Piauí (IPHAN, 2009, p. 28).

Durante a primeira metade dos mil e setecentos houve grande desenvolvimento econômico da região em função do comércio do “charque”, a carne seca ao sol, que evitava a grande perda que ocorria quando o gado era vendido vivo. De acordo com Spix, Martius (1981), os maiores mercados consumidores do gado piauiense eram a cidade de Salvador e o Recôncavo baiano, quando, no auge, foram contabilizadas 50.000 a 60.000 reses ao ano, provenientes dos sertões piauienses, pelas margens do rio São Francisco, na chamada Estrada Real do Gado.

Em 1772, existiam, segundo Silva Filho (2007), 578 fazendas de gado. Contudo, a partir da segunda metade do século XVIII, esse produto começou a perder vez em função da

decadência do mercado minerador e da grande seca que ocorreu no Estado em 1777, uma estiagem de dois anos que reduziu significativamente a produção do charque. Além disso, seguiu-se uma epidemia de varíola, provocando a mortandade de dezenas de milhares de pessoas e, por fim, a forte concorrência mercantil, ocasionada pela entrada no mercado dos criatórios da Ilha de Marajó e do Rio Grande do Sul, que, no território das missões, contava com maior segurança hídrica e melhores pastagens, o que fez o gado dos pampas conquistar mercados das regiões auríferas, de São Paulo e do Rio de Janeiro, marcando o Movimento do Tropeirismo, cujo principal entreposto comercial era a vila paulista de Sorocaba (IPHAN, 2009).

O negócio da charqueada também tomou impulso no Rio Grande do Sul e, aliado a outra grande seca no sertão, essa em 1791, muitas charqueadas do Nordeste entraram em ruínas, como a de Aracati, no Ceará. No Piauí, ela veio com menos força, garantindo ainda condições de comércio entre as charqueadas de Parnaíba com o Pará, Maranhão, Pernambuco e Bahia. Na virada dos séculos XVII e XVIII, outro aspecto importante a considerar, advém de alguns depoimentos que dão conta da resistência da população na ocupação dos núcleos urbanos.

[...]Cuidam muitos habitantes deste país em fugir da sociedade vivendo nos matos e brenhas, onde se figuram mais livres e donde vem a falta de instrução que padecem, e o respirar tudo a bárbaro e feroz. [...] Estão as vilas ao desamparo, sem haver quem as povoem, sem artifícios para as obras necessárias, sem homens para o trabalho, e sem aumento algum. Destas fogem eles<sup>30</sup> com todo o desvelo, porque nelas se havia de examinar o seu modo de viver e se poderiam capturar quando delinquissem com toda a facilidade [...]” (DURÃO, 1772 *apud* MOTT, 1985, p. 24; 27).

Ainda no final dos mil e setecentos, a pecuária sertaneja dá sinal de seus maus momentos, cada vez mais restrita ao comércio da carne verde e subordinada a mercados em declínio. Ao mesmo tempo, Maranhão e Pernambuco iniciaram o cultivo do algodão em escala comercial para exportação, mudando a configuração comercial até então desenvolvida, voltada para o mercado de víveres. Dessa forma, algumas das antigas fazendas piauienses também passaram a se dedicar ao algodão e a outros produtos, como o fumo.

Em 1822, com a Independência, tornaram-se as antigas fazendas jesuíticas e posteriormente do Fisco, Fazendas Nacionais; estas, sob a administração do Visconde da Parnaíba e devido à falta da mão de obra escrava, continuam em processo de decadência. Com a crescente crise da cana-de-açúcar, a concorrência com os novos mercados charqueadores e outra grande seca entre 1824 e 1825, as charqueadas parnaibanas encerram suas atividades.

Para se ajustar ao mercado, em meados do século XIX, o Piauí partiu em busca de outra atividade comercial, através do comércio de exportação, feito via navegação fluvial e marítima, aproveitando a estrutura já existente em Parnaíba, no Porto das Barcas, antes direcionada ao charque, mas que, a partir daquele momento, voltou-se para o comércio do algodão, fumo, couro e outras sementes extrativistas, dando início a um novo período de desenvolvimento, o que impôs às fazendas uma mudança de configuração, inclusive arquitetônica.

Fonte: IPHAN (2009).  
A Junta Trina que governou o Piauí por vinte e dois anos deixou um importante documento de 1775, destacando o crescimento de Parnaíba dentre as demais vilas criadas em obediência à Carta-Régia de 1761.

Igualmente devemos noticiar a V. Exa. que das seis vilas desta Capitania criadas no ano de 1762 só a de S. João de Parnaíba, fundada na margem oriental do braço de Igarapu, tem tido aumento e promete cada vez mais não só pelos negócios do porto de mar que se lhe introduziu, senão também pelas fábricas e manufaturas com que se acha; as mais estão no mesmo estado em que se lhes deu aquele nome, conhecendo-se unicamente por vilas em razão de terem Pelourinho, ou um pau cravado na terra a que se deu aquele apelido (NUNES, 2006, p. 352 apud FIGUEIREDO, 2001, p. 19).

Logo após ter se tornado Capitania, ainda sob os comandos de João Pereira Caldas, muitos aspectos começaram a ser destacados, apontando a inviabilidade de a sede administrativa permanecer em Oeiras. Inicialmente, um fator contrário foi sua localização, que, apesar de ser num entroncamento, logo contou com a escassez da d'água, não tendo o riacho do Môcha a capacidade de transporte almejada a partir de então, estando a nova capital locada em um sertão seco e estéril, longe dos rios caudalosos e mais distante ainda do mar.

Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, segundo governador da Capitania do Piauí, convicto de que Oeiras não servia para sediar o governo, já desejava transferir a capital para a próspera Vila de São João da Parnaíba. Logo, várias foram as tentativas: em 1792, com o Piauí dirigido por uma Junta de Governo, politicamente subordinado ao Maranhão, foi encaminhada uma proposta ao Rei; em 1799, o governador da época, João Amorim Pereira, fez duas outras tentativas de transferência da capital para a Vila de São João da Parnaíba; em 1812, a Junta de Governo Provisório fez outra tentativa de mudança da capital e, no mesmo ano, a Câmara Municipal de São João da Parnaíba dirigiu-se ao Rei, solicitando a mudança da sede para lá; em 1814, a Junta fez uma nova tentativa, mas o assunto ficou a cargo do chanceler da Relação do Maranhão e da Câmara de Oeiras que não tinha nenhum interesse em

favorecer a Vila de São João da Parnaíba (ADRIÃO NETO, 2004).

A pecuária, em grave crise, não teria capacidade de impulsionar a economia da capitania dentro da nova conjuntura dos mercados mundiais que se apresentava na virada do século XVIII para o XIX. Estava claro que as razões de escolha do sítio às margens do riacho Môcha para sediar os poderes temporal e espiritual nestes sertões com a ereção da freguesia de Nossa Senhora das Vitórias em 1697 (ratificadas pela instalação da vila em 1717 e elevação à cidade em 1762) estavam ultrapassadas (IPHAN, 2009, p. 52).

É importante frisar aqui a chegada da Corte ao Brasil, em 1808, que transformou a condição de Colônia e implicou favoravelmente o estímulo ao desenvolvimento urbano, em especial, dos centros litorâneos, cujo contato com o exterior era maior. Pode-se dizer que se tem aí o início de um novo projeto de modernização que, segundo Freire (1948), foi reforçado pelo imperativo inglês que impôs ao Brasil a mudança de hábitos e valores, provocada pelo consumo de produtos, como a manteiga, a cerveja, os tecidos, as porcelanas, os perfumes; enfim, produtos que logo foram incorporados e consumidos pelos que detinham uma situação econômica mais privilegiada; e mesmo com muitas dificuldades, essas inovações, aos poucos e de modo singelo, alcançam o sertão e as antigas fazendas.

De acordo com o IPHAN (2006), em 1817 foi criada a Alfândega, no Porto das Barcas (que só entrou em funcionamento em 1834), com a finalidade de reduzir custos, além de aumentar a fiscalização sobre os produtos contrabandeados e permitir que a exportação legal destes fosse feita diretamente, sem passar pelo Maranhão ou Pernambuco, impulsionando a economia. Assim, a Vila de São João da Parnaíba, em 1844, mantém-se como um dos principais polos econômicos da Província, sendo elevada à categoria de cidade através da Lei n. 166, promulgada por José Idelfonso de Sousa Promos (RODRIGUES, 2005).

A intensa concentração de propriedade da terra como pressuposto básico da criação extensiva que marcou o período colonial no Piauí perdurou mesmo após mudanças políticas que seguiram. Com o tempo, poucas famílias mantiveram-se como as detentoras dessas grandes áreas, em sua maioria, ligadas por laços de consanguinidade. Em alguns dos exemplares discutidos neste trabalho esse é um dos aspectos que perdura até os dias de hoje.

Em 1832, após a Independência e já sob o status de província, no Piauí, mais cinco povoações obtiveram a condição de vila, quais foram: Piracuruca, São Gonçalo, Jaicós, Vila do Poty e Príncipe Imperial, que, posteriormente, chamada de Crateús, passou fazer parte do Ceará por uma permuta com a vila litorânea de Amarração (hoje município de Luís Correia).



Contudo, a questão da localização da sede da capital ainda perdurou por muito tempo, principalmente após a queda de Manuel de Sousa Martins, o primeiro Barão e Visconde da Parnaíba, título recebido pelas graças do Imperador em 1841, por ter sido importante personagem da luta pela Independência. Como presidente da Província até 1843, foi grande combatente da ideia da mudança da capital de Oeiras. Destaque-se também que, em meados do século, na região litorânea, em Parnaíba, chegaram firmas estrangeiras, como a Casa Inglesa e a Casa Marc Jacob, fato importante no impulso do comércio extrativista que se formaria a partir de então.

Em 1850, o conselheiro Antônio Saraiva, ao assumir o governo da Província, dirigiu-se ao presidente com um grande número de moradores de Campo Maior, Piracuruca e Parnaíba, todos reivindicando a mudança da capital, uns para Parnaíba, outros para a Vila Nova do Poti. O presidente entendeu que Oeiras não poderia continuar como capital, haja vista a dificuldade de escoamento da produção; em Parnaíba, a distância a percorrer seria muito grande. Optou então por um local que ficasse no meio do caminho, às margens do rio Parnaíba, como acreditava ser o melhor para uma capital, pois serviria ao desenvolvimento da navegação e ainda arrebataria de São Luís toda a produção do Piauí que era escoada através de Caxias e do rio Itapecuru. Esse local, para descontentamento dos parnaibanos, foi nas proximidades da Vila Nova do Poti, antes conhecido como a Chapada do Corisco, e então chamado de Teresina, em homenagem a Imperatriz Teresa Cristina (ADRIÃO NETO, 2004).

O início da navegação a vapor no rio Parnaíba, em 1859, impulsionou o crescimento urbano da nova capital, transformando-se em importante eixo comercial, e, como acentua o IPHAN (2009), marcando de modo acentuado a mudança da configuração de antes, curral e igreja, pelo esquema cais e comércio, favorecendo o aparecimento e o impulso de outros núcleos urbanos ao longo do rio, como as cidades de Floriano, Amarante, União e Luzilândia.

A fundação de Teresina marcou o desfecho do longo processo histórico de declínio da pecuária extensiva, atividade econômica que determinou a ocupação destes sertões, a fundação da cidade de Oeiras e a criação da capitania do Piauí. Em paralelo às motivações econômicas, a emergência do projeto político-ideológico das elites de meados dos oitocentos colaborou com a renúncia à velha capital (IPHAN, 2009, p. 55).

Naquele momento recursos federais subsidiavam a construção da nova capital e a implantação de uma estrutura econômico-social atrelada à bacia do Parnaíba. Como outra grande seca atingiu o Piauí em 1877, também se destinaram recursos para assistência aos flagelados, que foram empregues na construção de açudes e alimentos, o que marcou, de

acordo com Sousa (2008, p. 3), “[...] uma típica política assistencialista onde os beneficiários foram a classe política e os latifundiários”.

Ao fim do Império, Braz (2007) afirma que a estrutura socioeconômica do Estado, como durante o período Colonial, perdurou baseada nos grandes proprietários de terra, seguidos por arrendatários, pequenos comerciantes e um número irrelevante de profissionais liberais, encarregados de fazendas e escravizados.

Durante a República, e já na condição de Estado, um novo processo de modernização ganhou força e afetou as cidades mais desenvolvidas do País. Teve início a partir da Primeira República, final do século XIX, e estendeu-se até as primeiras décadas do século XX, variando a intensidade a partir da região ou cidade. Na passagem do século, o Piauí contava com treze cidades, vinte vilas e uma população de 334 mil habitantes, mas de feição rural. Nesse período, também chegam ao Estado, principalmente em Floriano e Teresina, vários imigrantes sírio-libaneses, personagens importantes no impulso do comércio durante o século que se iniciava, como afirma (TAVARES, 2003).

No final do século XIX e início do século XX, ocorreu também o crescimento do comércio de exportação da cera de carnaúba, de amêndoas, de óleos, e marca o período áureo da exportação no Piauí. A maniçoba, planta nativa em todo o Estado, uma das matérias-primas para a fabricação da borracha, que, mesmo sendo material de segunda classe, era bastante necessária em algumas aplicações, teve seu ciclo iniciado em 1900, mas de curta duração, indo somente até 1915. A partir de 1907, intensifica-se a exportação da cera de carnaúba, utilizada para a fabricação de graxas de sapato, discos, ceras de assoalho etc., tomando impulso, de fato, em 1910, e tendo como principal mercado a Alemanha. Em 1911, começa a ser exportado o babaçu, alternando, com a cera de carnaúba, a liderança das exportações piauienses até os anos 1950 e 1960 (SANTANA, 1964).

Em 1915, um novo período de seca voltou a ocorrer, e, de acordo com Tavares (2003), foi uma época crucial para a dizimação da pecuária, quando os rebanhos perderam um maior número de cabeças de gado. Até o final da Primeira Guerra, o Estado começou a enfrentar obstáculos a exportações e importações, além do corte de verbas federais.

Sabe-se que, ainda entre os anos de 1870 e 1930, o sistema ferroviário brasileiro passou por sua maior expansão. Na década de 1920, no Piauí, algumas estações foram construídas, quando o Estado passava por um crescimento econômico baseado nas exportações de produtos do extrativismo e da pecuária locais pelo porto fluvial de Parnaíba. Para Castelo Branco (2017), sua implantação partiu do litoral justificada pelas crescentes

dificuldades de navegação no rio Parnaíba e pela intenção de ligar áreas isoladas e conectá-las à malha ferroviária das regiões Sudeste e Sul do País. Contudo, após a Segunda Guerra Mundial e em decorrência das mudanças no cenário econômico e a adoção do rodoviarismo no País, o transporte ferroviário declinou e a rede federal terminou por encerrar as atividades da linha da EFCP no Estado em 1987.

Em 1946, as até então Fazendas Nacionais foram incorporadas ao patrimônio do Estado com o nome de Fazendas Estaduais. Quanto ao extrativismo, este não ocasionou grandes mudanças sociais, e a mão de obra empregada era a mesma do sistema pecuário, pois foi praticado da mesma forma que a pecuária extensiva e pelos mesmos agentes. Quando houve lucros, estes permitiram alguma modernização do Estado, com a instalação dos sistemas de água e luz elétrica, e a construção de prédios públicos. Saliente-se, contudo, a depredação ecológica, causada por algumas dessas atividades, normalmente pautadas apenas na exploração da natureza, sem qualquer preocupação com aspectos caros aos dias de hoje, como a sustentabilidade.

O surgimento das rodovias também contribuiu para inúmeras mudanças. As estradas de rodagem começaram a ser abertas ainda no governo de João Luís Ferreira (1920-1924) e o Plano Rodoviário estadual foi criado nos anos de 1940. Entre os anos de 1930 e 1940, durante a Era Vargas, sob o regime do Estado Novo, o Piauí, como todo o País, passou por momentos de grande agitação política, o que refletiu em sua economia (TAVARES, 2003).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, ocorreu o decréscimo intenso do extrativismo vegetal e de exportações piauienses, principalmente da cera de carnaúba e do babaçu e da borracha de maniçoba, que perdeu espaço para a borracha produzida na Malásia. À época, esse encerramento coincidiu com o objetivo de transformar a economia nacional de primário-exportadora para uma economia industrializada. Conforme Veloso Filho (2002, p. 2):

[...] a economia piauiense chegou nos anos de 50 do século passado como um sistema econômico dual, predominantemente de subsistência, integrado ao comércio mundial por produtos agrícolas ou extrativos sumariamente industrializados, cuja colocação dependia, exclusivamente, da demanda externa, sujeitando o estado a crises econômicas decorrentes das condições de comercialização desses bens (VELOSO FILHO, 2002, p. 2).

Até os anos de 1940, 85% da população piauiense ainda morava no meio rural, assim como a pecuária ainda era uma atividade complementar. Essa condição começou a se modificar em meados do século XX, em função da queda do extrativismo, da aceleração do processo migratório ao meio urbano, da expansão da agricultura e dos Programas de

Integração Nacional (PINs), criados pelo Governo Federal, gerando infraestrutura para acelerar os fluxos econômicos entre o Piauí e o restante do País (TAVARES, 2003).

O declínio dos preços e do extrativismo fez com que as atividades se voltassem para a agricultura. A economia piauiense, diante de um mercado internacional enfraquecido, apegou-se à produção de arroz, milho, feijão, mandioca, produtos para a subsistência, com comercialização no mercado regional. Para Santana (2008, p. 175), “[...] três fatores concorreram para a evolução da lavoura, no decorrer dos anos 1950: o crescimento demográfico no Piauí e Nordeste; a utilização de maior parcela da renda gerada, nessas áreas, na aquisição de alimentos; finalmente, a maior integração da economia piauiense no mercado nordestino”. Ainda quanto ao transporte e escoamento da produção, destaque-se que era imprescindível a proximidade com as rodovias, o que ocasionou um vazio nas áreas em que não havia essa infraestrutura. Para a CEPRO (2013, p. 25):

Não se observaram mudanças estruturais dos setores econômicos nem melhoria da distribuição de renda, ou seja, não houve desenvolvimento”. A lavoura mostrou a expansão mencionada, a pecuária continuou em sua forma extensiva de baixa lucratividade e o extrativismo do babaçu e da carnaúba, sem grandes avanços nas técnicas de aproveitamento, continuaram inexpressivos (CEPRO, 2013, p. 25).

No contexto brasileiro, na metade do século XX, o País começou a experimentar o que o Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) entendeu como uma política modernizadora, instituindo ações importantes e que refletiram no território piauiense, das quais Moura (2015, p. 2-3) enfatiza, dentre outras, a criação do Plano de Metas priorizando os setores de energia, transportes e indústrias de base, como soluções fundamentais para o Brasil alcançar o desenvolvimento econômico e, voltando-se para o Nordeste, em prol da melhoria da situação econômico-social da região; da Companhia Hidrelétrica do São Francisco-CHESF (1945); o Banco do Nordeste do Brasil-BNB (1952); da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE (1959); e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco-CODEVASF (1974).

No Piauí, entre os anos de 1950 e 1960, se efetivaram algumas medidas de caráter econômico, como a criação da Comissão de Desenvolvimento do Estado-CODESE (1956); o Departamento de Estradas e Rodagem-DER-PI (1955); o Banco do Estado do Piauí S/A-BEP (1958); a Centrais Elétricas do Piauí S/A-CEPISA (1959); e a Agroindústrias do Piauí S/A-AGRINPISA (1959), dentre outras.

Nas décadas de 1970 e 1980, foram implementados alguns programas federais, quando ocorreram maiores investimentos em infraestrutura. Em 1971, as Fazendas Estaduais, que

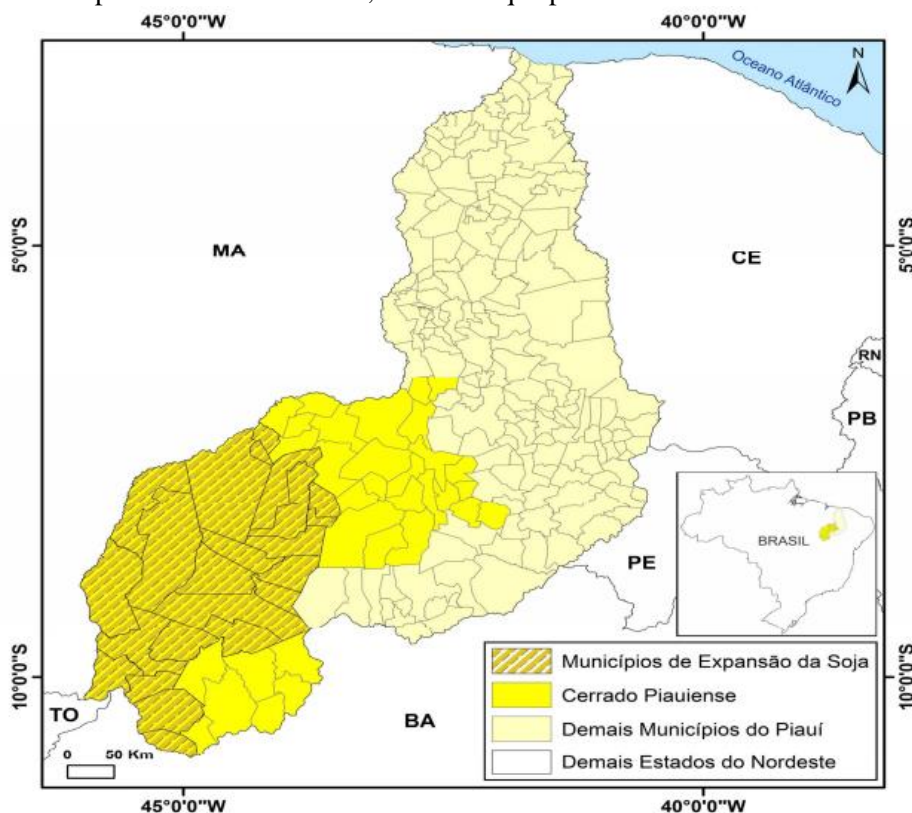
durante muito tempo vinham sendo objeto de contrato de arrendamento de particulares, tiveram mais uma vez grande alteração. Tavares (2003) conta que, aos poucos, elas foram sendo transferidas a particulares, e que só na década de 1960, mais de 60% delas já tinham sido transferidas a preços simbólicos e títulos de incentivo, inclusive a grupos empresariais do Estado como também de fora. Acrescente-se a isso que esses novos proprietários ainda obtiveram grandes incentivos e financiamentos através da Sudene, para que houvesse investimento agropecuário nessas terras. Até os anos 1980, as políticas regionais e medidas governamentais destinadas à região insistiram em programas e fomento aos investimentos que estimularam a ocupação do solo, sem necessariamente incentivar a produção.

Em 1975, as referências econômicas no Piauí já estavam totalmente modificadas, quando não mais a pecuária imperou. A lavoura, enquanto atividade econômica, passou bem à frente da produção animal e do extrativismo, e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (1975), 82% da força de trabalho do setor primário estavam concentrados na agricultura. Outro fato importante, reflexo de um longo período de formação colonial, apontado por Tavares (2003) em sua pesquisa, a partir do relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, atesta que 80% das terras piauienses estavam concentradas nas mãos de somente 20% de proprietários rurais, terras que só eram responsáveis por 20% da produção agrícola no Estado.

Nos anos 1970, desperta-se para as áreas de cerrado no Piauí, como área propícia à produção de grãos (Mapa 12). De acordo com Santos (2015), o Piauí possui uma área de 250.934 km<sup>2</sup>, correspondente a 16,20% da região Nordeste e 2,95% do território nacional. A área de cerrado piauiense ocupa uma 11.856.866 milhões de hectares, o que corresponde a 46% da área do Estado, equivalendo a 5,9% do cerrado brasileiro e 36,9% do nordestino, de acordo com a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí-CEPRO (1992). Essa área localiza-se, geograficamente, em distintos pontos do Estado, mas prepondera na região Sudoeste e parte do extremo Sul piauiense.

[...] geomorfologicamente o que se chama de ‘cerrados’ piauienses são, na verdade, estruturas tabulares em forma de chapadões, caracterizados por uma superfície plana ou levemente ondulada, com inclinação para noroeste da ordem de 2m a 3m/km, encontrando-se limitadas por escarpas abruptas que chegam a atingir mais de 100 metros de altura. Essas estruturas tabulares ou chapadões possuem altitudes em torno de 600 metros e recebem a denominação de ‘serras’ (Uruçuí, Mundo Novo, do Gongo, Calhaus etc.) e são resultantes do processo erosivo de esculturação do relevo devido, principalmente, aos diferentes graus de resistência e inclinação dos sedimentos, aliados ao trabalho erosivo dos rios (INSTITUTO DESERT, 1998, p. 125).

Mapa 12 - Estado do Piauí, com destaque para sua área de cerrados.



Fonte: Base Cartográfica IBGE 2010.

Fonte: Santos (2015).

A aquisição de terras no Estado do Piauí é marcada por suas grandes extensões e poucos agentes no desenvolvimento econômico. No início, a apropriação de grandes áreas ocorreu em razão da pecuária; em seguida, pelo extrativismo; e, na segunda metade do século XX, volta-se para a lavoura. Com o intuito de inserir o Estado no processo de ocupação e produção agro no cerrado, o Governo Estadual providenciou o aparato legal para a apropriação de terras públicas, e incentivo à dinamização do mercado de terras local. Através da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI), essas terras foram negociadas e regulamentadas. Entendia-se que a região necessitava de apenas poucos elementos para sua ocupação, como a capacidade empresarial, e capital viabilizador das técnicas e insumos modernos. Através do Programa de Desenvolvimento de áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE/PI), a Secção Piauí, impulsionou-se à implantação de rodovias, rede elétrica e de telecomunicações que começaram a atrair empresas e investidores individuais de outros Estados, como do Rio Grande do Sul, Pernambuco, São Paulo e Mato Grosso.

Assim, a partir dos anos 1980, ocorreram mais mudanças; novos proprietários se

instalaram e desenvolveram grandes projetos agropecuários na região do cerrado piauiense. Em municípios do Sul do Piauí, como em Ribeiro Gonçalves e Uruçuí, teve início à expansão da produção, iniciando com o caju, intensificando-se com a soja e ainda, milho ou arroz, produtos voltados para a agroindústria e para mercado externo. Aos poucos, essas grandes lavouras cresceram vertiginosamente, estendendo-se para os municípios de Sebastião Leal, Bom Jesus, Palmeira do Piauí, Currais, Monte Alegre do Piauí, Gilbués e Santa Filomena. De acordo com PIAUÍ (2012), a área ocupada pela agricultura mecanizada neste grupo de municípios cresceu de 3% do total em 1991, para 16% em 2010.

A ocupação dos cerrados piauienses com a moderna agricultura de grãos é uma situação recente, especificamente nas suas partes sudoeste e sul. São esses espaços que vêm passando por profundas transformações rumo à incorporação da modernização agrícola com características conservadoras, onde a histórica tradição presente no setor agrícola do Estado, concentradora de terras, não sofre abalos. Até a chegada da produção de grãos, a partir dos meados da década de 1980, esses espaços vivenciaram um início de ocupação acelerada com a implantação de megaprojetos agropecuários (pecuária e cajucultura), incentivados por várias linhas de crédito de instituições públicas, principalmente através de programas e projetos traçados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e financiamentos públicos, principalmente através do Banco do Nordeste (SANTOS, 2015, p. 240).

Ao Estado chegaram empresas também multinacionais do agronegócio e alimentos, como a holandesa Bunge e a multinacional processadora de alimentos americana Cargill, o que implicou no desenvolvimento do comércio e serviços vinculados a esse mercado de grãos para exportação, atraindo novos empreendimentos e pessoas, cujo impacto pode ser sentido nas taxas de crescimento econômico e populacional de municípios, como Uruçuí e Bom Jesus, assim como na expansão urbana, por meio de novos loteamentos e estradas (CEPRO, 2013). Outro aspecto observado até o final do século XX ainda era a baixa ocupação populacional, quando, de acordo com Tavares (2003), existia 2,6 de habitantes por quilômetro quadrado, o que ainda representava grande vazio demográfico.

Para Reydon e Monteiro (2004), assim como nas décadas de 1970 e 1980, ao longo dos anos 1990, a ocupação do cerrado também ocorreu por meio das grandes propriedades, concentradas em poucas mãos, contudo, com o uso intensivo da terra. Os novos empreendedores agrícolas que chegaram ao Piauí, em 1988, já trabalhavam com grãos. Em 1998, depois de experiências com culturas como a do caju, por exemplo, tem início as primeiras plantações de soja.

No que diz respeito ao meio ambiente, tema de maior relevância nesta pesquisa aqui apresentada, chama-se a atenção para o processo de apropriação das terras ao longo da

história piauiense, que se caracterizou pelo desbravamento da região, insistindo sempre em ações como a devastação, o desmatamento, como forma de posse e a valorização da terra. No final do século XX, mesmo com grande aporte tecnológico, surgiu na região Sul do Piauí um novo modelo de fazenda, mesmo assim, baseado em aspectos muito tradicionais. Como no resto do mundo, somente a partir dos anos 1960 e 1970, a preocupação referente a meio ambiente, patrimônio e paisagem cultural vem à tona de maneira enfática. Contudo, as ações e reflexos dessa preocupação são muito mais lentas, e se deparam sempre com questões aparentemente contarditórias, como desenvolvimento e sustentabilidade.

Ressalte-se, mais uma vez, a importância do presente estudo, por meio do qual se busca entender, através da história piauiense e suas nuances – políticas, econômicas, sociais e culturais – a paisagem cultural, por sua vez conformada pela união entre meio ambiente e arquitetura, e quais serão os possíveis caminhos para se pensar ambiente e natureza de forma global, buscando despertar para estratégias de uso e manejo do solo, onde economia e ecologia caminhem de forma harmônica.



## 4 AS FAZENDAS: ARQUITETURA, URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE

### 4.1 Das transformações do Meio Ambiente à Urbanização: o legado das fazendas, sua arquitetura e as primeiras ocupações

O território reconhecido hoje como do Estado do Piauí surgiu a partir da exploração da cana-de-açúcar, que redirecionou a criação do gado *vacum*, elemento de suma importância nos engenhos, para o Interior, os chamados Sertões do Brasil. O atual Estado do Piauí teve sua conformação iniciada a partir das passagens feitas pelos deslocamentos entre o Maranhão e o Ceará e, ainda, através do Sertão de Rodelas, a rota do Sertão-de dentro via rio São Francisco e Bahia, a rota dos sesmeiros pelo rio Jaguaribe no sertão do Ceará e a rota do Sertão-de-Fora, via Pernambuco. Território já transformado e ocupado por diversas etnias indígenas, aos poucos, foi sendo reconfigurado seguindo os padrões europeus impostos pela Coroa Lusa, pela Igreja e seus cleros – com ênfase à Companhia de Jesus, sempre por meio da penetração de bandeirantes, clérigos ou outros exploradores que, aos poucos, ao invés de metais preciosos, descobriram, mesmo na seca caatinga ou nos brejos de carnaubais e buritis, amplos pastos para a criação do gado, em especial, o *vacum*, cujo manejo não exigiu grande estrutura física.

Inicialmente, dividido em sesmarias e poucos espaços missionários, logo foi sendo retalhado em fazendas, sítios e currais, tendo os rios, riachos, brejos e áreas de melhor acesso aos recursos hídricos como balizadores nessa formação e referências para a instalação desses assentamentos. Desde o início, a política régia tentava orquestrar políticas voltadas para a reorganização das terras e da sociedade. Em meados do século XVII, a região ainda possuía contornos imprecisos e descontrolado quanto a sua ocupação efetiva. Os que aqui se estabeleceram de modo permanente, ou chegaram para missões, ou vieram através de casas, como a da Torre, na Bahia, organização responsável por ceder terras de suas sesmarias para as

primeiras fazendas, e ainda o que se tornou a primeira freguesia, vila, e por fim, Oeiras, a primeira cidade piauiense.

Quando os portugueses chegaram já existia, e, de acordo com as muitas etnias, a arquitetura indígena, reconhecida hoje, por seu caráter efêmero e singelo. Contudo, aos poucos, a estrutura arquitetônica administrativa foi sendo estabelecida, pois era de essencial importância para a exploração e estabelecimento dos fundamentos econômicos, políticos, sociais, religiosos e culturais indispensáveis para o domínio da Colônia pela Cora Lusa. Iniciando com atividades extrativistas que requeriam apenas uma arquitetura precária, como as freguesias, foi tornando-se o suporte físico e espacial à sociedade que se foi estabelecendo, e, de acordo com atividade produtiva estabelecida, novas estruturas iam se configurando, como no caso dos engenhos no litoral e das fazendas do Piauí. É assim que a Arquitetura tem, nesse momento da pesquisa, aspecto protagonista, pois, a partir de seu erguimento, têm início as transformações e os resultados que conformaram o Estado do Piauí e sua paisagem hoje.

Nos primeiros séculos, os colonizadores não ocupavam, em maioria, os núcleos urbanos, e sim as casas rurais, constituindo uma sociedade mesclada pelo português, indígena e negro cativo, de economia endógena e população rarefeita. O gado, principalmente o *vacum*, no caso do Piauí, foi estabelecendo um povoamento contínuo, a partir de um rendilhado de fazendas e sítios estabelecidos nas grandes sesmarias. Assim, a pecuária, ao se consolidar nos sertões, fez surgir as primeiras manifestações e alterações no meio ambiente, com a construção para a estrutura das fazendas, uma arquitetura despojada, marcada pelo emprego de materiais e técnicas vernáculas, constituindo um cenário rústico e próprio da paisagem piauiense. (FIGUEIREDO, 2003).

Weimer (2005) explica as diversas influências presentes nas construções, como ocorreu nesses primeiros espaços erguidos no Piauí, que, assim como no restante da Colônia, mesclam-se formando uma identidade única. Dos indígenas, veio a primeira herança, quando, no território piauiense, estavam várias etnias indígenas, dentre elas os Aberitas, os Aruazes, os Tabajaras e os Putis. Deles, se absorvem, até os dias de hoje, hábitos como o cultivo dos frutos da terra e seu consumo, o uso da rede para dormir e descanso, de termos como biboca (casa pequena), urupema (cesta de palha), a construção com materiais vegetais (como as coberturas de palha), o uso de grandes águas de telhado (com altas cumeeiras e pé direito, diminuindo à medida que chega nas extremidades, também conhecidos como grandes chapéus), o forno a lenha, o jirau e a casa de farinha.

Dos negros, a população tida como mais antiga da Terra, também com numerosas etnias e múltiplas culturas, se tem variadas influências. Eles vieram de Angola, a maior colônia africana de Portugal, mas também de lugares como Moçambique, e do Golfo da Guiné (hoje, Guiné Bissau). Como a população negra era bastante numerosa, havia o cuidado de promover a mais ampla distribuição étnica, para evitar a comunicação e rebeliões. Deles se tem também o uso de materiais vegetais, o uso do barro em forma de taipa de mão, taipa de pilão, de sopapo, os pés-direitos mais baixos, as poucas aberturas em função do clima quente e seco, os telhados cônicos e plantas circulares, as cacimbas (poços d'água), as varandas e alpendres.

Por fim, houve influência do colonizador português. Oriundos dos iberos, por sua vez dominados pelos celtas, cartagineses, romanos, bárbaros e mouros, tiveram, ao longo do tempo, contato com os fenícios, sírios, cretenses, gregos. Sendo um dos pontos-chaves da Europa, em Portugal se cruzavam os povos do Atlântico com os do Mediterrâneo, os povos europeus e norte-africanos. Cristianizados pelos romanos, tiveram essa fé abalada, principalmente pela cultura moçárabe, até a Recristianização, quando ocorreu a união das coroas espanholas e portuguesas nos séculos XVI a XVII. Foi, inclusive, a intolerância estabelecida, nesse período, que fez com que muitos judeus e mulçumanos buscassem refúgio na colônia (WEIMER, 2005).

Em todo o Brasil ocorreram várias tipologias, quer por sua influência romana, como as basílicas, teatros, mercados, mausoléus; quer por sua influência mourisca, com o uso do pátio central, da alcova e dos muxarabis. As vilas e cidades foram adquirindo feições que obedeciam a legislação do reino, quando tudo vinha determinado em Cartas Régias, como altura de portas, janelas, peitoris, vergas, forma dos beirais, inclinação dos telhados, largura dos lotes e implantação da edificação, tudo para que a aparência das vilas fosse a mais uniforme possível e a semelhança das cidades existentes em Portugal.

São ressaltadas também influências como as dos franceses, holandeses, italianos, ou das diversas origens dos padres em missões, que, nesse primeiro momento, mesmo que de passagem pelo Piauí, enveredaram em algum outro instante. Depois da chegada da Corte, esse leque de interferências aumentou ainda mais, fazendo com que os diferentes estilos que se desenvolviam na Europa por aqui também deixassem, com maior rapidez e força, de algum modo, sua marca.

Freyre (2006) chama a atenção para o fato de as relações de convivência serem pautadas nas relações de poder. Ele explica que a multiplicidade de influências e culturas gera

costumes e conflitos, e exemplifica vários deles, como o caso do domínio islâmico em Portugal, deixando costumes na cultura ibérica, como a poligamia. Esse hábito, devido à Recristianização, virou algo apenas com tolerância “extraoficial”, e na Colônia, em razão da escassez de mulheres brancas e pela prática da poligamia, tanto pelos negros, como pelos indígenas, esse costume manteve-se.

Outro aspecto está nas mulheres portuguesas, que, num misto de costumes islâmicos e cristãos, eram submissas, não podendo se expor nem nas janelas; frequentavam apenas as missas, e desde que escoltadas e com o corpo coberto. Já para os negros, os hábitos eram diferentes, pois as mulheres eram copartícipes da agricultura, do comércio, tendo bem mais liberdade, assim como as mulheres indígenas, que monopolizavam as atividades agrícolas.

Essa rede de relacionamentos gerou, na Colônia, ainda de acordo com Freyre (2006), uma face pública, oficial, erudita, baseada na religião, nos costumes lusos, como vestimentas; e outra domiciliar, cujos modos de vida se harmonizavam com a culinária, com os usos e costumes indígenas e africanos. Dentro de casa, as transgressões e costumes eram tolerados, mas as aparências, a partir das construções, que refletiam a imagem pública, eram conservadoras e fiéis às tradições lusas.

E assim ocorreu a Arquitetura, baseada em relações de poder não apenas característico de uma classe social ou do Estado, mas no poder atuando sobre todos, fruto de relações entrelaçadas. Trata-se de um jogo de forças, algo que não se pode possuir ou apoderar-se, uma rede complexa de micro poderes, englobando todos os aspectos da vida social, invisível, molecular, positivo, construindo redes de relações (CASTELO BRANCO, 2007, p. 326).

[...] na medida em que se passou a pensar que o poder não era uma coisa localizada num determinado ponto, mas que ele nomeava a sociedade e construía uma rede de relações no interior da qual estávamos todos, abria-se a possibilidade de se pensar o poder no espaço, nas disposições arquitetônicas (RAGO, 1993, p. 127).

Dentro da fazenda, existem espaços segregados, o que pode ser observado através da análise arquitetônica, pois, para cada local, há uma definição da posição dos indivíduos, e é por meio dos variados graus de poder que serão delimitados os espaços destinados a cada um. Traz-se o pensar foucaultiano ressaltando, justamente, para o que vem antes das definições físicas dos objetos arquitetônicos, para a relação entre os indivíduos e as relações entre os espaços, interiores ou não.

Ao analisar a casa da fazenda, e também a do vaqueiro, alguns espaços chamam muito a atenção no sentido dos poderes, como a varanda, cômodo que permite o acesso à residência

em si. Por serem espaços conflituosos, marcam a separação do campo e da casa, atuando como uma ponte, ligando-a ao interior, sendo o local destinado a se manter contato com os estranhos. Posteriormente, o corredor central, assim como define Matta (1997), é um espaço “arruado”, e se comporta como espaços públicos, como a rua, mas dentro de casa, e o que se tem é um local de circulação de todos. As zonas íntimas, como os dormitórios, são lugares totalmente reclusos, isolados, privativos, grandes e divididos através de critérios, tais como sexo e idade, onde o indivíduo encontra-se completamente protegido. Por fim, a cozinha e algum depósito são sempre grande espaços físicos, costumeiramente na parte de trás da edificação.

Rago (1993) também recorda Foucault quando explica que a dominação não percorria necessariamente o caminho da alma para o corpo, como se tinha aprendido, mas poderia vir das coisas para o corpo e para as ideias; do ambiente material para a mente. Para entender esse raciocínio, um bom exemplo continua sendo as fazendas, pois, a partir delas e das mais variadas transformações por elas causadas no meio, os indivíduos também se transformaram, assim como suas práticas sociais e as relações de poder.

Fisicamente, recorda-se que as primeiras fazendas aqui estabelecidas possuíam poucos edifícios, como fábricas de farinha e selarias. Enquanto construção relevante, isso ficou a cargo apenas das chamadas Casa Grande, a residência do proprietário, que, muitas vezes, ali nunca se esteve, e ainda, da casa do vaqueiro, o verdadeiro gerenciador local. Nesses dois últimos espaços, foram empregados os materiais mais resistentes, e a tentativa de maior apuro construtivo.

Mesmo com o entendimento da mão de obra escrava como relevante, desse período e da atividade econômica das senzalas, não se tem notícia de sua existência no Piauí, contudo, destaca-se a fala de Silva Filho (2007, p. 36), quando diz que “[...] se o pastoreio atenuava a insígnia da escravidão, algemas de mão e de pé, golinhas e troncos foram aplicados na punição de escravos indisciplinados”.

O liberalismo foi o traço vivo dessa fazenda [...] Brancos e pretos se completaram numa luta de pura sobrevivência, arrimando-se uns aos outros, arrostando os mesmos tropeços da vida perigosa e nômade. Nessa sociedade de vaqueiros (e quem diz vaqueiro, diz independência e ousadia), nem sequer coube ao branco o maior quinhão, porque o dono, o senhor indisputável da terra e do gado estava na Bahia, vigilante despótico dos seus domínios (PORTO, 1974, p. 143).

De acordo com o IPHAN (2009), na arquitetura rural piauiense, são poucos os exemplares de casas de fazendas onde existe algum elemento ou vestígio de local para

habitação ou cárcere de escravizados. O que se pode aferir é que os negros se organizavam em comunidades, onde as casas simples, com estrutura de pau a pique e cobertura de palha, ficavam juntas e próximas à sede da casa do senhor. Quanto aos escravizados da lida doméstica, estes ficavam na própria casa de fazenda, geralmente em uma edícula nos fundos do terreno.

Para Alves (2003), a forma de criação do gado exigia raros investimentos, e tudo se dava quase ao natural. Poucas fazendas tinham algum cercamento, e o gado circulava por vastas áreas, não existindo nenhum impedimento, inclusive, que ele saísse dos limites das concessões das sesmarias. A casa, muito simples, estava próxima aos currais que existiam quando da necessidade de algum tipo de confinamento, e estes em pedra ou com outro tipo de fechamento (com madeira tipo aroeira, cedro, jatobá, jacarandá). Assim, as pastagens eram, em sua maioria, naturais, sendo por vezes necessário apenas realizar pequenas queimadas em determinadas épocas do ano, ou para que o pasto voltasse a crescer com melhor qualidade, ou de forma mais abundante. Nesse tipo de atividade criatória, a casa, o bem arquitetônico, tinha menor importância, por ser, inclusive:

[...] um produto extremamente caro, correspondendo as melhores ao preço de um escravo de serviço. Mesmo nas fazendas com proprietários domiciliados, praticamente todos os investimentos se aplicavam em terras e nos rebanhos, enquanto as habitações não passavam de um suporte secundário (SILVA FILHO, 2007, p. 43).

Desse modo, a arquitetura tradicional piauiense é originariamente rural, surgida com a multiplicação dessas casas de fazenda de criação de gado, simples, sem apuro, principalmente a partir do século XVII. Até o século XIX, raros foram os investimentos industriais ou até sofisticados na pecuária, o que reflete também na arquitetura. Hoje, em pleno século XXI, em muitos lugares no interior dos sertões, os processos adotados ainda são os mais simples e rudimentares. Alves (2003) explica que este foi um fator importante a contribuir para a fragilidade da atividade criatória no Piauí, superada facilmente por outras áreas que surgiram em concorrência, como foi o caso do Rio Grande do Sul, no final dos anos 1700, pois este, apesar de não ter técnicas mais apropriadas, tinha condições naturais mais favoráveis.

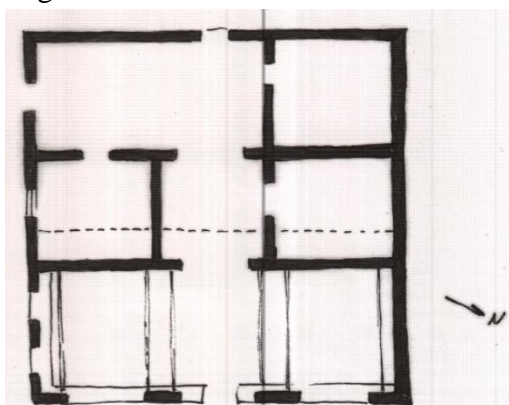
A arquitetura das fazendas aqui estudadas é marcada pela simplicidade, criatividade, pela adaptabilidade, cuja forma plástica é fruto das técnicas e materiais empregados, resultado da cultura. As edificações mais simples, dos diversos “vaqueiros” e roceiros, traduzem a imagem desse homem do campo. Com sua estrutura autônoma de madeira, de carnaúba ou babaçu, vedadas de taipa, normalmente a de mão, tem a influência africana nas aberturas

mínimas, e dos indígenas nos seus telhados em águas, também de babaçu ou carnaúba. Silva Filho (2007, p. 47) afirma que “as casas de caranaúba e babaçu” são “inconfundíveis na forma e no cheiro, equivalentes na proteção térmica e no risco de fogo”. Renascem “num sopro úmido, ano após ano, imprimem um caráter de permanência, de cumplicidade ecológica”. Ao engendrar “alma e canalizando expressão temporal parecem eternas”.

Sua aparência confunde-se na paisagem, a cor é a do barro, quente, do clima escaldante que assola a maior parte do Piauí. As aberturas são enquadradas por madeiras simples e o piso é o chão batido. Sala, quarto e cozinha têm limites tênues, e como no seu exterior, dentro dela tudo vem da natureza, seja o pote de barro, a gamela de pequiseiro, o pilão de aroeira, a urupemba para penerar os grãos e até as redes de tucum, amarradas aos troncos das carnaúbas. Os banheiros eram cavas marcadas por uma laje perfurada e guarnição de palhas, fora da casa.

Alguns agregados, à medida que iam tendo progresso na atividade, construíam suas casas, por vezes, casas de sítio. Nelas, vê-se ora a influência das casas grandes, ora das edificações dos roceiros, mas são maiores e de melhor acabamento. Com coberturas em duas águas, a manutenção da estrutura da madeira e da vedação em taipa constitui-se um padrão intermediário entre as casas de barro e palha e as fazendas, com planta quase sempre retangular, o alpendre ou varanda, a sala frontal, corredor central ladeado de quartos e cozinha (Figura 1).

Figura 1 - Casa na fazenda Nova Olinda



Fonte: Silva Filho (2007).

Quanto às casas de fazenda, as que ainda resistem, anteriormente tanto representavam o próprio bem, como muitas vezes uma área bem maior, a área da fazenda. Nos mapas construídos nos séculos XVII, XVIII e XIX, muitas vezes essa nomenclatura se confunde, como é o caso da fazenda Serra Negra, um dos objetos de estudo da presente pesquisa, citada

como Fazenda Serra Negra, que, de acordo com Silva Filho (2007, p. 73), ao ser citada no mapa do ouvidor Antonio José Morais Durão, em 1774, era um “[...] lugar que possuía noventa fogos<sup>1</sup>, 506 almas das quais 293 homens e 213 mulheres, quatorze fazendas e dezoito sítios, sem senhorio ausente”.

Nos documentos e mapas, relatos arquitetônicos desses locais são quase inexistentes, mas nos anos 1700, essas construções começaram a ocorrer como a residência da família do senhorio, feitas para a perenidade e não mais meros abrigos. Silva Filho (2007) explica que as plantas não são padronizadas (geralmente em L, mas ainda em U ou em T) e não seguem a orientação em relação a ventos e chuvas dominantes. Sua estrutura ora portate, ora autônoma, sempre em carnaúba, pedra e barro, confunde-se com a plástica, despojada de ornamento e de revestimento.

O piso em tijoleira nos cômodos mais importantes, a manutenção da terra batida em outros, além das divisórias em meia altura e a telha vã mantêm o frescor interior. O clima seco, escasso de chuvas não exigiu grandes beirais de telhado, sempre à mostra. Na estrutura, as tesouras não foram tão comuns, mas o uso da carnaúba, usada como tronco roliço foi a constante. As cumeeiras são elevadas, mas a inclinação das águas é pequena; e a cobertura de palha passou a ser em grandes telhas cerâmicas artesanais capa e canal.

Em sua maioria, os alpendres indicam as frentes das casas, dando para um grande terreiro de entorno, de onde se estende o olhar vigilante dos donos ou responsáveis pelo rebanho, pois o olho do dono é o que engorda o gado. Em sua maioria delimitados por meio muro de alvenaria, esse é um espaço de transição, orientador e de outras múltiplas funções, como o lugar da visita, o quarto do viajante, o lugar da oração, de esperar, receber ou descansar. Nele e no corredor que dele parte para o interior da casa, são amarradas as selas e arreios, equipamentos indispensáveis na lida pecuária, e dos quais seus proprietários tinham muito apego.

As salas, quando ocorrem, quartos e capelas ficam à frente, ligadas ao alpendre por janelas, servindo de ligação à varanda ao fundo da casa, onde é posta a mesa das refeições e também desenvolvidas muitas atividades das mulheres. Ali são postas cadeiras espriadas para a conversa e o convívio íntimo, além dos potes com água fria, as bilheiras, e os armários embutidos nas alvenarias para louças e talheres. A cozinha, despensas e cômodos secundários ficam ao fundo, normalmente com pé-direito mais baixo. As instalações sanitárias eram muito simples e desprovidas de qualquer apuro maior. A água abastecia a casa através de sua

---

<sup>1</sup> Fogos: famílias, unidades de Censo (UC).



retirada de poços, cacimbas ou riachos. Quanto às privadas e espaço para banho, esses eram apenas cercados muito pequenos de palha, com um buraco aberto no chão. Urinóis e o próprio meio ambiente destinavam-se às necessidades.

Silva Filho (2007) afirma que nessa arquitetura as esquadrias talvez fossem os elementos mais frágeis. As vergas e ombreiras são em madeira, e as primeiras são retas, podendo ocorrer em arco abatido. Os arcos plenos só ocorrem demarcando alguma divisão, sem qualquer fechamento, como a passagem do alpendre para o interior do bem. Os peitoris e soleiras também são de madeira, ou ainda de laje de pedra ou tijoleira. As vedações são compostas de tábuas de madeira na vertical em calha. Nesse momento, as ferragens eram difíceis e caras, o que denota a inexistência de trancas fortes. Quanto ao mobiliário, o barro, o couro e madeira permitiram o trabalho artesanal, quando se faziam desde os baús para a guarda da roupa, até as mesas, cadeiras e tamboretas.

Essas casas poderiam ficar em porções mais altas do terreno, garantindo o olhar constante, a vigilância, ou próxima aos brejos e riachos, assegurando a proximidade com a água, mas normalmente sempre rodeada por um terreiro. Silva Filho (2007, p. 78) estabelece uma relação interessante quando diz que “[...] as fazendas foram como as matrizes cristãs assentadas em suaves plataformas, projetando teatralidade, imprimindo respeito e controlando costumes”.

Quanto à religião, o catolicismo se fez presente desde o início. Nas primeiras incursões e sediações, as distâncias eram muito grandes e a população rarefeita, e os padres passando de tempos em tempos para as desobrigas, quando ofereciam a caquetese e os sacramentos a pagãos e cristãos. De início, se utilizavam os oratórios portáteis que, com o tempo, o aumento do número de pessoas e a propagação da religião, passaram a ter uma pequena capela (um cômodo, ou um “armário”) no interior da casa de fazenda.

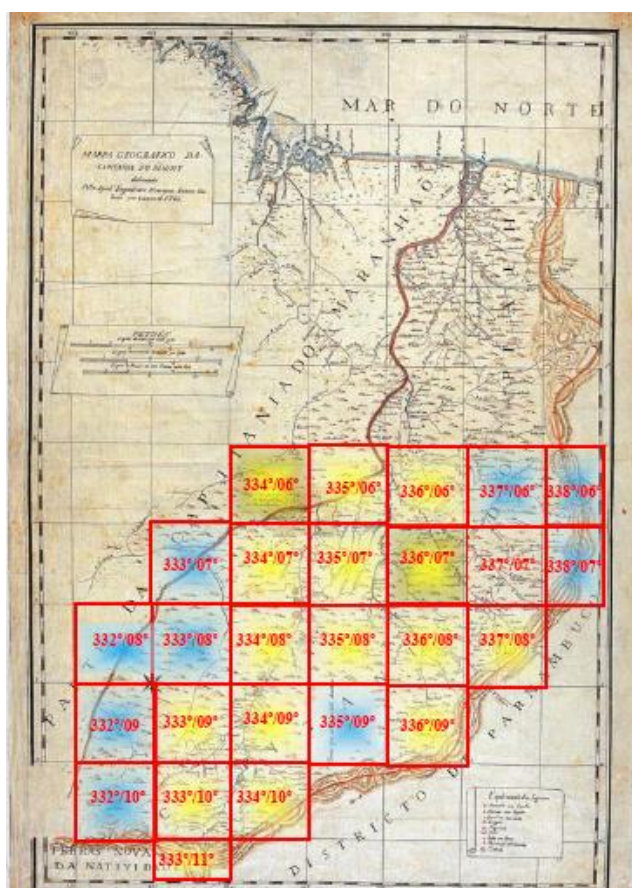
No século XVIII, o oratório ou capela passa para o alpendre, e transforma-se num cômodo no canto lateral, onde é mais acessível aos devotos externos e não compromete a intimidade doméstica. Esses espaços não possuem isolamento a nenhum grupo, era comum para brancos, negros, vaqueiros e escravizados, mas possuem áreas reservados aos senhores e agregados (FALCI, 1995). Ao longo do tempo, transformaram-se mais uma vez, passando a ter corpo próprio e a ser independente da moradia. Com a mesma singeleza das casas de fazenda, os mesmos materiais possuem nave única, pouco apuro plástico, e estavam muitas vezes associados a campos santos, denominação dada aos cemitérios, que porém não eliminou o oratório doméstico.

Os mapas dos anos 1700 já mencionam fazendas com capelas, mas não há precisão de sua ocorrência. Silva Filho (2007), ao analisar o assunto, acredita que muitas dessas referências vieram da presença dos jesuítas, quando da posse de suas muitas fazendas; contudo, desse período, já não se tem praticamente nenhuma estrutura construtiva. Falci (1995, p.79) destaca o inegável o papel desses locais no Piauí colônia, inclusive na sua conformação urbana.

Muitas fazendas e suas capelas foram o berço de povoados erguidos posteriormente em vilas e cidades, como é o caso da fazenda Bocaina, datada de 1780, e sua capela, origem do povoado de Picos [...] era nas fazendas, muitas delas possuindo capelas, que se celebravam os batizados ou casamentos [...] (FALCI, 1995, p.79).

Na Carta Geográfica da Capitania do Piauí, feita em 1761, por João Antônio Galuci, já aparece uma fazenda, objeto de estudo dessa pesquisa, a Água Verde. Costa (1974), ao discutir sobre as fazendas jesuíticas piauienses, aponta a presença desta fazenda como já de posse dos padres missioneiros (Mapa 13).

Mapa 13 - Carta Geográfica da capitania do Piauí, e parte das adjacentes levantada em 1761 por João Antônio Galuci



Fonte: ASSIS, 2012, manipulado por Neuza Melo em 2019.

Quanto à fazenda Serra Negra, Oliveira e Assis (2009) trataram-na como “laica” e mesmo não aparecendo na descrição das fazendas jesuíticas, ela também já aparece em mapas dos anos 1700, além de ter uma data incrustada em sua construção, dando indícios do período construtivo (Mapa 14 e Figura 2).

Mapa 14 - Detalhe Carta Geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes levantada, em 1761, por João Antônio Galuci



Fonte: Silva Filho (2007).

Figura 2 - Data talhada em uma das paredes da Serra Negra



Fonte: Silva Filho (2007).

Aos meados dos anos 1700, veio o reconhecimento da necessidade de criação de novas vilas pela Coroa. Esses espaços administrativos serviriam para maior controle dos dízimos, das rendas fiscais, para proteção, local de justiça e apoio religioso, cada vez mais distantes das criaturas avessas à cultura europeia, repelidas cada vez mais aos matos e caatingas.

Assim, as novas vilas foram implantadas com base no pragmatismo das autoridades, da observação direta do território, quando foram considerados, em cada freguesia, o número de pessoas de sobregas, as fazendas próximas, o aspecto dos templos e a quantidade de moradias. Arraes (2016) chama a atenção para a necessidade de as paróquias se ajustarem ao conceito de “dignidade”. Assim, a urbanização imaginada pelos funcionários régios para São José do Piauí foi fruto de uma longa jornada de demarcação e experimentação de espaços, lugares, paisagens e pessoas. Para Araújo (2010, p. 8), “as vilas configurariam reformas estruturais no Piauí, e incitariam um novo modo de vida, fundamentando uma existência consagrada no urbano como o *locus* da civilidade, mesmo que a materialidade desse urbano não autenticasse a “dignidade” concedida pelo rei”.

Tem-se, então, o início da estruturação urbana e administrativa lusa na capitania piauiense, com o surgimento da primeira cidade e de mais vilas. Nesse período, também o proprietário rural começou a se dividir, ficando parte do tempo na fazenda e parte no meio urbano. A família buscava as novidades, oportunidades que as fazendas isoladas dificilmente forneciam. Estreitam-se os laços com o que havia de moderno à época.

Foi assim que Barreto (1938) explicou a criação da casa urbana no Piauí. Essa tipologia ganha força nos anos 1800, proveniente das casas de fazendas rurais. Contudo, a morada urbana perdeu o alpendre frontal, pois nas vilas e cidades a exigência da guarda da intimidade era maior. O autor explica:

[...] A arquitetura é de pura expressão popular. A planta tem por origem o tipo maranhense de “porta e janela”, cuja evolução compreende os tipos de “meia morada” e “morada inteira”. A planta geralmente é em forma de L, algumas vezes em U. A superposição da planta da “morada inteira” originou os sobradões de azulejos de São Luís, cujas fachadas posteriores se nos apresentam totalmente de madeira. A “morada inteira” esparramada, é a casa do Piauí: cômodos maiores, paredes mais grossas, tudo aumenta e se abaixa. A “morada inteira” no Maranhão é vertical; no Piauí horizontal (BARRETO, 1938, p. 195).

Nas primeiras vilas e cidades, os lotes eram estreitos, profundos, e as casas construídas sem recuos frontais ou laterais, geminadas. Ao adentrar pela porta principal, depara-se com um corredor que liga as salas, na parte da frente, às alcovas, cômodos sem abertura para o externo, normalmente onde ficavam as moças, à varanda de trás, espaço da sala das refeições

e convívio íntimo da família. Barreto (1938) explica que essa varanda está ligada ao pátio interno, arborizado, com muitas frutas, e que em sua lateral, ligado por pequenos corredores, estão as dependências de serviço, a cozinha e despensas. O que se tinha por estrutura de banheiro ficava fora da casa, no pátio de trás. Quanto aos materiais, permaneceu o uso do que fácil se achava na natureza e que possibilitava técnicas simples, como a carnaúba, o barro, o babaçu, as pedras de jacaré ou de castelo, enfim, o que se tinha vernacularmente. Quanto à presença de senzalas incorporada à residência do senhor ou em edificação exclusiva para este fim ou habitações desse tipo, o IPHAN (2009) atesta não ter encontrado quaisquer referências documentais ou vestígios físicos, no espaço urbano de Oeiras, primeira vila e cidade piauiense.

Arrais (2016) recorda ainda que o Piauí era habitado por milhares de índigenas, muito contrário ao contato luso, ao domínio e uso do território, o que ocasionou diversos conflitos por volta de 1770. Assim, as vilas, enquanto espaços entendidos como civilizados, favoreciam, também, a conversão dos aldeamentos e a submissão dos índigenas. Destaque-se, além dos núcleos rurais, a presença da Igreja, através das paróquias, e a proximidade dos cursos d'água, como já era comum mundo afora e inclusive no Brasil, aos moldes de São Luís do Maranhão, Aracati no Ceará, e em Recife, no Pernambuco.

Nossa Senhora da Vitória foi a primeira vila da Capitania de São José do Piauí. Para tanto, mesmo enquanto freguesia, já precisou ter instalada sua primeira capela, por Thomé de Carvalho e Silva, o primeiro sacerdote no local. Arrais (2016) adverte que, a princípio, a fisionomia do lugar assemelhava-se a uma instalação rural, com presença apenas do pequeno templo católico e a casa do padre, juntos no mesmo adro. Ao longo do tempo, a primeira construção institucional reconhecida oficialmente no Estado cumpre o papel transformador da paisagem dos sertões do Piauí. O templo foi sendo transformado e recebendo feição mais sólida, com suas paredes iniciais de taipa sendo substituídas por pedras e o telhado de palha por telhas cerâmicas.

Nos anos de 1720, o bacharel António Marques Cardoso foi o nomeado como ouvidor, e deu início a medidas de melhoria desejadas pela Coroa, inclusive da arquitetura oficial, que ainda não existia. Contudo, na Vila da Môcha, algumas realizações como a construção de novas sedes para a Casa de Câmara e Cadeia e a fundação do Colégio e Hospício dos jesuítas só ocorreram depois, sob a orientação de Sebastião José de Carvalho e Mello. A Casa de Câmara e Cadeia, bem como o pelourinho eram os símbolos do controle administrativo, político e judiciário, expressando o poder régio, e deveriam ser construídos para cumprimento

desse papel. Arraes (2016) salienta que há indícios da efetivação de obras ainda na primeira metade do século XVIII, mas os documentos, por não seguirem uma sequência temporal lógica, não trazem a data precisa dessas operações.

Silva Filho (2007) explica que, com a expulsão e confisco das fazendas jesuíticas, o espólio foi anexado à metrópole tornando-se patrimônio da Coroa Portuguesa, no qual estavam incluídos, além das terras, o gado vacum e cavalar, e os escravizados. A meta, a partir daí, foi apenas o lucro com o mínimo de trabalho e investimento possível nessas terras. Além da redução drástica do gado, as estruturas arquitetônicas já existentes foram, aos poucos, sendo ignoradas, e os investimentos desse tipo não mais ocorreram.

Os anos de 1800 começaram com a chegada da Corte. E com ela o prenúncio da modernidade, da civilidade. Na Arquitetura, o desejo era estar o mais próximo possível da Europa, trazer para a colônia as novidades, estilos por lá desenvolvidos. No Brasil, essas mudanças chegaram com mais força no litoral. No interior do País, nos sertões, essas ideias vêm como um sopro muito suave, totalmente adaptadas e hibridizadas, pois os materiais e a mão de obra especializada eram muito escassos, além das técnicas construtivas muito particulares e diversificadas.

Para as cidades, os habitantes dispersos das fazendas e sítios eram atraídos por isenções fiscais e outros privilégios, exceto dos dízimos. O que se buscava era a renovação dos aspectos simbólicos e ideológicos, contudo, apenas reafirmando uma geografia essencialmente portuguesa. Quanto ao rural, nos anos de 1800, têm-se o crescimento dos rebanhos e um maior número de casas de fazendas, onde o proprietário, de início, esteve mais estabelecido, mas depois começou a se fazer mais difícil, cada vez mais atraído pela vida civilizada marcadamente urbana.

Assim, nas casas de fazenda, coladas a elas, geminadas, por muitas vezes está a casa do vaqueiro; e, em seguida, os currais, como aconteceu na Abelheiras, um dos objetos de estudo desta pesquisa. Essas duas residências – senhor e empregado – marcam bem os ajustes sociais à época; e, apesar de juntos sob um mesmo telhado, esses espaços também ligados por um alpendre têm hierarquia bem definida, estabelecendo limites de convivência. O vaqueiro, além de controlar o rebanho, os currais, também passou a cuidar da construção sede, um elemento que, aos poucos, ganhou mais destaque. Paulatinamente, a família e o proprietário reduzem sua vivência na fazenda a temporadas. É assim que, ao mesmo tempo, as novidades também chegam ao meio rural, como foi o caso dos candeieiros de azeite substituindo as velas,

além das louças e bacias esmaltadas, das cadeiras de palhinha e dos retratos ovalados nas paredes.

De acordo com o Iphan (2008), por volta de 1850, com o fim da escravatura e com o início da navegação a vapor, chegam, mesmo que lentamente, os materiais industrializados, iniciando uma mudança nos padrões construtivos piauienses. Nas cidades, as construções de adobe dão lugar às erguidas em tijolo queimado, e chegam os gradis de ferro, vidro, madeira serrada e telha prensada, mas Silva Filho (2007) chama a atenção para o fato de que, mesmo com a tendência adotada pelo Império de romper com o passado colonial e marcar a diferença estilística entre o meio rural e o urbano, as mudanças são muito pontuais, permanecendo ainda o uso dos materiais e técnicas construtivas tradicionais locais, com a rara presença de projetistas, sendo tudo elaborado e executado pelos proprietários ou mestres de obras.

[...] A imagem da cidade colonial, sem regularidade de arruamento, com um tênue ordenamento urbanístico e com sua arquitetura de tradição luso-brasileira e vernacular, passou a ser rechaçada por ser identificada como *barroquismos* e signos do atraso de um período de dependência política que se queria renegar. Os cânones da missão francesa trazida ao Rio de Janeiro em 1816 repercutiram em todas as províncias ditando a arquitetura neoclássica e o urbanismo cartesiano do arruamento em xadrez como as materializações do progresso e do ideário moderno na cidade. Em muitas províncias, as capitais sofreram intervenções e expansões urbanas sob esta lógica, como Recife, Belém, São Paulo e Fortaleza. No Piauí se optou por planejar e construir uma nova capital, fato que se repetiu em Sergipe, em Minas Gerais e, já no século XX sob os princípios do urbanismo modernista, em Goiás (IPHAN, 2009, p. 55-56).

Nas fazendas, a crise proveniente da concorrência do charque e das muitas secas que se iniciam, dizimando o gado, faz com que, nas fazendas, novas atividades comecem a ser exploradas, como o algodão, o fumo e depois, diversos produtos do extrativismo. A partir de então, essas fazendas foram se transformando, tendo que se adaptar não só a transformações econômicas, mas também às novas relações que ocorriam a sua volta. Até aquele momento, eram ocupadas pelos donos das terras, vaqueiros e escravizados, mas com a implantação de núcleos urbanos, as novas vilas, essa ocupação e as relações sociais também começaram a mudar, o que deu início ao processo de desuso, e, posteriormente, até o abandono de algumas delas.

A realidade piauiense se confunde com a da maior parte do Brasil. Quando chegam mudanças, essas vêm lentamente, dificultadas pelas restrições impostas pelo meio. Assim, no Piauí, ao final do século XIX, as técnicas e materiais construtivos em vigor eram aqueles tradicionalmente usados nas construções coloniais, com o emprego da mão de obra dos escravizados recém-libertos. As alterações ficavam por conta da adoção de elementos dos

estilos europeus, apropriados e reproduzidos de acordo com as particularidades de cada região (IPHAN, 2008).

Quanto às fazendas do final do século XIX e início do século XX, essas continuaram não sofrendo mudanças; quando muito, foram adaptadas a novos condicionantes econômicos, pautados também pelo comércio, e cada vez menos pela pecuária, e, em termos de arquitetura, as casas perdem o alpendre, fazendo surgir salas e cômodos laterais para tratar dos aspectos financeiros agora impostos, como foi o caso da Fazenda Altamira/Paraíso, uma das fazendas objeto de estudo da presente pesquisa.

No final do século XX, uma nova atividade explorada, agora a agricultura de grandes extensões, como no caso da soja, novas sedes, casas de fazenda são erguidas, a exemplo da Fazenda Canel, uma das aqui estudadas. Nesses locais, assim como no século XIX, o proprietário passa parte do seu tempo em grandes temporadas. Por se encontrarem numa região ainda em desenvolvimento, parte da família, principalmente os filhos mais novos, saem em busca de melhores condições de estudo, por exemplo, ou na capital Teresina, ou ainda, em outros grandes centros do País. Apesar de se tornarem empresas de grande porte, com toda a estrutura necessária, a família participa efetivamente do empreendimento, e muitos deles, após a conclusão das atividades escolares, voltam para trabalhar.

Como empresas, em regiões distantes e isoladas, possuem grande estrutura arquitetônica, inclusive para os seus funcionários, um verdadeiro complexo onde se busca prover as famílias dos empregados o mínimo básico para saúde e educação. Esses novos núcleos estão trazendo a muitas partes do Sul do Piauí maior comunicação, facilidade de transporte, e, com isso, a rapidez da tecnologia.

Quanto às casas de fazendas, essas possuem novos formatos. Os materiais e técnicas são modernos, mas o despojamento ainda existe. Tem-se nelas tudo o que é preciso em termos tecnológicos, assim como todo o conforto que os equipamentos modernos podem propiciar. É um novo modelo de casa sede, que retrata inversamente ao que ocorreu antes, pois elas vêm das construções urbanas, fazendo com que seus habitantes sintam, o mínimo possível, a ausência da cidade.

Essas edificações rurais, portadoras de expressões culturais e sociais, tiveram e continuam tendo que se adequar às novas demandas, o que envolve aspectos como a arquitetura desses espaços e todo o meio ambiente envolvente. As construções, junto ao meio, vêm conformando a paisagem piauiense, ao longo dos anos, configurando as formas de convivência social, política e cultural que constroem a história do Piauí. Desse modo, por



entender que as transformações são a constante da vida, ressalta-se, principalmente nos dias de hoje, que o (re)conhecimento desse espaço constituiu ação importante para o usufruto, desenvolvimento e valoração.

A pesquisa desenvolvida parte da urgência em entender sobre as noções que permeiam o campo ambiental – natural ou construído – sobre um mundo cada vez mais impactado e degradado. Acredita-se que a melhor forma de promover a apropriação é por meio do conhecimento, assim, o bordão atribuído ao designer, advogado e artista plástico Aloísio Magalhães (1927-1982), uma das personalidades que mais contribuiu para a preservação do patrimônio cultural brasileiro nunca se fez tão verdadeiro e apropriado, pois “só se preserva aquilo que se ama, só se ama aquilo que se conhece”.

## 5 O CONTEXTO DAS FAZENDAS

### 5.1 Água Verde

O primeiro objeto de pesquisa aqui apresentado é a fazenda Água Verde. Ela vem iniciando esse trecho da pesquisa devido a sua datação histórica e localização. Hoje, ela faz parte do município de Coronel José Dias, Sudeste do Estado, às margens do rio Piauí, local onde a história aponta terem ocorrido às primeiras incursões e estabelecimentos fruto da pecuária.

Quanto à localização, está diretamente relacionada à colonização e à ocupação a partir da fundação de fazendas e currais nas grandes sesmarias. Quanto a sua datação, vários outros autores, como Alencastre (2015), Leite (1938), Costa (1974), Nunes (1975) e Oliveira (2007) trazem fragmentos históricos sobre sua presença.

As pesquisas iniciais, e destaque-se que devem ser aprofundadas no decorrer do trabalho, revelam que a fazenda pode ser do final do século XVII ou início do século XVIII. Essa suposição vem por meio de Costa (1974), ao explicar que Domingos Mafrense, falecido em 1711, teria deixado de herança suas fazendas aos jesuítas, e que a Água Verde teria sido repassada aos padres através de doação feita por Marinho Sores, seu arrendatário. Como o desbravador morreu no início do século e deixou a fazenda como herança, muito possivelmente ela pode ter sido criada no final dos anos 1600.

D'Alencastre (1857) afirma que, no inventário dos bens da Companhia de Jesus, a Fazenda Água Verde tinha um capital bruto de 3:425\$820, sendo 22 2:500\$000 referentes à produção de gado *vacum*, 2:500\$000 oriundos do gado cavalari e 83\$334 a parte da produção pertencente aos vaqueiros (quarta parte). A Água Verde foi situada pelo mesmo autor, como a quarta fazenda entre as mais rentáveis da Ordem Jesuíta no sertão do Piauí (Tabela 2).

De acordo com Leite (1938), dessa fazenda, junto às fazendas Castelo e Campo Grande, obtinha-se a fonte de renda utilizada para custear as despesas dos Jesuítas que tinham ingressado no noviciado do Colégio da Bahia, em Salvador. Percebe-se, desse modo, a importância deste estabelecimento rural no contexto local e também para os jesuítas.

Em 1759, para controlar o florescimento Jesuíta, vindo em constante ascensão, o Marquês de Pombal sancionou o ato que obrigava a retirada da Companhia de Jesus do Império português, junto ao sequestro de todos os seus bens. Com a expulsão dos jesuítas, suas fazendas foram divididas em três Inspeções: a inspeção Canindé, localizada ao longo do rio Canindé; a de Nazaré, ao longo do rio Parnaíba; e a Inspeção do Piauí ao longo do rio Piauí. Ambas possuíam sede próprias, também conhecidas como “residência”, e eram administradas por pessoas contratadas pelo tesouro real (LEITE 1938). Contudo, algumas delas, como a Água Verde, foram doadas pela Coroa a particulares que tinham envelhecido pobres em serviço do Estado, passando a fazenda por doação ao capitão Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco (COSTA, 1974).

Tabela 2 - Dados econômicos da Fazenda Água Verde

Relação da produção econômica das fazendas Jesuítas em ordem decrescente, com destaque para a fazenda Água Verde (ALENCASTRE, 1857)

Fazendas	Capital	Bens rendíveis do gado vacum	Bens rendíveis do gado cavalari	Quarta parte dos Criadores
S. Romão e Tatu	11:599\$640	9:550\$000	850\$000	283\$333
Salinas do Canindé	4:000\$000	3:200\$000	290\$000	96\$666
Água Verde	3:425\$820	2:500\$000	250\$000	83\$334
Salinas de Itaqueira	1:470\$000	442\$000	40\$000	13\$333
Cajazeiras	135\$000	250\$000	250\$00	83\$330
Riacho dos Bois	714\$000	\$	\$	15\$000
Poções	87\$500	87\$500	13\$500	4\$334
Castello	57\$500	\$	\$	8\$330
Espinhos	35\$000	250\$000	250\$000	83\$334
Brejinho	15\$000	\$	\$	\$
Gamelleira	9\$000	\$	\$	\$
Ilha	14\$400	\$	\$	\$
Brejo de S. João	8\$060	\$	\$	\$
Brejo de S. Inácio	5\$980	\$	\$	\$

Fonte: Ribeiro (2013).

A partir da segunda metade do século XVIII, a fazenda passou por vários ciclos de abandono e reocupação, motivados, sobretudo, por conta dos constantes conflitos indígenas. Pimenteira. Ribeiro (2013) explica que a Água Verde teve papel de destaque nesses conflitos, servindo como ponto de parada, apoio e suporte aos soldados da Coroa na “Guerra dos Pimenteira”, subsidiando estratégias militares. De acordo com Oliveira (2007), a tropa comandada pelo tenente-coronel João do Rego Castelo Branco arranchou-se nessa fazenda em 1779, e, como forma de proteção dos constantes conflitos com indígenas nas fazendas na ribeira do Piauí, a Junta Governativa da Capitania, em 1798, determinou que algumas delas, como a Água Verde, fossem guarnecidas pelo que se chamava de escolta volante, um grupo de, no mínimo, quatro soldados, armados e municados, substituídos por outro a cada vinte ou trinta dias.

Oliveira (2007) explica que, mesmo com toda essa preocupação, o início do século XIX marcou o abandono da Água Verde em decorrência dos conflitos indígenas, e que esse estabelecimento rural foi utilizado como sede para as tropas do capitão de Infantaria Maior do Exército, José Dias Soares, responsável pela implementação, a partir do final do século XVIII, do quarto e decisivo período da guerra de conquista do Sudeste do Piauí. Assim, em 1809, o capitão estabeleceu uma base e presídio na Água Verde.

Vindo de Domingos Mafrense e seu arrendatário, passando pelos jesuítas, e após o período que sucedeu a guerra contra os indígenas, em 1815, a fazenda Água Verde teve uma sucessão de proprietários (Quadro 3). Um dos últimos, no período coronelista, foi o capitão Thomaz Gonçalves de Assis, mais conhecido como Capitão Tomazinho, que repartiu a fazenda em diversas porções e as deixou de herança aos filhos.

Quadro 3 - Lista de proprietários da Fazenda Água Verde entre os séc. XVII e XXI

Proprietário	Período
Martinho Soares	Século XVIII
Companhia de Jesus	Século XVIII
Capitão Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco	Segunda metade do século XVIII
Gabriel Dias Soares	1808
Joaquim Ribeiro Soares	1836
Maria do Patrocínio Castelo Branco	1846
Jesuína Clementina de Carvalho	1877
Rosalina Francelina da Costa	1896
Avelino José de Freitas	1896
Capitão Thomaz Gonçalves de Assis (Cap. Tomazinho)	Final século XIX e início do XX
Ângelo Virgulino de Assis (Filho do Tomazinho)	Primeira metade do século XX
Herdeiros do Ângelo Virgulino de Assis	Dias atuais

Fonte: Ribeiro (2013).

Conforme Ribeiro (2013), o capitão Thomaz Gonçalves de Assis tomou posse da fazenda no fim do século XIX, e chegou a possuir um rebanho de mil cabeças de gado, o que lhe garantiu uma posição de prestígio entre os demais criadores do período. Quanto à arquitetura, atualmente existe uma edificação antiga no local que carrega o topônimo “Água Verde”, e, de acordo com as informações oriundas na cartografia histórica, observa-se que as localizações coincidem.

O autor também explica que as informações levam a crer que a estrutura arquitetônica hoje parcialmente ruída e sem moradores foi a residência do Capitão Tomazinho, pertencente hoje a uma neta herdeira, Clarisse de Assis. Também não existe mais criação de gado como antes, apenas poucas cabeças ainda resistem, e em seu entorno ocorrem pequenas plantações de subsistência com cultivo de feijão e milho, nas chamadas lavouras de vazante.

Em sua pesquisa, com ênfase na arqueologia, Ribeiro (2013) explica que o sítio arqueológico Fazenda Água Verde foi identificado no ano de 2010, a partir da pesquisa de mestrado de Rômulo Negreiros, intitulada: “As trilhas da Morte no Sertão das Pimenteiras-PI (1769-1815): Caracterização e Reconhecimento arqueológico de um território”.

Mesmo estando numa posição elevada, com excelente campo de visualização, Ribeiro (2013) explica que a estrutura arquitetônica erguida está locada na borda de um terraço de inundação, ou seja, conta que as águas de um rio podem alcançar, em períodos de cheia, a margem direita do rio Piauí, compondo o entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, distante 48 quilômetros da sede administrativa do município de Coronel José Dias. Está georreferenciada nas coordenadas 802497 UTME e 902498 UTMN (DATUM WGS84), apresentando uma elevação de 255 metros, a montante do riacho São Gonçalo e à jusante do riacho da Lagoinha (Mapa 15).

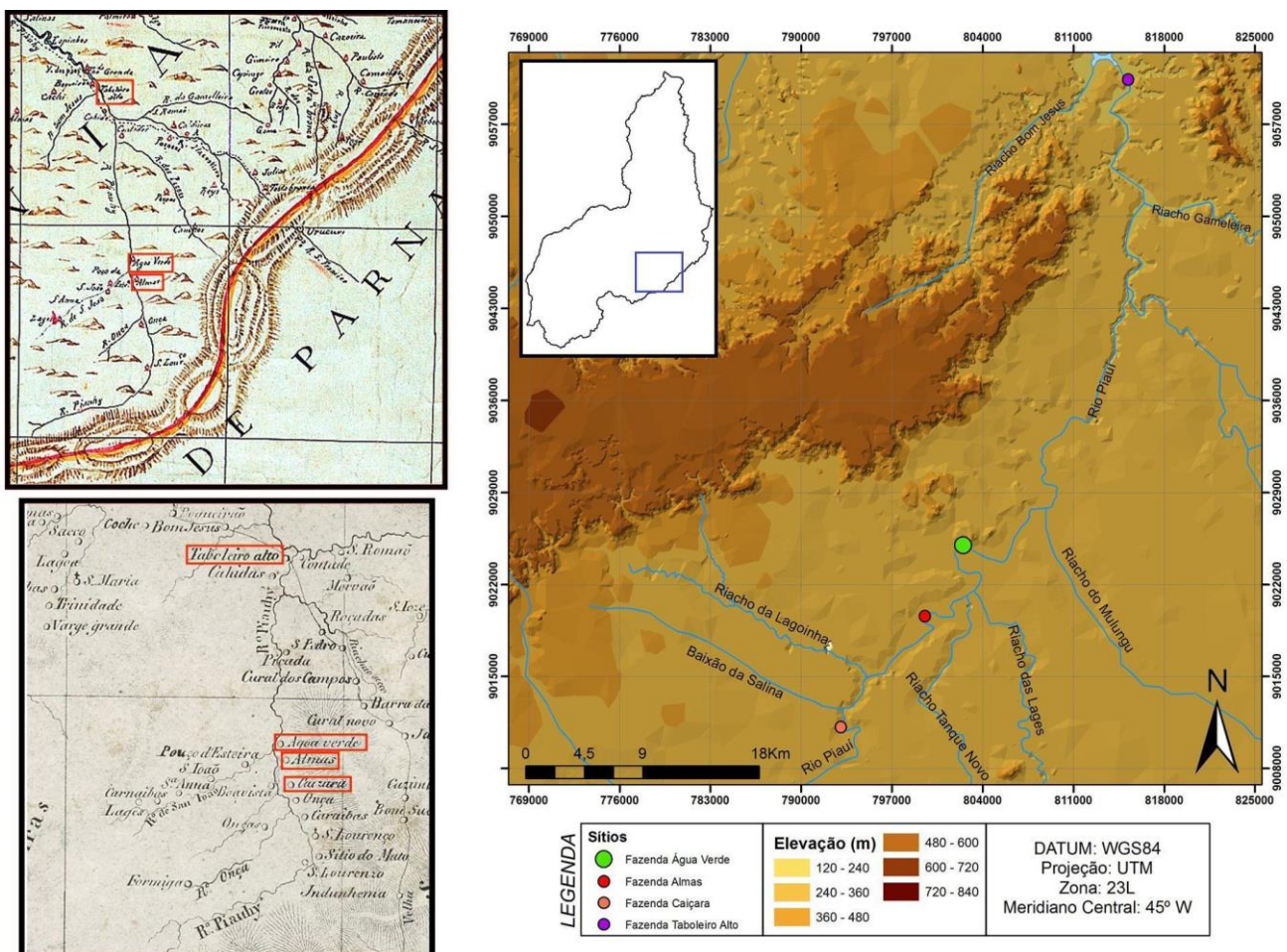
Mapa 15 - Acesso à Fazenda Água Verde,  
adaptado do Google Earth™.  
Dados econômicos da Fazenda



Fonte: Ribeiro (2013).

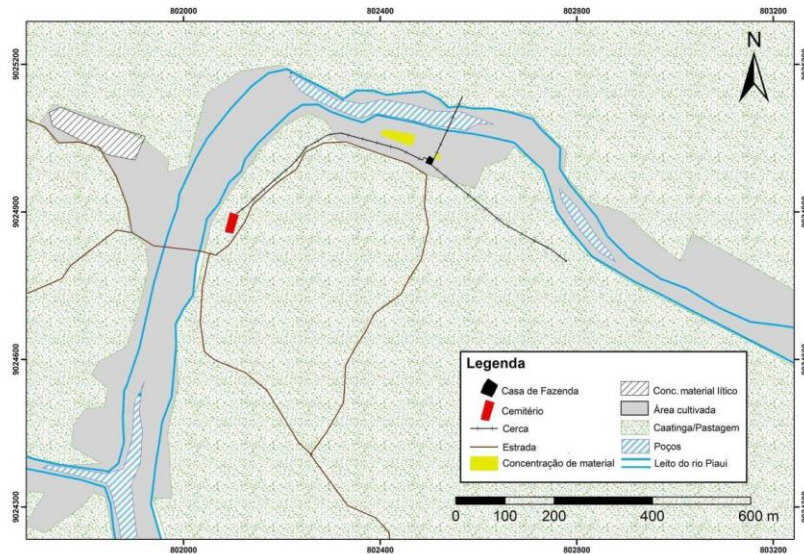
Ribeiro (2013), baseado na pesquisa de Negreiros (2012), realizou uma análise comparativa entre mapas atuais e do período colonial, além de imagens de satélites e topônimos. O autor constatou que a relação espacial entre Água Verde e outros topônimos contemporâneos mencionados na historiografia persistem (Mapas 16 e 17).

Mapa 16 - Relação espacial recorrente da Fazenda Água Verde com as fazendas Almas, Caiçara e Taboleiro Alto em tempos coloniais e na atualidade, de acordo com as fonte dos mapas históricos de Galucci 1760 (recorte superior esquerdo) e Schwarzmann (1828) (recorte inferior esquerdo)



Fonte: Ribeiro (2013).

Mapa 17 - Distribuição das evidências arqueológicas e da área de captação de recursos do sítio Fazenda Água Verde e entorno, de autoria de Rômulo Macêdo



Fonte: Ribeiro (2013).

Até recentemente a casa estava totalmente de pé. Em sua pesquisa, Ribeiro (2013) pode elaborar uma planta baixa para entendimento de seu programa. Nesse momento, ele verificou a altura da cumeeira de 4,70 m, atingindo 2,90 m no oitão e que a casa era dividida em nove cômodos, com oito portas, sendo seis de folha corrida e duas de cancela. Ele também confirmou o telhado de duas águas coberto por telhas de barro com dimensões de sessenta centímetros de comprimento por vinte centímetros de largura. No interior da casa, foram encontradas gravações de supostas datas “1802, 1918 1970 e 1982” remetendo possivelmente a períodos de ocupação da residência (Figuras 3, 4, 5 e 6).

Figura 3 - Possíveis datas pintadas e gravadas nas paredes da casa. A) 1802, B) 1918(?), C) 1970, e D) 1982. (Fotos: Marcelo Alves e Rômulo Macêdo)



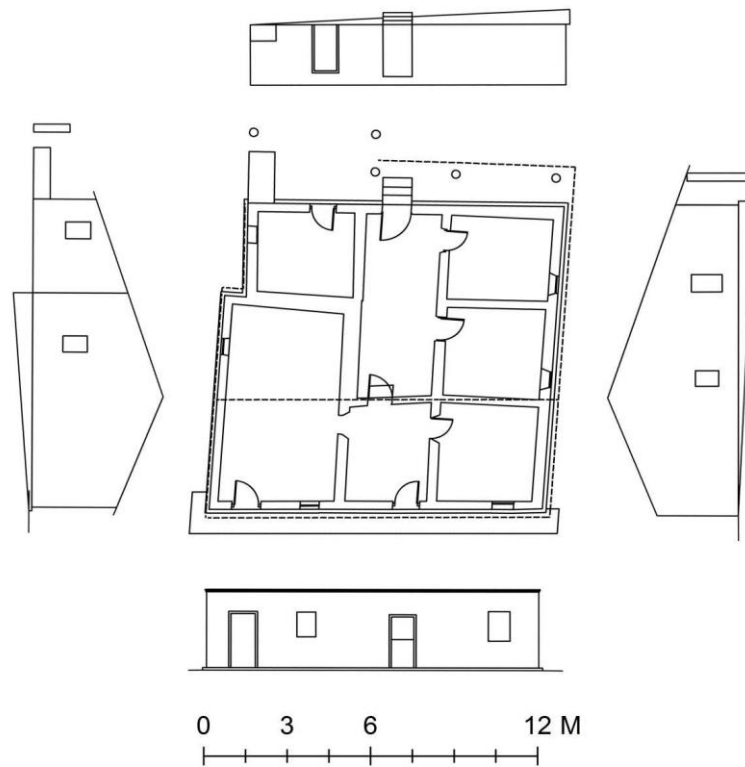
Fonte: Ribeiro (2013).

Figura 4 - Vistas da casa por Marcelo Alves e Rômulo Macêdo



Fonte: Ribeiro (2013).

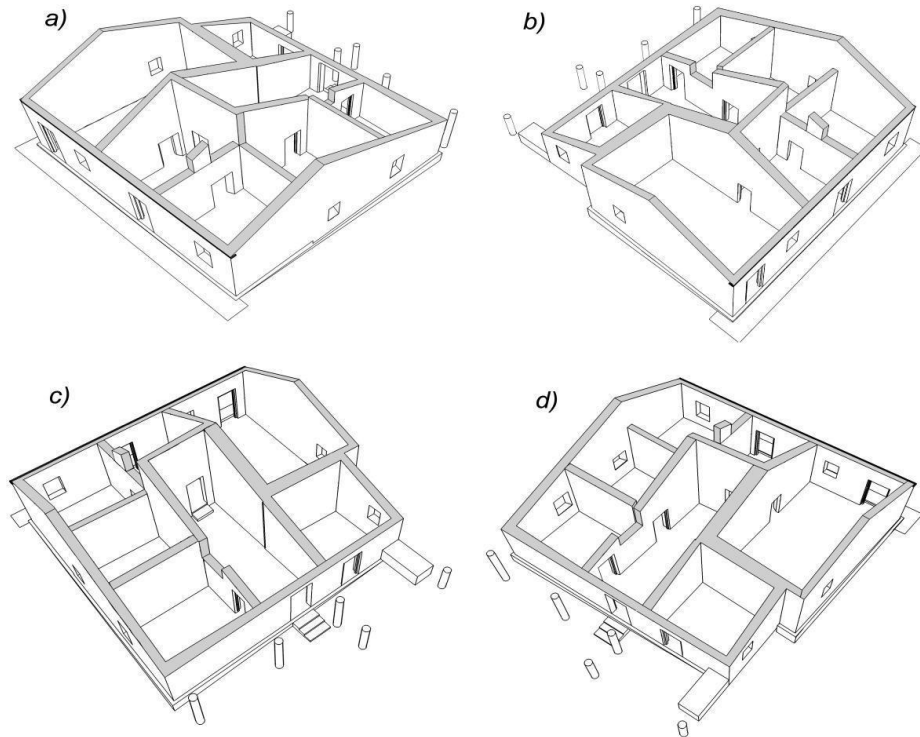
Figura 5 - Esquema de Planta baixa e perfis da casa de autoria de Marcelo Alves e Rômulo Macêdo



Fonte: Ribeiro (2013).



Figura 6 - Vistas isométrica da casa: a) Sentido Sul-Norte, b) Sentido Oeste-Leste, c) Sentido Leste-Oeste, d) Sentido Norte-Sul de autoria de Marcelo Alves e Rômulo Macêdo



Fonte: Ribeiro (2013).

Segundo Ribeiro (2013), foi possível concluir que o “povoado” que comporta o topônimo Água Verde corresponde à mesma localização da fazenda. Alguns dados, como tipos de materiais e setorização dos cômodos, permitiram deduzir que a construção passou por processos de ampliação ou reforma. Para o autor, embora não sendo possível afirmar que a casa, onde, segundo relatos orais, foi a residência do capitão Tomazinho, já recebida de herança pelo próprio, é a mesma do período colonial. Foram constatados alguns elementos que podem sugerir cronologias antigas, como, por exemplo, a data “1802” na parede nordeste do Cômodo 9.

Em visita à Fazenda Água Verde, em julho de 2019, percebeu-se que a situação mudou bastante em pouco tempo. No percurso até a sede, ao sair da cidade de Coronel José Dias, margeando a Serra da Capivara, cerca de cinquenta quilômetros em estrada de piçarra, de difícil acesso, sem qualquer sinalização, uma das coisas que mais chamou a atenção foi a paisagem. A vegetação predominante é a caatinga, marcada por suas árvores secas, pela presença de muita pedra no solo, e com muito pouca presença de habitações (Figuras 7 e 8).

Figuras 7 e 8 - Vegetação no entorno da estrada de acesso a fazenda Água



Fonte: Neuza Melo (2019).

Para chegar a casa, é necessário atravessar o leito do rio Piauí, já completamente seco nesse período. Antes, porém, passa-se pelo Cemitério da fazenda, ao que tudo indica, um campo santo iniciado pelo capitão Tomazinho e onde está seu túmulo (Figuras 9 e 10).

Figuras 9 e 10 - Leito do rio Piauí já seco e túmulo do cemitério da fazenda



Fonte: Neuza Melo (2019).

Guardada apenas pela Constituição Federal, sem qualquer proteção específica, constatou-se que casa está em processo de arruinamento. Sua parte frontal tem orientação sudoeste, e a posterior está voltada para o nordeste, referenciada para rio Piauí. Uma edificação de um pavimento, com piso de terra batida. Suas dimensões correspondem a doze metros de frente e quinze nas laterais (Figura 11).

Figura 11 - Vista da casa já em ruínas



Fonte: Neuza Melo (2019).

Quanto aos materiais, sua base é feita de pedra argamassada com barro, e suas paredes de barro ora são em adobes, externas, ora são em taipa de mão, apresentando uma largura média de trinta a cinquenta centímetros. O reboco também é em barro, mas nota-se a presença de reboco de cal e argila nas paredes da frente. A madeira, tanto na estrutura da cobertura quanto na de algumas paredes, com destaque para o uso da carnaúba, como de costume em todo o Piauí. Foram vistos também nas paredes internas ganchos de madeira que podem ter tido diversas funções, como para dependurar a indumentária do vaqueiro, armador de rede, arreios de couro, dentre outras (Figuras 12, 13, 14 e 15).

Figuras 12 e 13 - Vista da casa já em ruínas



Fonte: Neuza Melo (2019).

Figuras 14 e 15 - Destaque para a carnaúba e ganchos nas paredes



Fonte: Neuza Melo (2019).

## 5.2 Serra Negra

A fazenda Serra Negra está localizada a 181 km de Teresina, capital do Piauí. Hoje, com cerca de 173.000 hectares incorporados ao longo da história, sobretudo por seu último e atual proprietário, o grupo Edson Queiroz, ela ocupa grande extensão de terra dos municípios de Aroazes, Santa Cruz dos Milagres, Valença, São Miguel do Tapuio e Pimenteiras. Nessa área são encontrados diversos riachos, como o Serra Negra, o Almoço, o Carnaúbas, Salitre e Tábua, e os rios São Nicolau e Sambito. Essa rede hidrográfica é pertencente à bacia do rio Parnaíba e possui caráter temporário.

A vegetação é marcada pela presença dos campos de cerrado, já muito alterada pelos anos de utilização da terra na criação de gado; e, posteriormente, com a extração do tucum, babaçu, carnaúba, e mais recentemente o cultivo de espécies como o caju para produção em larga escala.

Quanto a sua história, na descrição feita por Pe. Miguel de Carvalho, em 1697, Serra Negra já foi mencionada. Ao descrever o sertão do Piauí, o padre mencionou o assentamento de uma fazenda localizada à margem do rio Negro (hoje riacho Serra Negra), afluente do rio São Nicolau, com um habitante branco e dois negros, cujo vaqueiro encarregado era Rodrigo da Costa. Quando, em 1730, os Jesuítas fundaram a Missão Aroazes, em 1740, Serra Negra já se destacava como uma das três grandes fazendas que utilizavam mão de obra escrava para os seus serviços, sendo a mais importante delas (FUNDAC, 2006). Silva Filho também afirma que na descrição do Ouvidor Moraes Durão, em 1772, ela também aparece, e em 1774, ele teria na fazenda Serra Negra constavam noventa fogos (habitações) e 506 almas, das quais

293 eram homens e 213 mulheres, distribuídas em quatorze fazendas e dezoito sítios. Seu senhorio habitava em Pernambuco, na ocasião (Figura 16).

Figura 16 - Parte da descrição das vilas no Piauí em 1774

Nº 5  
Vila de Valença

Até Dezembro de 1774

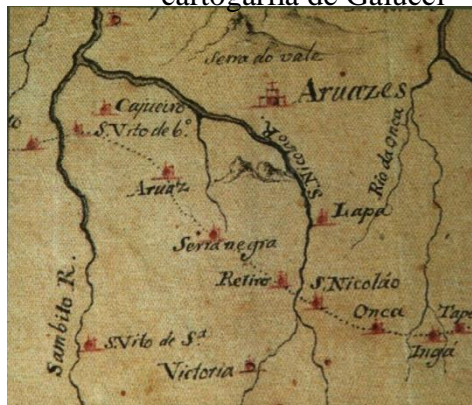
Relação das Pessoas, Fazendas, Sítios que há nesta Vila de Valença e seu distrito

	FOGOS	ALMAS	HOMENS	MULHERES	FAZENDAS	SÍTIOS	CORES	IDADES	FORA DA CAP. FAZENDAS QUE TÊM SENHORIO
Vila e Subúrbios	67	407	198	209	4	12	Branços 240 Mulatos 330	Menos de 7 508	No Reino —
Sambito	65	483	251	232	10	3	Mestiços 207 Vermelhos 81	De 7 até 14 495	Na Bahia 7
Poti da Ponte do Sul	77	679	356	323	18	6	Mamaluços 109 Pretos 389	De 14 até 70 1431	Em Pernambuco —
Serra Negra	90	506	293	213	14	18	Somam 1356		
Berlengas	70	461	258	203	12	7	Branças 202 Mulatas 311 Mestiças 216 Vermelhas 84 Mamaluças 105 Pretas 262	De 70 até 90 90 De 90 até 100 11 De 100 até 120 1	No Ceará — No Maranhão —
SOMAM	269	2536	1356	1180	58	46	Somam 1180	Somam 2536	Somam 7

Fonte: Mott (1985).

Silva Filho (2007) explica que na fazenda se estabeleceram, no final do século XVIII, os primeiros Pereira da Silva vindos de Lisboa, dentre eles, Antônio Pereira da Silva, Antônio Carlos e Luiz Carlos Pereira de Abreu Bacellar. No ano de 1803, era de propriedade de Luiz Carlos, que passou a ser conhecido como Luiz Carlos da Serra Negra, comandante militar da Vila de Oeiras e componente da junta governativa do Piauí, a quem a lenda local atribuiu o serrilhamento de uma escrava para justificar o nome dado à fazenda. Na cartografia de Antônio Gallucci, elaborada em 1759, ela também já está presente (Figura 17).

Figura 17 - Serra Negra na cartografia de Galucci



Fonte: Silva Filho (2007).

Quanto à casa da fazenda, nela pode-se ver uma data grafada, na pedra próxima a cozinha, que remete a 1766 (Figura 3). Sua área corresponde a 438,00 m<sup>2</sup> e possui quatorze cômodos. A visita in loco permitiu perceber sua implantação no alto, antecedida por um cruzeiro e amparada por um grande muro de pedra, de onde se deveria ter uma visão privilegiada do entorno, essencial para a época. Além disso, suas paredes externas em pedra e barro têm grande espessura, chegando algumas a cerca de oitenta centímetros, o que denota, mais uma vez, a importância da edificação e a preocupação com a segurança (Figura 18).

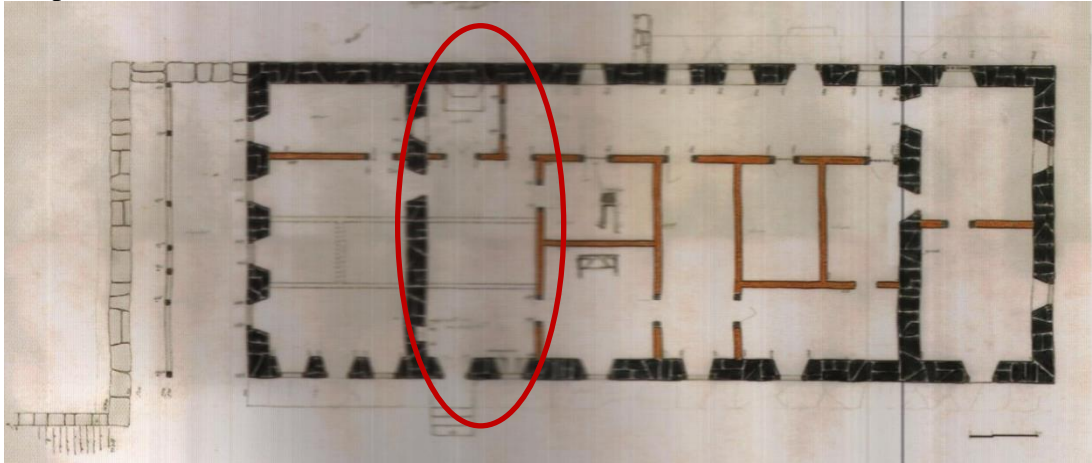
Figura 18 - Vista da Fazenda Serra Negra



Fonte: Neuza Melo (2019).

Para adentrar pela casa de planta retangular foram colocados degraus em pedra. Um destaque é o alpendre isolado, incomum para a época, o que se supõe ter sido para resguardar a área íntima das diversas atividades. Sua capela também se destaca por suas dimensões, e a localização central sugere a relevância da religião no local. Suas paredes internas são mais finas, com alvenaria mista de pedra, adobe e esteios. Para receber portas e janelas, foram construídas padieiras de voo, onde, inclusive, vê-se a presença de uma janela conversadeira (Figuras 19, 20, 21, 22, 23 e 24).

Figura 19 - Planta Baixa da Fazenda Serra Negra com destaque para área da capela



Fonte: Silva Filho (2007).

Figuras 20, 21, 22, 23 e 24 - Vista para o alpendre isolado, para a sala e vãos com a padieira, da capela e oratório com a imagem de Santa Ana, respectivamente da esquerda para a direita



Fonte: Neuza Melo (2019).

No piso, a tijoleira ou ladrilho de barro cozido. Em sua cobertura de quatro águas, as telhas cerâmicas, com inscrições e de grandes dimensões comuns à época, chegam a quase um metro de comprimento, e são arrematadas por um beiral em beira seveira. Na estrutura da coberta, mesmo com a troca de muitas peças de madeira, ainda se vê o uso da tesoura canga de porco e da carnaúba (Figuras 25 e 26).

Figuras 25 e 26 - Piso em tijoleira e estrutura da cobertura em madeira e tesoura canga de porco, respectivamente da esquerda para a direita



Fonte: Neuza Melo (2019).

Hoje a fazenda, que pertence ao grupo cearense Edson Queiroz, possui a razão social de Esperança Agropecuária e Indústria LTDA, e tem como atividade a criação de bovinos para corte, segundo dados do alvará de funcionamento. A sede da antiga fazenda está atualmente afastada do presente escritório, situada a poucos quilômetros. Apesar de tombada pelo Estado pelo Decreto: n. 12.135 de 15 de março de 2006, ela também está em processo de arruinamento (Figura 27).

Figuras 27 - Escoras consolidando as paredes frontais da fazenda



Fonte: Neuza Melo (2019).



Em seu entorno imediato, encontram-se algumas casas de moradores. Percebe-se que há na fazenda um apoio para suas atividades religiosas. Isso pode ser comprovado no trato da casa. A capela, utilizada pelos moradores, tem uma manutenção bastante diferente das demais áreas casas, inclusive possui acesso restrito, para resguardá-la (Figuras 28, 29, 30, 31 e 32).

Figuras 28, 29, 30, 31 e 32 - Imagens do processo de arruinamento da casa, da capela e das moradias no entorno, respectivamente da esquerda para a direita



Fonte: Neuza Melo (2019).

### 5.3 Abelheiras

A história da Fazenda Abelheiras está ligada à Casa da Torre e aos Garcia D'Ávila, segundo levantamento feito por seu atual proprietário, inclusive nos arquivos do tombo de Lisboa, o Sr. Anfrísio Castelo Branco. Nos documentos oficiais, a fazenda apareceu pela primeira vez em 1708. Imagina-se que ela teria sido fundada entre 1697 e 1708, pois, no documento de 1697, no recenseamento feito pelo Pe. Miguel Couto de Carvalho, ela não foi

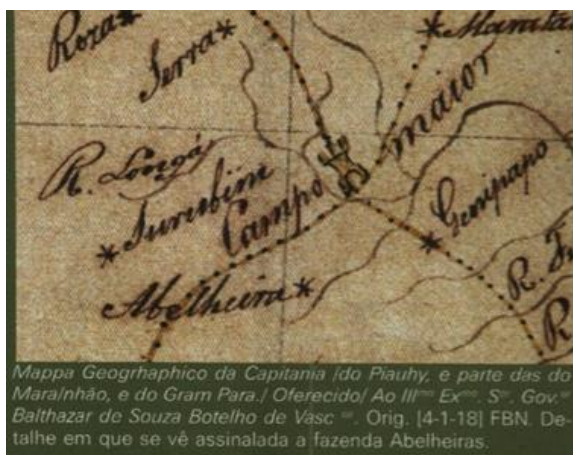
mencionada, mas no recenseamento de onze anos depois, do Pe. Antônio Rodrigues da Silva, ele mencionou o lugar, quando relatou sobre as desobrigas.

A fazenda teria sido criada na sexta geração dos Garcia D'Ávila, por herdeiros da Casa da Torre. O último Garcia D'Ávila proprietário foi o Visconde de Pirajá, que vendeu a fazenda em 1839, para Jacob Manoel de Almendra, um português que veio com o tio vigário ao País e aqui casou-se com Lina Clara, filha do proprietário da Fazenda São Domingos, em Livramento, hoje José de Freitas, cidade próxima. Ao longo do tempo, a fazenda foi herdada pelos descendentes e parentes do casal, até chegar às mãos do Dr. Anfrísio que também faz parte dessa linhagem.

Situada próxima a uma das seis vilas criadas pela Carta Régia de 1761, Campo Maior, e próxima a outras muitas fazendas, tem uma posição privilegiada pela presença do mimoso, uma gramínea perene, de grande valor nutritivo que garante excelentes pastos naturais até os dias de hoje. Espaço de transição entre o cerrado e a caatinga, trata-se de uma região, marcante, também, pela presença da carnaúba. Não possui grandes elevações, e há o predomínio das planícies, tendo o rio Longá como uma importante fonte hidrográfica.

A fazenda apareceu no Mapa da segunda década dos anos 1800. Sobre a arquitetura, entende-se que a casa teria sido construída um pouco depois, em meados da década citada, pois, na escritura de venda a Jacob Almendra, de 1839, ela não é mencionada. Contudo, foi encontrada uma telha de 1842. Geminada a casa está um curral de pedra ainda da época da posse da Casa da Torre (Figuras 33 e 34).

Figuras 33 e 34 - Mapa do começo dos mil e oitocentos e o curral de pedra

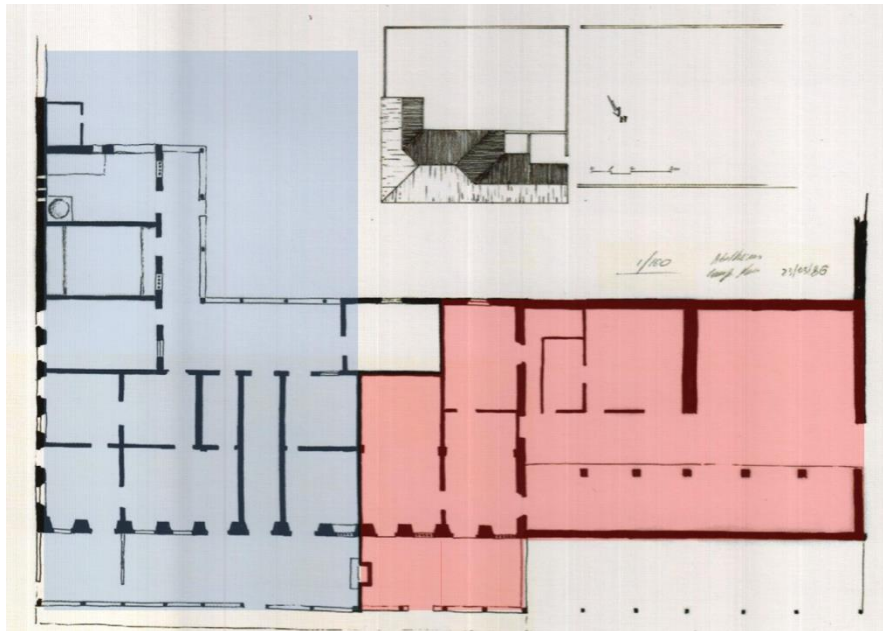


Fonte: Silva Filho (2007) e Neuza Melo (2019) respectivamente.

A casa dos donos da fazenda é geminada à casa do vaqueiro, como foi muito utilizado à época e apesar de ligadas fisicamente, a relação senhor-vaqueiro é socialmente bem

definida, e não há ligação interna entre estas. Ela sofreu algumas alterações quando passou a pertencer a Lina Leonor, quinta filha do casal Jacob e Lina (os primeiros donos) e casada por contrato com seu esposo e primo Jacob de Almendra Freitas, trazido por seu tio de Portugal; dentre elas a introdução de janelas com venezianas, vedando o alpendre e uma meia parede de vedação encerrando um espaço para o escritório (Figuras 35 e 36).

Figura 35 - Planta baixa da casa sede e casa do vaqueiro



Fonte: Silva Filho (2007) e Neuza Melo (2019) respectivamente.

Figura 36 - Alterações feitas por Lina Leonor



Fonte: Neuza Melo (2019).

Lina Leonor e Jacob de Almendra Freitas não tiveram filhos, mas criaram dois sobrinhos, Jacob Almendra de Sousa Gayoso e João Henrique de Sousa Gayoso. Todos morreram antes de Lina e como herdeiras ficaram suas sobrinhas netas, Dulce, que ficou com a São Domingos e Alice com a Abelheiras, de onde vem a linhagem do Dr. Anfrísio.

Na casa sede destaca-se o alpendre, o corredor central que liga a varanda de trás, e depois a cozinha, o correr e o pátio. O oratório fica num nicho no alpendre onde todos poderiam ter acesso às celebrações. O piso é em tijoleira, mas a maioria hoje é retangular, substituindo o hexagonal existente. A cobertura possui estrutura de carnaúba, tanto por sua fácil aquisição, por não ser necessária a serra (só nos encaixes e finalizações), e por ter grande durabilidade e resistência (Figuras 37, 38, 39, 40).

Figuras 37, 38 - Imagem da varanda, da bilheira e do corredor



Fonte: Silva Filho (2007).

Figuras 39 e 40 - Imagem do ladrilho mais antigo e do alpendre



Fonte: Neuza Melo (2019).

Quanto à estrutura, a casa possui alvenaria mista, com paredes de pedra de jacaré (tapiacanga), tijolo maciço e adobe. Em intervenção recente, foram encontrados esteios de aroeira compondo essa estrutura (Figuras 41 e 42).

Figuras 41 e 42 - Imagem retratando a grande espessura das paredes e o esteio em aroeira encontrado



Fonte: Neuza Melo (2019).

Recentemente, algumas alterações foram realizadas na casa para introdução de tecnologias, como o aparelho de ar-condicionado. A fazenda Abelheiras continua com a atividade da pecuária, tanto para o gado *vacum* de corte, quanto para a seleção de raças e ainda a criação de ovinos. Quanto a sua preservação, além da Constituição Federal de 1988, ela não possui qualquer proteção específica, contudo, dentre as três aqui já analisadas, é um grande destaque em termos de preservação.

#### 5.4 Paraíso

A fazenda Paraíso talvez seja o objeto de estudo da presente pesquisa com maior dificuldade na obtenção de informações. Todas as colhidas até agora são fruto de conversas informais com seus proprietários e herdeiros, o que pressupõe uma investigação maior na busca por seus documentos, posto que na história ela não é mencionada como as outras. Contudo, sua escolha se fortalece pela ligação afetiva com a pesquisadora, e ainda, por sua importância política para o Estado do Piauí, algo que, embora não tão enfatizado nas pesquisas anteriores, se faz relevante para o desenrolar do estudo aqui apresentado.

A data e nome mais antigo de seu proprietário, até agora encontrado, foi o do Sr. José Primo, que, entre os anos de 1924, vendeu a fazenda a Miguel de Arêa Leão, proprietário de

outras fazendas próximas. Ao longo do tempo, outras terras foram incorporadas à Fazenda Paraíso, que já possuía uma casa sede adquirida por Miguel, e este fez poucas alterações e acréscimos posteriores.

A escolha também diz respeito a sua atividade. Arêa Leão desenvolveu, sobretudo, o comércio. Para tanto, contava com uma plantação de cana-de-açúcar e de um engenho, onde consolidou uma pequena indústria para a fabricação de aguardente e rapadura. Outras atividades também atendiam a demanda comercial, como, por exemplo, o beneficiamento de arroz, algodão, e a extração vegetal dos produtos do extrativismo, como o babaçu e a maniçoba. Havia criação de gado, a qual trazia benefícios econômicos, outro incremento do comércio e da variedade de produtos, o que era essencial à época.

Além da atividade comercial, Miguel Leão também se envolveu na política e, aos poucos, a fazenda foi crescendo. Após sua morte, já na década de 1960, sua sede passou a ser a cidade e parte de suas terras desmembradas no município de Miguel Leão, um dos menores do Estado.

A casa sede continua de pé, contudo, em acelerado processo de arruinamento, principalmente depois da construção de uma sede nova nos anos 1980. Em sua época áurea, quando ocupada por Miguel Leão, era cercada pelas plantações de cana, pelos armazéns e pela loja, construções que hoje não mais existem. A casa era ocupada por toda a família e também por viajantes e comerciantes que, por vezes, precisavam arrancar-se. Os dez filhos de Miguel também viveram na casa até surgir a necessidade de melhorar os estudos, quando começaram a se deslocar para centros maiores.

A atividade comercial suprimiu a necessidade da varanda. A porta principal da casa permite o acesso a uma sala de estar, ladeada por cômodos de dormir; e também liga a varanda, onde se faziam as refeições. Desta, chegava-se a um corredor que terminava na cozinha, ao fundo (Figuras 43, 44 e 45). O banheiro continuava fora, sem qualquer infraestrutura mais incrementada. A alvenaria é mista, com base simples de pedra e tijolos de adobe (Figura 46). A estrutura era em madeira serrada e as telhas cerâmicas. As vedações dos vãos simples, em madeira lisa. Já não existe na casa nenhum tipo de móvel. Foram feitos acréscimos ao corpo da casa, e esses são facilmente perceptíveis (Figura 47).

Figuras 43, 44 e 45 - Imagens da fazenda Paraíso



Fonte: Neuza Melo (2019).

A cerca de 90 quilômetros da capital, a fazenda Paraíso, hoje imbricada à sede do município de Miguel Leão, não mais possui a atividade comercial de antes e pertence à microrregião de Teresina, uma zona de transição entre o Semiárido Nordestino e a Amazônia conhecida por Meio-Norte, cuja vegetação é composta pela Floresta Estacional Semidecidual (que pertence ao bioma da Mata Atlântica), o Cerrado e a Mata de Cocais.

## 5.5 Canel

A Central Agrícola Nova Era (Canel) é um dos mais recentes modelos de negócios que envolvem as fazendas no Piauí. É uma grande empresa, cuja principal atividade é a agricultura extensiva, iniciada há cerca de trinta anos, por um grupo de irmãos, filhos de agricultores da região de Araraquara, interior de São Paulo. Nessa época, a família buscava terras na região do Estado do Mato Grosso, quando, por meio de amizades, deparou-se com a oferta de terras no município de Uruçuí, região de Cerrado no Sul do Piauí, onde já começavam a ser instaladas outras grandes fazendas agrícolas.

À época da chegada da família não havia infraestrutura adequada para o grande empreendimento, fato que prejudicou o desempenho e a competitividade do agronegócio e da empresa, e boa parte do que existe hoje. Como muitas estradas, foram construídas pelos próprios fazendeiros locais, a exemplo da Canel. Nos dias atuais, a fazenda ocupa cerca de 35 mil hectares no município de Uruçuí, sendo plantados 20 mil hectares de milho e soja e 15 mil hectares de eucaliptos, além de outras atividades como fabricação de ração.

Quanto à família, os quatro irmãos seguem administrando a fazenda, atualmente liderada, também, pelos filhos. Apesar da presença constante dos proprietários na fazenda, desde o início, a base para mulheres e crianças foi a capital, Teresina, mesmo com a distância de quase seiscentos quilômetros, pois Uruçuí era um município pequeno, sem grandes possibilidades de oferta, sobretudo, quanto à educação. Quando elas iam à fazenda ficavam hospedadas, muitas vezes, em Uruçuí, pois a infraestrutura do local era muito simples, não havia uma casa sede e o primeiro espaço administrativo foi coberto com uma lona de plástico.

Com a prosperidade do negócio, a empresa cresceu. Assim, aos poucos, as construções foram acontecendo. A primeira casa da família era menor do que a atual, mas já contava com todo o conforto da época e com a tecnologia que lá poderia chegar. Também era lá que, muitas vezes, os negócios eram tratados. Hoje, a casa sede cresceu ainda mais para abrigar a família, que também cresce. O mesmo conforto e tecnologia que existe nas casas de Teresina, como Wi-Fi, ar-condicionado, também estão nela. Os materiais empregados são contemporâneos, como na estrutura, em alvenaria em tijolo de furo e cimento. A cobertura de telha cerâmica segue o comum do Brasil e do Piauí, sobretudo em razão do clima. A casa reflete uma casa cidade. Apenas a varanda, que circula toda a edificação, remete às casas de fazendas dos primeiros séculos (Figuras 46 e 47).



Figuras 46 e 47 - Imagens de uma fachada e interior da casa sede da fazenda



Fonte: Neuza Melo (2019).

Outras construções também foram de suma importância, como um escritório para a administração, o refeitório, o dormitório e a escola criada para os funcionários (Figura 48). A maioria destes trabalha durante a semana na fazenda e nos finais de semana voltam para suas casas, precisando, assim, de local para descanso, sono e, ainda, para o aprendizado. As grandes empresas hoje precisam de funcionários que tenham o mínimo de conhecimento, pois trabalham com modernas tecnologias e com maquinário de última geração.

Figura 48 - Vista aérea da fazenda Canel



Fonte: Disponível em: <<https://cidadeverde.com>. Acesso em: 30 jul. 2019>.

## 6 AS FAZENDAS E PAISAGENS CULTURAIS PIAUIENSES

A partir desse capítulo a pesquisa propõe a análise do conceito de Paisagem Cultural Piauiense, aquela formada pelas fazendas antigas que contribuíram para a formação econômica, territorial, política, social, mas, sobretudo, cultural do Estado. Ressalta-se que, depois de alcançar o embasamento teórico e conhecer a história e características dessas cinco fazendas em estudo parte-se para a compreensão das questões inicialmente já levantadas, tais como: o papel das fazendas na formação de núcleos habitacionais do Estado e da paisagem cultural; quais sujeitos vivenciam esses espaços na atualidade bem como o processo de apropriação pertencimento ou reconhecimento que os envolve. Assim, antes mesmo de prosseguir já se chega a uma conclusão, no mínimo, interessante para esta tese, a de que muito mais que o ineditismo da pesquisa, busca-se entender o impacto desses locais para a sociedade hoje. Como a paisagem natural, aos poucos, se constituiu em paisagem cultural?

As transformações realizadas pela natureza conformam as paisagens naturais; de outro modo, as culturais, mostram as transformações realizadas pelo homem na natureza. Dessa forma, compreende-se então que as paisagens culturais ou humanizadas surgem através da exploração e utilização dos recursos naturais, mas estando tudo interligado. Entende-se que paisagem natural e cultural não precisam ser opostas, não necessariamente se separam, podendo, muitas vezes, ser observadas dividindo o mesmo espaço. Defende-se neste estudo que pode haver harmonia na transformação dos espaços, entre as paisagens, e isso depende das ações nelas praticadas. Contudo, antes de mais nada, é preciso compreendê-las. Como as paisagens formadas pelas fazendas antigas no Piauí interagem com as pessoas que ali estão?

A harmonia entre as paisagens pode ser alcançada em nível espacial. A percepção do espaço é subjetiva, e levada à materialização a partir de diversos discursos. Portanto, busca-se a compreensão quanto aos sujeitos, entender como as pessoas que realmente vivenciam essas

paisagens o fazem, e ainda, quais valores são percebidos nesses espaços, que tipo de paisagens culturais eles formam.

Nesse momento recorda-se o objetivo desta tese. Ressalta-se que este estudo não é sobre pessoas, não se intenta trabalhar com a história oral, por exemplo, mas sim, compreender, a partir da observação direta e indireta, como as pessoas compõem a paisagem cultural, como fazem parte desses “cenários”. Além do conceito de paisagem cultural ressaltar essa participação, tem-se também, e de suma importância para essa pesquisa, a concepção da História Agrária que propõe o encontro entre o historiador e o geógrafo na busca por explicar as mudanças oriundas da ação humana ao longo do tempo e a relação do homem com seu meio físico. Linhares escreve que,

Ao primeiro, pela própria natureza do campo de observação que lhe é específico, cabe voltar-se sobre o passado em busca de informações e registros precisos, os mais abundantes possíveis, capazes de conduzir uma explicação das sociedades humanas nas múltiplas determinações e complexidades. Já ao segundo, cabe observar e descrever o presente a fim de detectar a ação do homem na ordenação do espaço que o envolve (*o habitat*) ((LINHARES, 1997, p. 165).

Essa abordagem é necessária porque, a partir de agora, dá-se partida ao olhar para as relações e ações do homem nas cinco fazendas aqui pesquisadas. Contudo, esse tratamento histórico não estará sozinho. Inicia-se aqui o desafio de observar a paisagem cultural pelo viés da macro, mas também, da micro história. Apesar de Van Bath (1978, p.9) afirmar que “são os momentos de agitação intensa e tirania aqueles que perduram na história humana” a história de pessoas comuns, aquelas que detém saberes diversos, que criam técnicas para garantir sua subsistência, e que através do seu cotidiano no trabalho, nas relações pessoais e sociais transformam a natureza também devem ser observadas. Busca-se entremear a história das ciências naturais, dos circuitos de produção de saberes, conhecimentos e fazeres, com a História Agrária e a Micro História.

Diferente do que ocorreu no litoral do Brasil, sobretudo no Nordeste, a incursão para desbravar o interior, e os sertões do Piauí, ocorreram, também, motivadas pela pecuária, pela criação de gado *vacum* de modo extensivo, pastorando em campos de vegetação nativa. Enquanto por muito tempo, em todo o mundo, foi a agricultura responsável por agregar homens e mulheres, essas relações ocorreram no estado motivadas pela pecuária, responsável pelo trabalho e por um modo de vida diferente da urbana e industrial. Assim como a agricultura, a pecuária ocorre em função da combinação de trabalho, terra, tecnologia, e ainda dos bens (o gado). À História Agrária que envolve a análise da história econômica e social do

mundo rural adiciona-se a análise da paisagem cultural observada pelo olhar da Micro História sobre os sujeitos que a constituíram.

Revel (2010) defende a relativização à oposição tradicional entre abordagem micro e macroanalítica. Ele explica que é o princípio da variação de escala que importa, e não a escolha de uma escala peculiar de observação, pois, assim, pode-se compreender seus variados funcionamentos mediante a identificação e integração do maior número possível de variáveis. Essa junção foi vista como possível porque a história dominante mostrou-se incapaz de apreender tudo que se referia à experiência social, já que não discute a vivência, enquanto a abordagem microanalítica vai além da observação particular e permite a uma releitura dos fenômenos maiores. O autor convida a pensar que é desde o nível mais local até o nível mais global que os processos sócio-históricos são gravados. Segundo ele,

[...] fazer a escolha de uma história particular significa, de fato, eliminar – ou, pelo menos, suspender por hipótese – uma pluralidade de outras histórias possíveis. Mas tais decisões não são nem clandestinas nem arbitrárias [...] a escolha de uma ou outra escala de representação não equivale a representar em tamanhos diversos uma realidade constante, e sim a transformar o conteúdo da representação mediante a escolha do que é representável. (Revel, 2010, p. 435-438).

Outro ponto que merece destaque antes de seguir com a análise mais aprofundada das paisagens culturais nas fazendas, diz respeito à percepção dos valores formadores dessas paisagens. Recordar-se que a categoria “Paisagem Cultural”, definida pela UNESCO, busca proteger “obras conjugadas do homem e da natureza” e, mesmo sendo uma categoria do patrimônio mundial, pode ser aplicada em nível nacional e local. Busca-se salvaguardar não apenas as paisagens de valor excepcional para a humanidade, mas também aquelas representativas para qualquer grupo humano (BRAGA, GAMEIRO, LIRA, et al, 2010).

Destaca-se ainda que, essas cinco fazendas são compostas por elementos entendidos aqui como patrimônios culturais, mesmo alguns deles ainda não reconhecidos oficialmente. São esses bens que contribuem para a formação da paisagem. Contudo, para que um objeto seja reconhecido como patrimônio cultural é e necessário, também, que sejam reconhecidos os valores a eles atribuídos.

No início do século XX, o austríaco vienense Alois Riegl (1858-1905), jurista, filósofo, foi o primeiro historiador a interpretar a conservação dos monumentos antigos utilizando a teoria dos valores. Ele pensava em termos de monumentos históricos porque essa foi a noção que prevaleceu do século XIX até a década de sessenta do século XX. De acordo com Figueiredo,

Em 1902, Alois Riegel, historiador da arte, encarregado da elaboração de nova legislação para conservação de monumentos da Áustria, em “Le culte Moderne des Monuments, son essence et as genèse”, sua obra teórica, utiliza noções de desenvolvimento e relatividade para desvendar os valores subjacentes ao conceito de monumento, fazendo a dissociação entre valores do conhecimento e valores de sensibilidade. Analisa a preservação a partir das percepções que os monumentos suscitam nos indivíduos e não como representações de nacionalidade (FIGUEIREDO, 2008, p. 81).

Feilden e Jokilehto (1995) entendem o conceito de patrimônio cultural na atualidade como resultado de um processo unido ao desenvolvimento da sociedade contemporânea, seus valores e necessidades. Este conceito também envolve duas classes de valores, os culturais e os sócioeconômicos atuais, cuja conjugação de ambos é um indicativo para a avaliação dos impactos positivos e ou negativos que os mesmos podem ter sobre os bens patrimoniais.

Figueiredo (2008) ressalta que um valor não exclui o outro, ao contrário, eles se somam e completam. Entre os valores culturais, quatro destacam-se: o primeiro é Valor de Identidade, percebido nos bens que conseguem “enraizar”, fazer lembrar um lugar, aproximar, baseando-se no reconhecimento e relacionando-se com os laços afetivos por parte da sociedade com esses objetos específicos. Quando as pessoas não se identificam, elas não se apropriam e ainda, não cuidam, podendo ocasionar o abandono e a destruição.

Fundamentando-se na investigação científica e histórico-científica que estuda a relevância do desenho, da estética do bem cultural, e ou da sua concepção técnica, estrutural e funcional, tem-se o Valor Técnico ou Artístico Relativo que influencia no seu registro e proteção, assim como nas estratégias utilizadas em seu tratamento. Outro valor importante é o Valor de Originalidade percebido através das estatísticas e análises comparativas que relacionam o bem cultural a outros bens do mesmo tipo, estilo, construtor, período, região, ou suas combinações, a fim de definir sua originalidade, representatividade ou singularidade, influenciando o nível de sua proteção. Ainda compondo o rol dos valores culturais chega-se no Valor Histórico, entendendo que alguns bens possuem uma carga histórica maior que outros, e tornam-se testemunho da evolução da capacidade de realização do homem.

Quanto aos valores sócioeconômicos, esses são reconhecidos quanto a sua potência no bem, quanto a sua força. Destaca-se o Valor Funcional, este relacionado ao valor econômico e a possibilidade ou de continuidade do uso original ou do início de um uso compatível, destacando-se o uso apropriado como fator determinante de sua permanência. Tem-se também o Valor Educativo, relacionado com a capacidade que determinado bem de passar algum tipo de conhecimento, e inclui seu potencial para o turismo cultural e a conscientização sobre a

cultura e a história como meio para integrar os bens históricos no presente. Por fim, o Valor Social, relacionado a capacidade que alguns bens tem de reunir grupos, de contribuir para permanência de atividades tradicionais, possuindo um papel de interação social atual, estabelecendo a identidade social e cultural (FIGUEIREDO, 2008).

### **6.1 A paisagem cultural da fazenda Água Verde**

A fazenda Água Verde, localizada hoje no município de Coronel José Dias, na parte sudeste do Estado, próxima ao rio Piauí, um local onde a pecuária foi responsável pelo surgimento dos primeiros estabelecimentos na região final do século XVII e início do século XVIII.

Como comprova a pesquisa de Ribeiro (2013), a casa, também objeto arquitetônico desta pesquisa, apesar dos relatos orais de que ela seria a mesma do período colonial, provavelmente, não é a mesma do início da fazenda, dos jesuítas, contudo, ocupava o mesmo lugar e mantinha uma singeleza que condizia com os relatos do começo da Água Verde. Em 2019 durante a visita, já se percebeu a casa parcialmente ruída. Agora, em 2021, possivelmente só restam partes dela pelo chão.

Esse bem arquitetônico, apesar de sua simplicidade, posto que seu papel nas fazendas de gado estava em segundo plano, foi um dos poucos bens materiais que restou para contar a história e guardar a memória local. Posicionada estrategicamente à beira do vale do rio, de um terraço de inundação, e compondo o entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, conquistou um papel de destaque na paisagem que, com o tempo, formou-se.

A chegada até a sede, a partir de Coronel José Dias, passa por um ambiente árido, em estrada de chão, pedregosa e acidentada, praticamente deserta de casas, onde poucos caprinos vivem e convivem com uma vegetação de caatinga própria do lugar (Figura 49). Contudo, antes de chegar à sede, limitada por cercas de madeira e arame, outra pequena moradia bem mais simples ainda, de taipa, é ocupada por um casal que ali vive para manter a segurança das poucas cabeças de gado que ainda restam. Vivendo a partir da agricultura de subsistência, das roças de vazante, são eles os responsáveis por abrir as porteiras que permitem alcançar a Água Verde, o leito do rio Piauí e o cemitério que antecede a sede, onde jaz, de acordo com depoimentos dos herdeiros, o último grande latifundiário daquelas terras, o Capitão Tomazinho.

Figura 49 – Estrada de acesso a Água Verde



Fonte: Neuza Melo, 2019.

Pelo atestar da História a fazenda teve grande importância, pois foi responsável por rarefeitas ocupações que, apesar de cada vez mais distantes, ainda se encontram lá. Contudo, ao observar o lugar, reina a solidão e um silêncio marcante (Figura 50). Os núcleos habitacionais estão distantes dessa paisagem, cuja vista da casa ou das suas ruínas, elevada sobre um promontório, fica emoldurada pelo vale e por montanhas do outro lado do rio. O que se percebe no caso da Água Verde é que, apesar de ter sido relevante no final dos mil e seiscentos e começo dos mil setecentos, hoje ela jaz praticamente esquecida. Mesmo no local da sede, que hoje pertence à neta do Capitão, não se observa nenhuma medida buscando a preservação do local.

Figura 50 – Vista da sede da Água Verde



Fonte: Neuza Melo, 2019.

Para tentar encontrar a fazenda e sua sede (a residência) recorreu-se às informações da História sobre os últimos proprietários. Com esses poucos dados e depois de muito indagar pela cidade de Coronel José Dias, foi possível encontrar alguns parentes do último grande nome ligado à Água Verde, o Capitão Tomazinho. Ficou claro que praticamente ninguém na

cidade, sobretudo os mais jovens, sabe da existência e da importância da fazenda.

Assim, com parte da família do capitão, in locu, em sua residência em Coronel José Dias, ocorreram conversas informais na busca por mais informações sobre a fazenda. Percebeu-se que nem mesmo os herdeiros do lugar compreendem a importância daquela paisagem, pois os relatos contam que dificilmente alguém se destina a fazenda para ver sua situação, nos dias de hoje. O que ainda importa, é o valor da terra e o ganho econômico que dela pode-se ter. A arquitetura, a história e memória parecem névoa, que com o tempo se dissipará. Sabe-se que para que haja apropriação cultural e sentimental é necessário a vivência e conhecimento, o que não se percebe nesse caso. A visita a fazenda só foi possível devido a intervenção de um irmão da atual herdeira.

Nesse campo patrimonial cultural, pode-se reconhecer na fazenda uma série de valores que atestam sua importância. O Valor Técnico e Artístico pode ser compreendido tanto na arquitetura, quanto na lida com o gado, que permanece o mesmo até a atualidade. Esteticamente a edificação possui linhas mais simples, e os sistemas construtivos lá utilizados são característicos da mão-de-obra no estado, inclusive até na atualidade, o que faz reconhecer também, o Valor Educativo, posto que pode-se aprender muito da história da arquitetura com a edificação e seus materiais.

O Valor Histórico do lugar é entendido desde o momento em que ele carrega traços do período colonial piauiense, em especial, da época em que os jesuítas aqui estiveram. Ao longo do tempo, sendo palco de muitas disputas, inclusive com indígenas, esse local funciona como uma de escrita dos fatos do passado. Os Valores Econômicos e Funcionais também são bem perceptíveis, posto que o lugar tenha potencial enorme, até mesmo no campo do turismo, ainda mais por estar próximo ao parque da Serra da Capivara.

Por tudo já explicado fica entendido esse espaço como Paisagem Cultural. A natureza, que ao passar dos anos foi sendo transformada pelo homem, por seus saberes e fazeres, hoje configura um lugar onde todas essas manifestações se fazem presentes. Mesmo não possuindo nenhuma legislação específica que a resguarde, de acordo com a UNESCO, seu entendimento e a classificação das Paisagens Culturais, a Água Verde hoje pode ser considerada uma “Paisagem Evoluída Organicamente”, pois foi constituída pela sociedade do gado e representa a evolução do ciclo da pecuária no Piauí.

Contudo, por não ser protegida, corre o risco de perder seus valores e as características tão representativas da paisagem. A falta de vivência desse espaço e seu (re)conhecimento não permite o envolvimento de um maior número de pessoas em defesa e preservação da



paisagem. Representando bem a História contada pelo viés macro, ao deparar-se com um olhar mais focado, micro, vê-se, pela própria História, por observação direta e através de diálogos coloquiais, que os habitantes do entorno próximo, e até mesmo seus herdeiros e atuais proprietários não percebem a relevância da fazenda enquanto paisagem constitutiva no Estado do Piauí.

## **6.2 A paisagem cultural da fazenda Serra Negra**

A fazenda Serra Negra já foi atestada pela História como um local impactante, e hoje, com seus mais de 170 000 hectares, não é diferente. Com terras que pertencem à, pelo menos, cinco municípios diferentes, para percorrer seus extremos através das diversas estradas carroçais internas é preciso vencer um percurso de cerca de 100 quilômetros.

Inicialmente abrigando a pecuária de extensão, onde o gado *vacum* pastava entre os vários riachos lá existentes, como o Serra Negra, e os campos de cerrado, hoje tem sua paisagem modificada pelo próprio pastoreio, pela extração de produtos do extrativismo, como o babaçu e, ainda mais recentemente, a criação de bovinos para corte, e plantações de espécies frutíferas, como o caju.

Para compreender essa transformação e melhor analisar a paisagem cultural da Serra Negra, parte-se de Aroazes, município no centro sul do Piauí. Na cidade, ao se questionar sobre a fazenda com diversos moradores, de modo esporádico, perguntando livremente, todos deram conta do lugar, todos responderam saber onde fica a fazenda antiga e contribuíram dando direcionamentos de como chegar. Partindo de Aroazes percorre-se uma estrada de cerca de 30 quilômetros, de piçarra, o que constitui um percurso em torno de uma hora em automóvel. Nessa paisagem árida que antecede a fazenda, algumas pequenas casas e sítios aparecem esporadicamente às margens do caminho, e entre a vegetação espinhosa de pequeno e médio porte típica do local.

Ao chegar a Serra Negra um portal de madeira com o nome da fazenda marca o início desse espaço que hoje pertence ao grupo Edson Queiroz (Figura 51). Depois de alguns quilômetros, encontram-se as edificações que hoje abrigam a parte administrativa da fazenda, como escritório e a casa do gerente, tudo muito contemporâneo, mas de arquitetura simples, com materiais e técnicas construtivas populares. Lá tentou-se buscar, através de conversa livre, saber mais sobre a história. Contudo, os trabalhadores que lá estavam não sabiam de maior detalhes, apenas que ela foi importante e, por isso mesmo, recebeu a salvaguarda estadual.

Figura 51 – Vista do portal da Serra Negra



Fonte: Neuza Melo, 2019.

Para de fato chegar a Serra Negra, a antiga casa da fazenda, já reconhecida como um bem arquitetônico patrimonial cultural é preciso seguir e avançar fazenda adentro, pelos campos de cerrado, atravessando riachos e uma passagem molhada, através de uma estrada de terra acidentada que permite a chegada lá (Figura 52). Do centro administrativo atual da sede até a antiga casa percorre-se cerca de 8 quilômetros em automóvel.

Figura 52 – Estrada de acesso a sede antiga da Serra Negra



Fonte: Neuza Melo, 2019.

De longe se avista a antiga residência, erguida num promontório como costumava ocorrer, à época de sua implantação, para facilitar a vigilância. A sede é antecedida por um cruzeiro implantando num pátio “limpo” de vegetação, e já faz perceber a religiosidade do local e as questões simbólicas que envolvem a casa, como a lenda da escrava negra serrada. Ladeada parcialmente por um muro de pedras ainda de pé, ao fundo, o mato cresce livremente, sem qualquer poda, unindo-se a um campo de cerrado que se entende até encontrar a serra que

emoldura essa paisagem, também chamada de “Serra Negra” (Figura 53).

Figura 53 – Vista da casa antiga da Serra Negra



Fonte: Neuza Melo, 2019.

Pelos relatos históricos contidos na bibliografia analisada, no passado, ainda em meados dos mil e setecentos, esse local surgiu próximo a Missão Aroazes fundada pelos jesuítas, e, desse modo, essa paisagem, se destacou por ser uma das maiores fazendas da região em relação à mão-de-obra escrava e, ainda, pelo número de habitações e pessoas reunidas em um Piauí de ocupação bem rarefeita.

Hoje, a casa, apesar de tombada pelo Estado do Piauí, desde 2006, encontra-se literalmente tombando. A ruína é visível através da observação de fissuras e até pelo madeirame já utilizado para o escoramento de algumas paredes. E não só. A tijoleira, a vedação de algumas paredes sacando, as aberturas na cobertura e perda de telhas, uma total falta de conservação, inclusive pela sujeira encontrada no local, releva o descuidado com esse bem.

Contudo, a tutela estadual não foi empregue à toa. Ao observar os valores culturais e socioeconômicos do lugar, percebe-se o Valor Técnico Artístico latente. Suas paredes externas em pedra, o trabalho de almofadado da porta na sala, e o cuidado estético no oratório da capela revela uma preocupação arquitetônica não comum para época de sua construção. Portanto, acentua-se também o Valor de Originalidade, visto que as poucas casas de fazenda erguidas até então eram feitas com materiais bem mais efêmeros, como o adobe, e sem nenhuma consideração artística.

O Valor Histórico flui de toda a paisagem, não só do bem em si, e de um modo latente. Vem como uma nuvem emoldurando um quadro e torna-se perceptível até mesmo para aqueles que nunca estudaram sobre sua importância. Sobre seus Valores Econômico E Funcional, tem-se ali um bem de muita potencialidade, onde a falta de uso poderá levar ao seu

arruinamento total.

No que diz respeito ao Valor Social, esse se faz presente, sobretudo, quando se observa a capela. As pessoas que ocupam o pequeno grupo de casas de taipa que ficam próximas ao bem (Figura 54), reconhecem da casa antiga esse espaço de religiosidade. É lá que eles se reúnem para suas orações e para a liturgia em torno de Nossa Senhora da Conceição. Foi lá que alguns moradores, inclusive crianças (Figura 55), em conversas informais durante a visita, relembrou a lenda que envolve a escrava. Esse espaço de apoio religioso para a comunidade é respeitado, bem cuidado, tem fechamento próprio, é vivenciado e, portanto, bem mais preservado que os demais cômodos.

Figuras 54 e 55 – Pequeno grupo de casas ao lado e crianças em frente da sede antiga da Serra Negra



Fonte: Neuza Melo, 2019.

Uma das moradoras guarda a chave da capela, mas o restante da residência fica com portas abertas, escancaradas, permitindo que pessoas, pássaros, morcegos e até outros pequenos animais transite livremente. O que se percebe após a observação direta e de ouvir os que ali estavam mostrando a casa é que a simbologia da “lenda” da negra serrada é o que ainda consta no imaginário dos poucos que ali ainda se encontram no entorno da sede antiga.

Imagina-se hoje que a paisagem era bem diferente nos idos dos mil e setecentos, com um espaço grandioso pela quantidade de pessoas que ali estavam (em relação à densidade populacional local, que era muito esparsa), e ainda, uma casa demonstrando força e imponência. Hoje, essa paisagem cultural que, segundo a classificação da UNESCO, pode ser considerada como uma “Paisagem Contínua e Evoluída Organicamente”, pois foi formada através de um processo social, econômico, político, encontra-se ameaçada, sobretudo, pela falta de (re)conhecimento e uso.

A percepção é de que o arruinamento é algo incontrollável, e que o espaço está fadado

ao desaparecimento com o tempo. Mais uma vez, contrasta-se a macro e a micro história. Em termos macros, de longa duração, é inquestionável a importância do bem e seu entorno, a bibliografia mostra bem isso; contudo, ao ampliar o olhar, chegar mais perto e tentar entender e ouvir o próprio bem, tal como os que ali naquele entorno vivem, observar quem vive as margens dessa história, parece que a mesma está escapando pelos dedos, sem que nada ou ninguém acorde para isso.

## 6.2 A paisagem cultural da fazenda Abelheiras

A fazenda Abelheiras dista cerca de 110 quilômetros de Teresina, capital do Piauí. Sua história está interligada com a criação da vila de Santo Antônio do Surubim, hoje atual cidade de Campo Maior, pois foi a partir de fazendas como ela que a nucleação urbana começou a ocorrer no lugar, ainda na primeira metade dos mil e setecentos. Partindo de lá e seguindo em direção à cidade de Castelo do Piauí, depois de cerca de 30 quilômetros, de passar por campos que durante o inverno local ficam verdes por conta do mimoso, repletos de carnaúbas, e por vários outros sítios e fazendas, chega-se ao portal de madeira que cobre o mata-burro e que anuncia a chegada a “Abelheiras - 1708” (Figura 56).

Figura 56 – Portal de entrada da fazenda Abelheiras



Fonte: Neuza Melo, 2019.

Essa data marca o primeiro aparecimento do nome da fazenda em documentos oficiais e corrobora para sua ligação com os herdeiros do Garcia D’ávila, na Casa da Torre, Bahia. Depois de ser vendida para os Almendras atravessou mais uma série de gerações até chegar às

mãos e cuidados do Dr. Anfrísio Castelo Branco, a quem pertence agora. Seu atual proprietário se dedicou a descobrir as origens da Abelheiras e assim, de sua família, resultando inclusive num livro escrito por ele mesmo relatando tudo o que pesquisou.

Depois de atravessar o portal e andar cerca de 100 metros, avista-se a casa. Diferente das duas fazendas anteriormente citadas, ela não está em situação elevada, mas encontra-se destacada no campo, cercada de pasto rasteiro, o que também a deixa em uma situação privilegiada (Figura 57). Estima-se que a edificação, por conta de documentos e da datação em materiais como uma telha, foi construída na primeira metade do século XIX.

Figura 57 – Vista da casa da Abelheiras



Fonte: Neuza Melo, 2014.

A lida com a pecuária, com o gado vacum, e que impulsionou a economia de toda a região até o século XX, ainda é marcante visualmente na fazenda devido à casa do vaqueiro, geminada à casa do proprietário, e, principalmente, ao curral dos tempos da Casa da Torre atrás das edificações, cuja lenda local assegura que quem caminhar sobre suas grossas paredes de pedras, cumprindo todo o seu percurso, tem vida garantida até os cem anos, fazendo com que a maioria dos visitantes que na fazenda chegam pela primeira vez tentem a aventura. Atualmente a atividade da pecuária perdura, com destaque para seleção de raças.

Arquiteticamente a casa está bem mantida, e mesmo que com pequenas modificações inseridas, como as mais recentes, para adaptá-la as novas condicionantes da contemporaneidade, está viva e segue usufruída pela esposa, filhos, genros, nora e netos do Dr. Anfrísio. Isso contribui para que esse exemplar, mesmo sem nenhuma proteção específica, seja

o bem mais conservado até aqui apresentado. Essa percepção ultrapassa a pesquisa e recai ainda sobre outros muitos bens do estado.

A casa é rica em muitos valores e, o mais importante, é que o proprietário tem essa noção de modo claro, o que foi percebido através de uma conversa informal com ele, na mesa de refeições da própria fazenda. De início destaca-se o Técnico e Artístico, expresso nos materiais, nas soluções construtivas e ainda, em detalhes como o oratório e as vedações da varanda. Quanto ao Valor de Originalidade ela é uma das fazendas que, por ter em seu programa a junção com a casa do vaqueiro, promove uma intensa união e, ao mesmo tempo, a segregação necessária para manutenção harmônica do trabalho e da hierarquia social, uma característica necessária ao ramo da pecuária naquela época. O Valor Histórico é latente e impregnado por todo o local, até mesmo em algumas plantas no entorno da casa, como o grande bougainville trazido de Portugal e plantado por Lina Leonor, a 5ª filha do casal Jacob e Lina – os primeiros donos depois dos herdeiros da Casa da Torre e que deram origem a linhagem do Dr. Anfrísio.

No que diz respeito aos valores funcionais e econômicos é perceptível que a manutenção do uso compatível, com vivência constante do espaço e, ainda hoje, com a tipologia funcional fazenda, garante ao bem sua preservação e conservação, mesmo que sem a atuação do Estado. Pelo que atesta o proprietário seu potencial econômico é forte e, ainda, garante parte do sustento da família. O Valor Educativo pode ser percebido desde o entendimento da importância dela como um bem “vivo” contando a História local, como também, uma rica fonte de aprendizado da História da Arquitetura, o que é comprovado nas variadas visitas de turmas de estudantes que lá encontram uma forma prática de reconhecer materiais, técnicas construtivas e programas próprios da arquitetura piauiense (Figura 58).

Figura 58 – Visita feita pela professora Neuza Melo à Abelheiras com alunos de Arquitetura e Urbanismo



Fonte: Neuza Melo, 2018.

Assim forma-se a paisagem cultural da Abelheiras, composta pela natureza, rica em campos e carnaúbas, pelos animais, que ainda são vistos nos pastos e currais, e pelos demais fazeres do homem, expressos em objetos como a antiga casa avistada de longe nesse contexto, com destaque para sua cobertura avantajada, quase como um grande “chapéu”, próprio das manifestações arquitetônicas locais. Por tudo isso e, seguindo o entendimento da UNESCO, entende-se que essa paisagem é classificada como “Evoluída e Contínua”, envolvendo aspectos da tradição e da contemporaneidade. Mais uma vez esse bem arquitetônico fortalece o contar da história dos grandes nomes, dos grandes feitos, mas também, permite a análise mais detalhada desse contexto. Apesar de propriedade particular, a Abelheiras é claramente (re)conhecida como um ponto de referencia, o que pode ser comprovado quando se indagou de forma coloquial sobre ela, tanto na cidade de Campo Maior, quanto em paradas na estrada até a chegada à sua sede.

## 6.2 A paisagem cultural da fazenda Paraíso

Para chegar à fazenda Paraíso a partir de Teresina, capital do Piauí, em automóvel, é preciso vencer cerca de 90 quilômetros em estrada asfaltada que atravessa, pelo menos, outros dois municípios, Demerval Lobão e Monsenhor Gil. Nesse percurso, com tráfego intenso de carros e caminhões em quase todo ele, é possível observar, até a chegada do município de Miguel Leão, onde está a antiga sede da fazenda, de tempos em tempos, muitos outros sítios, fazendas, plantações de vários gêneros (roças), e a vegetação própria dessa região Meio-Norte do estado. Na cidade, após andar poucos metros depois de sua entrada, chega-se a um pequena estrada de chão batido que logo permite enxergar a residência antiga, isolada e entremeada à vegetação que teima em unir-se às suas paredes grossas de adobe (Figura 59).

Figura 59 – Visita da casa sede da fazenda Paraíso.



Fonte: Neuza Melo, 2019.



Apesar da proximidade familiar com o bem em estudo, a dificuldade em dados oficiais mostrou-se grande, e diferente das outras três fazendas e suas paisagens até aqui analisadas, não se encontra a Paraíso na grande maioria dos livros de história local, como ocorre com as demais. Assim, as informações vieram por observação direta e diálogos informais com um dos herdeiros do patriarca da família Arêa Leão, o senhor Miguel de Arêa Leão Filho, que inclusive viveu na antiga sede até por volta de seus 40 anos. Ressalta-se que, mesmo não compondo a maioria da produção bibliográfica existente, esta, assim como outras fazendas do estado, foram responsáveis pela mudança na economia do Piauí e por sua contribuição à formação política atual.

Outra diferença para as demais fazendas até então analisadas foi sua atividade, bem mais voltada ao comércio e “indústria” do que a pecuária de corte; esta era apenas para produção de um item a mais para venda. O crescer da fazenda impulsionou ainda a entrada do seu dono, Miguel Leão, na vida política, o que resultou no desmembramento de partes das terras no e formou o atual município de Miguel Leão, nos anos 1960.

Tendo seus primeiros registros já dos anos vinte do século XX, ela está fortemente ligada à família Arêa Leão, encontrando-se poucas informações sobre os donos antecessores. A fazenda que foi incorporada à outras já existentes à época, teve sua sede mantida praticamente sem grandes modificações até os anos 1980, quando foi abandonada e substituída por outra edificação mais nova, de arquitetura contemporânea, em posição mais alta e privilegiada.

Nesse espaço da sede nada mais ocorre hoje, o que aos poucos provoca sua ruína. A fazenda, atualmente, mantém várias outras fontes de renda, como plantações de arroz e uma cerâmica. Em sua época áurea, apesar de estar em posição menos elevada que a da atual sede, a edificação era emoldurada pelos campos de plantio da cana de açúcar e cercada de armazéns e outros edifícios que garantiam o funcionamento econômico do lugar.

O Valor Técnico e Artístico é visto quando se analisa as técnicas construtivas e materiais utilizados em sua arquitetura, vernáculos. Quanto a seu Valor de Originalidade esse pode ser destacado a partir das mudanças em seu programa, como a supressão da varanda frontal, uma inovação nas fazendas desse período por não ter mais a necessidade de observância dos currais. O Valor Histórico, apesar de não expresso na bibliografia como nos casos anteriores é também latente, constituindo não só o passado econômico, social e cultural, mas ainda, o político, de modo expressivo. Os Valores Funcionais e Econômicos, suas potencialidades, ainda estão lá, contudo, o nível de arruinamento da casa prejudica

gradativamente esse entendimento. Sem nenhuma proteção específica, e ainda, sem nenhum tipo de manutenção e ou conservação pelos seus herdeiros e pelas pessoas da cidade esses valores se perdem com o tempo.

Hoje, a paisagem cultural da fazenda paraíso, classificada a partir do entendimento da UNESCO como “Paisagem Contínua e Evoluída Organicamente”, é marcada pela natureza emoldurando as ruínas de uma casa literalmente abandonada, que jaz praticamente sozinha e afastada de todo o movimento, mesmo ele estando muito próximo.

### **6.5 A paisagem cultural da fazenda Canel**

Ao longo do tempo o modo de uso da terra e, assim, dos ganhos econômicos, foram se transformando no estado. Hoje, um dos maiores negócios, que ocupa principalmente a região do sul do Piauí, no cerrado, é a agricultura extensiva, iniciada no final do século XX, principalmente por várias pessoas de fora do estado que viram a potencialidade agrícola da região ainda, à época, pouco explorada.

Assim surgiu a Canel, no município de Uruçuí. De Teresina à fazenda são percorridos cerca de 600 quilômetros em automóvel. Ao longo do caminho, principalmente à medida que se aproximam os campos de cerrado, a paisagem muda completamente, e pode-se deparar com enormes campos de soja, algodão ou eucalipto, por vezes repletos de maquinários modernos, bem como com fazendas contemporâneas tão grandes que mais parecem uma grande empresa ou indústria (Figura 60).

Figura 60 – Vista de plantação de algodão.



Fonte: Neuza Melo, 2019.

Logo na entrada da Canel percebe-se a grande diferença para os demais casos estudados, pois a fazenda é precedida de portaria, com câmeras de vigilância e forte controle de entrada e saída de veículos nessa parte, onde também se encontra a sede e outras edificações, como o escritório, refeitório, o dormitório e a escola criada para os funcionários, revelando o porte de destaque da empresa, que desde seu início investe nas lavouras de grãos, como a soja, e ainda outras atividades, como a fabricação de ração. Em conversa livre com duas proprietárias, foi relatada, inclusive, a preocupação hoje com a escolarização e especialização da comunidade que ali trabalha ou mesmo que, de alguma forma, interage com a fazenda.

A família, mesmo desde o início do negócio dividindo-se entre as cidades de Teresina e Uruçuí, por questões de restrições nesta última, sobretudo, quanto à questão da qualidade escolar, tem grande presença e vivência diária no local. A casa, recente, passou e continua passando por intervenções para garantir a acomodação da crescente família. Ela cada vez mais ela se moderniza para atender as novas condicionantes que a vida contemporânea exige, contando inclusive com muita tecnologia. Suas formas, materiais e sistemas construtivos não remetem a qualquer referência externa ao Piauí, o que poderia ocorrer devido os donos serem em grande maioria, paulistas, nem das fazendas antigas locais, à exceção da varanda circulando a edificação, sendo uma residência comum em termos de estética arquitetônica nos dias de hoje, podendo facilmente ser identificada como uma casa urbana (Figura 61).

Figura 61 – Vista da casa da fazenda Canel.



Fonte: Neuza Melo, 2019.

Como uma pesquisa em prol do Ambiente e do Desenvolvimento, reconhecem-se os danos dessa atividade ao meio ambiente. Percebe-se como a agricultura de extensão extingue muitas espécies através de ações como o desmatamento, o aumento das emissões de gases-estufa, a contaminação das águas e do solo, causando muitos e sérios problemas ao ecossistema. Contudo, segue-se na missão de analisar esse espaço enquanto paisagem cultural. E, apesar de ser uma paisagem nova, defende-se aqui muitos dos valores já encontrados nos outros casos analisados durante a pesquisa. O Valor Técnico e Artístico, pois a casa foi pensada arquitetonicamente, projetada para atender ao gosto estético da família. Quanto ao Valor Histórico, além de sua existência por si, a Canel é uma das fazendas mais antigas nesse ramo da agricultura de extensão nessa região do estado, já citada em muitas bibliografias que retratam, portanto, também os seu Valor de Originalidade. Os potenciais e valores funcionais e econômicos são muito expressivos, e chama a atenção o Valor Social que ali está se desenvolvendo, com a comunidade de trabalhadores que se agrupam e partilham sua vida em torno da fazenda.

Quanto a sua paisagem cultural, recorda-se que desde os anos de 1960 discute-se que, apesar da pouca “idade” dos bens, e assim, de sua pouca carga história, eles não deixam de ser representativos, para um grupo, uma comunidade. Assim, a Canel já possui sua paisagem, marcante pelas transformações na natureza, praticamente toda dominada ao seu redor, e ainda, pela casa de fazenda contemporânea, revelando as ações do homem de modo marcante. Seguindo a compreensão da UNESCO, esta paisagem mescla-se entre dois grupos: inicialmente uma “Paisagem Claramente Definida”, projetada, criada intencionalmente; contudo, o tempo a está transformando numa “Paisagem Evoluída Organicamente e Contínua”, fruto das transformações e processos social, econômico, administrativo, bem como da forma em que essas ações se associam à natureza.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

A discussão sobre “Espaço, Ambiente e Sociedade”, e que aborda questões referentes ao patrimônio cultural edificado no Estado do Piauí, com destaque para a área rural e para a paisagem cultural aí presente, a partir da análise de cinco fazendas e sua estrutura, erguidas entre os séculos XVII e XX, almeja, também, a preservação dessa paisagem, a partir do entendimento e contemplação da materialidade e imaterialidade dos bens, assim como de suas esferas natural e cultural.

No estudo, que parte da análise da arquitetura rural e seu entendimento como patrimônio cultural, busca-se a reflexão sobre a ordenação territorial das fazendas, em especial, das utilizadas como fonte de pesquisa, afim de demonstrar e (re)conhecer a importância das transformações ocorridas nessas terras e na produção arquitetônica, que proporcionaram, e ainda proporcionam ou podem conseguir a partir de seus variados potenciais, o desenvolvimento da economia, além de terem fomentado não só o crescimento dos núcleos habitacionais em suas proximidades, como de todo o estado do Piauí. Essa análise, feita a partir do resgate da história para melhor compreensão sobre a valorização das paisagens culturais formadas foi fundamental para contextualizar o empreendimento pecuário e agroindustrial do passado e ainda, em último caso, também do presente, pretendendo-se, desse modo, a revalorização desses cenários através de possíveis formas de apropriação dessas paisagens culturais.

A partir do século XVII deu-se seguimento a formação cultural dos sertões, com impulso em aspectos sociais, políticos e econômicos, o que, no Piauí, ocorreu principalmente devido à criação de gado vacum, associando a pecuária de extensão e para corte à uma agricultura de subsistência voltada para a complementação da dieta alimentar dos esparsos habitantes que nessa região viviam, formando diversas fazendas.

Logo no início da pesquisa discorda-se de uma oposição, muitas vezes reforçada pela historiografia, entre o “litoral civilizado” e o “sertão bárbaro”, culminando no isolamento e na

ideia de decadência das regiões rurais afastadas dos grandes centros do Brasil. Utiliza-se a Arquitetura para demonstrar que, mesmo diante da simplicidade e da singeleza buscada nas casas de fazenda da época funcionam como livros, capazes de guardar a história e ativar a memória e a identidade, mesmo quando a grande preocupação era o curral e a personalidade forte e marcante foi o vaqueiro, e não o grande senhor das terras.

Durante a tese, buscou-se discutir sobre a importância do (re)conhecimento da paisagem como fonte para a história, bem como sua elaboração na produção de memória. Defende-se a ideia de paisagem cultural dinâmica, resultante da relação natureza-homem, em determinado tempo e lugar, constituindo um sistema composto por formas integrantes e interdependentes, sendo, de certa forma orgânica e viva, em constante processo de desenvolvimento e até substituição. Ela se transforma a partir das ações naturais e das ações culturais das sociedades humanas que nela atuam. Contudo, apesar de ser como um sistema, a paisagem é constituída, também, por valores que a tornam homogênea, coligada, sintônica e única em um conjunto de paisagens.

Para Sauer (1998), a noção de paisagem remete à sua constituição como sistema de partes integradas e interdependentes, conjugando características do ambiente físico e sua apropriação e transformação pelos grupos. Ela torna-se um reflexo do espaço e da história a partir dos fazeres e saberes dos homens, refletindo a organização social, cultural, e ainda, as condições naturais particulares em cada caso, o que gera lugares de símbolos, de sentimentos e das ações humanas, revelando uma experiência coletiva que se enraíza e, ao mesmo tempo, é refletida. Um velho cruzeiro antecipando a edificação, ou ainda um muro centenário de pedras, feito com mão-de-obra escrava, pode adquirir valores importantes, significados para uma determinada comunidade, sendo parte fundamental do patrimônio e da paisagem cultural.

As rápidas transformações sofridas pelos espaços, inclusive os rurais podem ocasionar perdas no patrimônio natural e cultural, principalmente no patrimônio edificado, o que repercute na paisagem. Sobre essa questão, chama-se a atenção para as políticas públicas hoje praticadas no país, em especial, no Piauí. Para Castriota,

As políticas de patrimônio trabalham sempre com a dialética lembrar-esquecer: para se criar uma memória, privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos aspectos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. No campo do patrimônio, os valores vão ser sempre centrais para se decidir o que conservar – que bens materiais representarão a nós e a nosso passado – bem como para determinar como conservar – que tipo de intervenção esses bens sofrerão para transmissão às gerações futuras (CASTRIOTA, 2009, p. 43).

No Brasil, a Constituição Federal regulamenta vários instrumentos de proteção, inclusive a simples vigilância e essa análise, de qual instrumento é melhor em cada caso deve ser feita com cuidado e cautela, entendendo os valores e significados dos bens, das paisagens e das pessoas. Caso os fatores de destaque sejam materiais, provavelmente o tombamento seja o melhor; se a importância recai sobre a imaterialidade, o registro torna-se mais ajustado; por fim, se em determinado local hajam bens dotados de singularidades materiais, e esses mantem relação intrínseca com a natureza e a vivência das pessoas, entende-se a chancela de Paisagem Cultural como o mais adequado. Contudo, a obtenção dessas proteções específicas não é fácil e nem célere. Normalmente, para que o Estado confirme um desses instrumentos, além de legislação específica que permita tal feito, é necessário um processo instruído com muitas informações, uma análise cuidadosa, gerando uma demanda de esforço, paciência e tempo grandes.

Das fazendas analisadas, apenas uma possui proteção específica - para além da já determinada pela Constituição Federal de 1988, em vários artigos, como 215 e 216 - a Fazenda Serra Negra, tombada pelo Estado através do Decreto: n. 12.135 de 2006. O que mais chama a atenção não só naquela, mas também em duas outras é o estado de arruinamento das mesmas (Água Verde e Paraíso), o que faz despertar para uma série de questões, como a não valorização de seus proprietários e nem o entendimento de suas potencialidades; os percalços encontrados pelos órgãos competentes, como dificuldades técnicas e financeiras, o que dificulta ações de fiscalização e intervenções apropriadas; e por fim, a falta de educação ambiental, a fim de comover as comunidades envoltórias desses bens e despertar para necessidade de sua preservação.

Para melhor compreender a educação ambiental, é importante destacar dois conceitos: o de *educação* e o de *meio ambiente*. A educação se concretiza pela ação em pensamento, e prática, pela *práxis*, em interação com o outro no mundo (LOUREIRO, 2004). O meio ambiente é entendido como o conjunto de bens, influência e interações de ordem física, química, e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (BRASIL, 1981). Assim, no caso das fazendas e suas paisagens, logo se percebe que não é desenvolvido um programa de educação ambiental permanente, que envolva todos os atores daquele espaço, tornando-se, portanto, de suma importância trabalhar alertar para tal temática.

Considerando-se o pensamento de Leff (2004), entende-se que estas relações, dos seres humanos entre si e com o meio físico-natural, ocorrem nas diferentes esferas da vida societária (econômica, política, religiosa, científica, jurídica, afetiva, étnica etc.) e assumem

características específicas, decorrentes do contexto social e histórico onde acontecem. Desse modo, são as relações sociais que explicam as múltiplas e diversificadas práticas de apropriação e uso dos recursos ambientais (inclusive a atribuição deste significado econômico).

Mello e Trajber (2007) ao discutir como trabalhar educação e meio ambiente, propõem as seguintes preposições: *Educação sobre o ambiente – informativa*, com enfoque na aquisição de conhecimentos, curricular, em que o meio ambiente se torna um objeto de aprendizado, pois, apesar de o conhecimento ser importante para uma leitura crítica da realidade, e para buscar formas concretas de se atuar sobre os problemas ambientais, ele isolado não basta; *Educação no meio ambiente – vivencial e naturalizante*, em que se propicia o contato com a natureza, passeios, observação, esportes ao ar livre, ecoturismo, entendendo que o meio ambiente oferece vivências experimentais, tornando-se um meio de aprendizado; e *Educação para o meio ambiente – construtivista*, que busca engajamento ativo por meio de projetos de intervenção socioambiental que previnam problemas ambientais, trazendo, muitas vezes, uma visão crítica dos processos históricos de construção da sociedade ocidental, tornando-se o meio ambiente meta de aprendizado.

Assim, para que as ações de educação ambiental sejam efetivas, faz-se necessário mobilizar os saberes das diversas áreas do conhecimento humano, bem como a incorporação de habilidade e a formação de atitudes a partir de valores éticos e de justiça social (PELICONI; PHILIPPI Jr., 2005). Ao analisar as fazendas, nota-se que termos como “preservação”, “meio ambiente” e “patrimônio” são expressões que devem ser realmente postas em prática., principalmente através da educação, fazendo-se urgente a necessidade de pensar cada vez mais sobre esse tema.

Contudo, a questão da educação ambiental vem acompanhada de muitos desafios pois as em sua maioria, as ações propostas visam muito mais a educação econômica, e a sociedade capitalista, cada vez mais impulsionada pelo consumo atrelado ao ideal de felicidade. Nesse caso, segue impactando o meio, destruindo, refugiando-se em justificativas como a globalização, ou em avanços tecnológicos como uma forma de justificar suas ações. Ao mesmo tempo, fundamenta-se o pensar educação ambiental, entendendo que, só a partir do conhecimento, da percepção do território e de seus valores, pode-se seguir rumo a uma condição de vida mais saudável, hoje, e para as futuras gerações. A democracia, tão cara para a sociedade, só pode ser fortalecida com base no reconhecimento da diversidade do meio, e este é um direito de todos.



Atualmente, a percepção é de uma nova cidadania, ampla, que extrapola as fronteiras comuns, pois as escolhas individuais afetam todo o planeta. As políticas públicas precisam legitimar os interesses, devem ter flexibilidade para entender as transformações constantes, carecem de maior participação da comunidade, do envolvimento de todos os atores, do entendimento dos valores dos bens culturais, de cada grupo e de continuidade.

Para pensar desenvolvimento entendido como sustentável deve-se basear na integração de três principais aspectos: os recursos naturais (meio ambiente e sua exploração), o desenvolvimento tecnológico (econômico) e a mudança social (social). O desconhecimento, bem como o processo de acumulação contribui para o aumento das desigualdades, e o desenvolvimento sustentável não deve ser restrito a grupos privilegiados, nem individual, e sim mais igualitário, reduzindo desperdícios, buscando garantir as necessidades das gerações futuras. Por sua vez, a escala pensada hoje deve ser mundial, planetária, ao mesmo tempo em que o olhar deve-se voltar para o local, para a região, envolvendo a todos, principalmente os mais próximos, tanto governantes, quanto os demais grupos da sociedade. Parceria é uma palavra-chave.

Por esse motivo, as nações que compõem a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2000, firmaram a Declaração do Milênio e oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), cujo intuito era alcançar a redução da pobreza extrema, até o ano de 2015, finalidade que não foi atingida, principalmente, pela falta de um plano além do prazo, e por não levarem em conta a questão da sustentabilidade. Em 2015, os membros da ONU propuseram uma ação global de desenvolvimento sustentável para os próximos quinze anos, intitulada Agenda 2030, um plano de ação baseado em parceria e voltado para as pessoas, para o Planeta, para a prosperidade, buscando fortalecer a paz universal com mais liberdade.

Naquele momento, foram criados dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que buscam concretizar os direitos humanos de todos, englobando as três dimensões do desenvolvimento sustentável (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS website). Desses, chama-se a atenção para o ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; ressalte-se, contudo, que mesmo em se tratando da análise de fazendas, de áreas rurais, pode-se tomar apoio na questão urbana, pois esta é transversal. O Objetivo aqui discutido, ODS – 11, possui sete metas, das quais ganham destaque na presente discussão: a 11.4 - Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo; 11.7 - Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e

crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência (BRASIL, website). É importante destacar, mais uma vez, que hoje o foco é local, territorial, portanto, essas metas devem se adequar a cada realidade, a cada sociedade. Não existe um modelo pronto de cidade, nem mesmo de ambiente rural a ser seguido e que se adeque a todos os casos, o que torna essa questão muito ampla.

Desenvolvimento, na atualidade, tornou-se um dos temas mais importantes a ser discutido, sobretudo na produção científica e em uma tese sobre Ambiente e Desenvolvimento, pois envolve, para além da participação das pessoas, a da sociedade, os mais variados pontos de vista, como buscar soluções para diversos problemas, e, ainda, como cada um pode atuar no seu meio.

Ao se analisar paisagem cultural, discutir sobre o patrimônio, deve-se lembrar de que não são apenas os aspectos materiais que os compõe, que não se deve pensar em manter apenas a dimensão material, mas ainda, seus valores, pois são esses que o caracterizam como representativos de um grupo, de um tempo, de uma história. A preservação dos bens patrimoniais, da paisagem cultural, cabe a todos, tornando-se essencial para a evolução da humanidade, para que esta viva de forma harmônica, respeitosa, tanto com a história quanto com a natureza, e siga na busca por liberdade, conhecimento e qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 2. ed. Brasília: UNB, 1998.

ADRIÃO NETO. **Geografia e história do Piauí para estudantes: da Pré-História à atualidade**. 3. ed. Teresina: Geração 70, 2004.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí**. 4. ed. Teresina: APL, 2015.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **As bases históricas da formação territorial piauiense**. Geosul, Florianópolis, v.18, n.36, p.55-76, jul./dez. 2003. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/13577/12450>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

ANA - Agência nacional de águas; SEMAR - Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado do Piauí. **Atlas do Abastecimento de Água do Estado do Piauí**. Disponível em: < <http://www.ccom.pi.gov.br/>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. Recife: SUDENE - Coordenação de Planejamento Regional, 1975. Série Estudos Regionais.

ARAUJO, Renata Malcher de. Desenhar cidades no papel e no terreno: cartografia e urbanismo na Amazônia e Mato Grosso no século XVIII. In: OLIVEIRA, Francisco Roque; VARGAS, Héctor Mendonza (Coords.). **Mapas de metade do mundo**. A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI a XIX. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos - UL, 2010.

ARAUJO, Renata Malcher de. Às portas do paraíso. Mais que aldeia, menos que vila, o purgatório da utopia. In: ACCIAIUOLI, Margarida (Org.). **Arte & Utopia**. Lisboa: CHAIA-UE/DINÂMICA-CET-IUL/FCSH-UNL, 2013.

ARRAES, Esdras. Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, n. sér. v. 24, n.1, p. 257-298, jan./abr. 2016.

ASSIS, Nívea Paula Dias de. **A Capitania de São José do Piauí na racionalidade espacial pombalina (1750-1777)**. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/16972/1/NiviaPDA DISSERT.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 70, 2011.

BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e a sua arquitetura. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde n. 2, p. 187-223, 1938.

BICCA, Briane Elizabeth Panitz Bicca; BICCA, Paulo Renato Silveira. **Arquitetura na Formação do Brasil**. Brasília: UNESCO, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2008.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campos, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007a.

BRAGA, Anna Caroline; GAMEIRO, Fabiana Gonçalves; LIRA, Flaviana Barreto; et al; **Os Valores Patrimoniais da Paisagem Cultural: Uma abordagem para o processo de intervenção paisagem**. In: Ambiente: ensaios - n. 24: São Paulo, 2007.

BRASIL. **Lei n 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, 1981.

BRASIL. Portaria n. 127, de 30 de abril de 2009. **Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Diário Oficial da União. Brasília: Imprensa Nacional, 05 maio 2009. n. 83, Seção 1, p. 17.

BRASIL. PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Objetivo 11: cidades e comunidades sustentáveis**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-11-sustainable-cities-and-communities.html>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: UFPI, 1999.

BRAZ, Márcio. **Inserção desvantajosa, atraso e subordinação das políticas de desenvolvimento na economia piauiense**. Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí - v.1, n.12, a.7 (maio 2007) - Teresina: UFPI, 2007.

BRITO, Pedro Henrique Tajra Hidd Pearce. **"Moradas", as primeiras residências urbanas: arquitetura tradicional piauiense na cidade de Pedro II (2014)**. Disponível em: <[https://www.academia.edu/8349921/Moradas\\_piauienses\\_primeiras\\_resid%C3%A2ncias](https://www.academia.edu/8349921/Moradas_piauienses_primeiras_resid%C3%A2ncias)>. Acesso em: 13 mar. 2019.

CARDOSO, Luciene Brito; MELO, Neuza Brito de Arêa Leão. **Educação Patrimonial em**

**Teresina-PI:** conhecer para valorizar. Arquimemória, 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **História e Paradigmas Rivais.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARVALHO, I. C. de M. **A invenção ecológica:** narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. 2. ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002. p. 35-67.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, Pe. Miguel do. Descrição do Sertão do Piauí remetida ao Ilm<sup>o</sup> e Rvd.<sup>o</sup> Senhor Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco (1697). In: ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares.** Rio de Janeiro: Nacional, 1938.

CASTELO BRANCO, André Mendes de Carvalho. MELO, Neuza Brito de Arêa Leão. Patrimônio Ferroviário Piauiense Estudo da arquitetura dos conjuntos ferroviários de Teresina, Piracuruca, Parnaíba e Floriópolis. **Encontro Internacional Arquimemória V:** Sobre preservação do patrimônio edificado. Salvador, 2017.

CASTELO BRANCO, E. de A. **Fazer ver o que vemos:** Michel Foucault - por uma história diagnóstica do presente. UNISINOS, São Leopoldo, RS, v. 11, n. 3, p. 321-329, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural:** conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: valores e sociedade civil. In: ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge, Abdo; MIRANDA, Marcos Paulo de Sousa. **Mestres e Conselheiros:** Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CEPRO - Fundação Centro Pesq Econômicas e Sociais do Piauí. **Plano de desenvolvimento sustentável do Piauí -** Macrotendências de investimento produtivo e em infraestrutura nos segmentos estratégicos - Produto 2, 2013. Disponível em: <[http://www.cepro.pi.gov.br/download/201608/CEPRO02\\_9b568b361f.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201608/CEPRO02_9b568b361f.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2019.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. **Teresina:** subsídios para a História do Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

CHARTIER, R.. **A história cultural.** Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Lisboa: 70, 2006.

CHOAY, F. **O urbanismo:** utopias e realidades, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2007.

COLIN, Silvio. **Uma introdução à arquitetura.** Rio de Janeiro: UAPÊ, 2000.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <<http://ods.cnm.org.br/agenda-2030>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

CORRÊA, G. C., PREVE, A. M. H. A educação e a maquinaria escolar: subjetividades, biopolíticas e fugas. **REU**, Sorocaba, SP, v. 37, n. 2, 2002.

COSGROVE, Denis E. **Social Formation and Symbolic Landscape**. London, Sydney: Croom Helm, 1984.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

D'ALENCASTRE, José Martins Pereira. Memoria chronologica, historica e orographicada provincia do Piauhy [1855]. In: **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Tomo XX. Rio de Janeiro, 1857. Versão digital disponível em: <http://books.google.com.br/>. Acesso em: 10 jan. 2013.

ENGLISH, Paul Ward; MAYFIELD, Robert C. The Cultural Landscape. In: ENGLISH, P. W.; MAYFIELD, R. C. (Org.) **Man, Space, and Environment. Concepts in Contemporary Human Geography**. New York, London, Toronto: Oxford University Press, 1972.

FALCI, Miridan Britto Knox. **Escravos do Sertão**. Demografia, trabalho relações sociais. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1995.

FARRELY, Lorraine. **Fundamentos da Arquitetura**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

FEILDEN, Bernard M., JOKILEHTO, Jukka. **Manual para el manejo de los sitios culturales del patrimonio mundial**. Versión actualizada y corregida. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura- Colcultura subdirección de Património, 1995.

FISCHER, M. M. J. A cultura e a análise cultural como sistemas experimentais. In: **Futuros antropólogos: redefinindo a cultura na era tecnológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 7-71.

FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. **O monumento habitado: a preservação de sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio**. O caso de Parnaíba. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

FIGUEIREDO, Diva M. F. Os sítios históricos do Piauí no panorama da preservação do patrimônio cultural no Brasil. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de (Org.). **Apontamentos para a história cultural do Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2003. v. I, p. 397-410.

FIGUEIREDO, Diva M. F. Teorias Modernas da Preservação. In: **Scientia e Spes: revista do Instituto Camillo Filho**. Ano 7, n.8. Teresina: ICF, 2008.

FONSENCA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política de preservação nos anos 70 e 80. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Iphan, Ministério da Cultura, v. 24, Cultura e Cidadania, p. 95-105, 1996.

FONSENCA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FRANCO, José Patrício. **O município do Piauí: 1761 a 1961**. Edição comemorativa aos 125 anos de Teresina [s. n.], 1977.

FREIRE, Gilberto. **Inglês no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo A.; FUNARI, Raquel dos Santos. Educação patrimonial: teoria e prática. In: SOARES, André Luis Ramos. **Educação patrimonial**: teoria e prática. Santa Maria: UFSM, 2007.

FUNDAC – FUNDACAOCULTURAL DO PIAUÍ. **Texto para Tombamento da Fazenda Serra Negra** [2006]. Disponível em: <<https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2012/07/03/decreto-de-tombamento-da-fazenda-serra-negra/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart168860.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart168860.jpg)>. Acesso em: 21 jun. 2019. Disponível em: <<https://cidadeverde.com>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

GIEDION, Sigfried. **Espaço, tempo e arquitetura**: o desenvolvimento de uma nova tradição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

INSTITUTO DESERT. **Estudo das potencialidades econômicas dos cerrados e do Vale do Gurgueia no Piauí**. Teresina, 1998.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Estudo para tombamento do sítio histórico de Parnaíba e Inventário dos imóveis de interesse**. Parnaíba, 2006. v.1-2

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Estabelecimentos das Fazendas Nacionais do Piauí**: a ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX. Dossiê de Tombamento. 19ª Superintendência do Piauí. Teresina, 2008.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII**. Conjunto histórico e paisagístico de Oeiras: dossiê de tombamento. Murilo Cunha Ferreira (Org.). Teresina, 2009.

IPHAN, **Instrumentos de Proteção**. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/275>>. Acesso em: 23 maio 2016.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Lista dos Bens Tombados por Estado (1938-2016)**. Brasília: IPHAN, 2016. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista\\_de\\_bens\\_tombados\\_2016.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_de_bens_tombados_2016.pdf)>. Acesso em: 19 maio 2016.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. O Sertão e sua Historicidade: Versões e Representações Para o Cotidiano Sertanejo – Séculos XVIII e XIX. In: **História e Perspectivas**. Uberlândia (35): 247-265, Jul.Dez.2006.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **A urbanização do Ceará setecentista**: as vilas de Nossa

Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador 2007.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 23. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p.9-29.

LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portugália / Instituto Nacional do Livro, 1938.

LE MOS, Carlos A. C. **O que é arquitetura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

LOUREIRO, C. F. B. O que significa transformar em Educação Ambiental? In: Zakrzewski, S. B.; Barcelos, V. (Org.). **Educação ambiental e compromisso social**. Erechim: EdiFapes. 2004.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003. n. 1.

MATTA, Roberto da. **A casa & a rua**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELO, Cláudio. **Os jesuítas no Piauí**. Teresina: [s. n.], 1991.

MELLO, S. S. de. TRAJBER, R. **Vamos cuidar do Brasil: Conceitos e práticas em Educação Ambiental na Escola**. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

MILET, Vera. **A teimosia das Pedras: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental no Brasil**. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cidades Sustentáveis**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MOURA, Iara Conceição Guerra De Miranda. **A produção escriturística do Centenário de Teresina (PI)**. Trabalho apresentado no XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015.

MOTT, Luiz R.B. **Piauí colonial; população, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

NASCIMENTO, Flávia B.; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma



para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP. **Revista CPC (USP)**. São Paulo, v. 10, p. 29-48, 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%205%20%20NASCIMENTO%20e%20SCIFONI.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2016.

NEGREIROS, Rômulo Macêdo Barreto de. **As trilhas da morte no Sertão das Pimenteiras-PI (1759-1815)**: caracterização e reconhecimento arqueológico de um Território. 2012. Dissertação (Mestrado) – UFPE, Recife, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Historia Regional e Local**: fragmentação e recomposição da história da modernidade. Feira de Santana, Ba, Salvador, Ba, 2002.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NUNES, Odilon. 1975 **Pesquisas para a história do Piauí**. v. 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

NUNES, Odilon. **Depoimentos históricos**. Teresina: COMEPI, 1981. p. 11.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros; ASSIS, Nívia Paula Dias de. **Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial – Século XVIII**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

OLIVEIRA, Ana Stela. **O povoamento colonial do Sudeste do Piauí**: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência. 2007 Tese (Doutorado) – UFPE, Recife, 2007.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo. USP, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PEDRAZZANI, Viviane. **Patrimônio cultural de Teresina-PI**: o processo de preservação nas décadas de 1980 e 1990. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetaileObraDownload.do?select\\_action=&co\\_obra=185550&co\\_midia=2](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetaileObraDownload.do?select_action=&co_obra=185550&co_midia=2)>. Acesso em: 02 ago. 2016.

PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JR., A. **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2005.

PEREIRA, Renata Baesso. **Tipologia arquitetônica e morfologia urbana**. Uma abordagem histórica de conceitos e métodos. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 146.04, Vitruvius, jul. 2012 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4421>.Acesso>. Acesso em 10.02.2020.

PESAVENTO, S. J. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra. **Memória, história e cidade**: lugares no tempo, momento no espaço. Uberlândia-MG, v.4, n.4, p.23-35, junho/2002.

PIAUI. Lei Estadual n. 3320, de 04 de abril de 1975. **Diário Oficial do Estado**. Teresina: COMEPI, 07 jul. 1975. n. 118, p. 02.

PIAUÍ. Decreto n. 2967-A, de 1978. **Diário Oficial do Estado**. Teresina: COMEPI, 31 jul. 1978. n. 143, p. 61-67.

PIAUÍ – GOVERNO DO ESTADO. **Zoneamento Econômico Ecológico do Estado do Piauí, com maior detalhamento dos Cerrados Piauienses**. Diagnóstico Participativo e prognósticos Socioambientais. Produto II – Caracterização das Unidades Ambientais dos Municípios Selecionados. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR. Teresina: SEMAR, 2012.

POMPA, Maria Cristina. História de um desaparecimento anunciado: as aldeias missionárias do São Francisco, séculos XVIII – XIX. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de relacionamento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAGO, M. As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea. In: **Anos 90 - Revista do PPGH/UFRGS**, vol. 1, n.1 (1993). p.121-143. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6120/3624>>. Acesso em: 29 jun. 2009.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

REVEL, Jacques. **Micro-história, macro-história**: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. In: *Revista Brasileira de Educação* v. 15 n. 45 set., dez. 2010.

UNRIC. Centro Regional de Informação das Nações Unidas. **Diversidade Cultural: um patrimônio da humanidade a ser preservado**. Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/actualidade/31134-diversidade-cultural-um-patrimonio-da-humanidade-a-ser-preservedo>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

RIBEIRO, Marcelo Alves. **Sítio arqueológico Fazenda Água Verde- PI**. 2013. Dissertação (Mestrado) – São Raimundo Nonato-PI.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

REYDON, Bastiaan Philip; MONTEIRO, M S L. A ocupação do cerrado piauiense: um processo de valorização fundiária. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – 25 a 28/07/2004, 2004, Cuiabá. **Anais do Congresso**, 2004.

RODRIGUES, Joselina Lima Pereira. **Estudos regionais – Geografia e História do Piauí**. 3. ed. Teresina: Halley, 2005.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROTH, Leland M. **Entender a arquitetura**: seus elementos, história e significado. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

RUBINO, Silvana. O Mapa do Brasil Passado. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Iphan, Ministério da Cultura, v. 24 – Cultura e Cidadania, 1996, p. 153-163.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). **Mana**, v. 3 n. 1 Rio de Janeiro, 1997.

SANTANA, Raimundo Monteiro de. **Evolução histórica da economia piauiense**. Teresina: Cultura, 1964.

SANTANA, Raimundo Monteiro de. **Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos**. Teresina: FUNDAPI, 2008.

SANTOS, Clóvis do. O espírito do capitalismo na ocupação dos cerrados brasileiros nos Estados da Bahia e do Piauí. **GOT**, Porto, n. 8, p. 229-253, dez. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2182-12672015000200013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-12672015000200013&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 25 jun. 2019.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: **Paisagem, tempo e cultura**. CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 (1925).

SAUER, Carl O. The Morphology of Landscape. In: AGNEW, J; LIVINGSTONE, D. N.; ROGERS, A. (Org.). **Human Geography**: An Essencial Antropology. Oxford: Blackwell, 1996 [1925], p. 296-315.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Histórias das Paisagens. In: CARDOSO, Flamarrion Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 8, abril 1997, p. 119-156. Disponível em: <<http://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/108/104>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SOUSA, Valfrido Viana de. SOUSA, V. V. **Piauí**: Apossamento, desenvolvimento e integração (1684-1877). I Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação UFG/UCG, Goiânia, 2008, v. 01. p. 1-26. Disponível em: <[https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/43\\_ValfridoSousa\\_PiauiApossamentoIntegracao.pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/43_ValfridoSousa_PiauiApossamentoIntegracao.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2019.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. V.2 Coleção

Reconquista do Brasil.

STROETER, João Rodolfo. **Arquiteturas e teorias**. São Paulo: Nobel, 1986.

TAVARES, Zózimo. **O Piauí no século 20**. 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000. Teresina: Alínea, 2003.

TEIXEIRA, Marina L. G. **Usinauá - proposta de uso para o edifício da antiga Usina Santana**: Centro de Ensino para Teresina. 2014. 141 f. TFG (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VAN BATH, B.H.Slicher. **História Agrária da Europa Ocidental – 500-1850**. Bracelona: ediciones Península, 2ª ed. 1978.

VELOSO FILHO, Francisco de Assis. Visão geral da economia piauiense na segunda metade do século XX. In: **Publicações avulsas do Núcleo de Referências em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (TROPEN)**. n. 7. Teresina: UFPI, 2002.

VILLASCHI, Juca. **Cadernos de Ofício**. Ouro Preto: FAOP, 2008.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WINTER, Ribeiro, Rafael. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.



**UNIVATES**

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil  
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000  
[www.univates.br](http://www.univates.br) | 0800 7 07 08 09